

UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS – UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DOUTORADO

Célia Carmem Martinson

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA EM ÁREA RURAL –
JOAÇABA – SC (1938-1961)**

SÃO LEOPOLDO

2009

Célia Carmem Martinson

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA EM ÁREA RURAL –
JOAÇABA – SC (1938-1961)**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção título de Doutora, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Flávia Obino Werle

SÃO LEOPOLDO

2009

Célia Carmem Martinson

**INSTITUCIONALIZAÇÃO DA ESCOLA PÚBLICA EM ÁREA RURAL –
JOAÇABA – SC (1938-1961)**

Tese apresentada como requisito parcial para a obtenção título de Doutora, pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

Aprovado em

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dr^a. Flávia Obino Werle (Orientadora)
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Prof^a. Dr^a. Beatriz T. Daudt Fischer
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Prof. Dr^a Berenice Corsetti
Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Prof. Dr^a Maria Helena Camara Bastos
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Prof^a. Dr^a. Arlene Renk
Universidade do Oeste de Santa Catarina - UNOCHAPECÓ

*Ao meu Pai Carlos
e Mãe Malvina*

AGRADECIMENTOS

À Deus pela reinvenção da vida.

À minha Orientadora Flávia Obino Werle, um agradecimento especial, pela concretização deste estudo e por todos os momentos de convivência e aprendizado.

Aos professores da banca, Beatriz, Berenice, Maria das Dores, Arlene e Maria Helena pelas sugestões e orientações perspicazes, cada um em sua singularidade, possibilitou perscrutar outros caminhos na construção desta pesquisa.

À professora Berenice Corsetti pelas aulas instigantes, por ensinar a manter viva a paixão pelo estudo, mesmo nas intempéries.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Professores, pelo aprendizado e experiência de vida acadêmica.

À CAPES, pelo auxílio financeiro, o qual possibilitou a realização desta pesquisa.

Às professoras Cecília, Maria e Luiza e aos ex-alunos por terem aceitado participar e contribuir para a construção desta pesquisa.

Aos colegas de Doutorado pelos “nossos encontros”, momentos guardados para sempre.

Às Secretárias do Programa de Pós-Graduação em Educação, Loinir, Saionara, Rose e Cris, pela gentil colaboração.

À todos que convivi pelos laços de amizade e de trabalho neste período de curso, em especial: Nara, Asta, Gilca, Gláucia, Paulo e Dilmar.

É preciso ter alegria pelo conhecimento (Voltaire)

RESUMO

O estudo focaliza o processo de institucionalização progressiva da escola pública primária na área rural de Joaçaba – SC entre 1938 e 1961. Analisa as políticas públicas educacionais direcionadas a esse nível de ensino e suas imbricações na constituição da cultura escolar. A escola pública nessa região de Santa Catarina torna-se pública a partir de 1938, quando é nacionalizado o ensino primário em âmbito estadual e federal. Nesse período as escolas das áreas de colonização, como as teuto-brasileiras de Santa Catarina, sofrem uma interrupção e descaracterização no quadro de sua cultura escolar. Instituições com conotação étnica e confessional são fechadas ou transformadas em instituições públicas. O estudo analisa aspectos relacionados à organização administrativa, à manutenção da escola e ao espaço escolar. Abrange também os desafios da docência na área rural, bem como práticas escolares, avaliativas e comemorativas. A discussão é desenvolvida na perspectiva teórica das políticas públicas educacionais e da cultura escolar.

Palavras-chave: Escola primária pública. Políticas públicas educacionais. Educação Rural. História da educação. Cultura escolar.

ABSTRACT

This study focuses on the deployment and institutionalization process at the public primary school in the rural area of Joaçaba-SC between the years of 1938 and 1961. It analyses the educational public policies directed to this educational level and its role in the scholar culture formation. The public school in this region of Santa Catarina became public in 1938 when the primary education was nationalized both in the states and in the country. In that time, the schools in colonization areas, such as German-Brazilian in Santa Catarina, had their scholar cultural frame interrupted and disconfigured. From institutions with ethnic and denominational connotation, they got closed or were transformed in public institutions. This study analyses aspects related to the administrative organization, to the school maintenance and to the scholar area in relation to the scholar buildings. It covers also the challenges of teaching in rural areas as well as scholar, assessable and celebrational practices. The discussion is developed from the theoretic perspective of educational public policies and of the scholar culture.

Key-words: Public primary school. Educational public policies. Rural education. Education history. Scholar culture.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 – Mapa de Joaçaba	13
FIGURA 2 – Comarca de Joaçaba (1967)	15
FIGURA 3 - Abrangência da Comunidade Evangélica do Sínodo Riograndense – Vale do Rio do Peixe – SC	54
FIGURA 4 - Quitação Escolar - Frente	97
FIGURA 5 - Quitação Escolar - Verso	98
FIGURA 6 - Festa Cívica - década de Sessenta	103
FIGURA 7 – Festa 7 de setembro – década de sessenta	103
FIGURA 8 – Festa 7 de setembro – década de sessenta	104
FIGURA 9 – Ofício	109
FIGURA 10 – Livro de Actas	115
FIGURA 11 – Ata de exame escolar	117
FIGURA 12 – Ata de exame escolar	118
FIGURA 13 – Confirmação.....	128
FIGURA 14 – Maria, o esposo e os filhos	129
QUADRO 1 – Transcrição do Ofício (FIGURA 8).....	109

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Professoras Entrevistadas.....	36
TABELA 2 - Ex-alunos entrevistados	37
TABELA 3 - Registro Dos Estatutos Das Sociedades Escolares	61
TABELA 4 - Registro Comunidade Eclesiástica	62
TABELA 5 - Número de alunos examinados.....	121
TABELA 6 - Resultado dos exames escolares - Seção masculina	121
TABELA 7 - Resultado dos exames escolares - Seção feminina.....	121

LISTA DE SIGLAS

IECLB – Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil

IELB – Igreja Evangélica Luterana do Brasil

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPÍTULO I – TRAJETÓRIAS NA CONSTRUÇÃO DO TEMA DE PESQUISA A ESCOLA PÚBLICA JOAÇABA – SC – 1938 - 1961	20
PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NA CONSTRUÇÃO DE DADOS DE PESQUISA.....	29
PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS	34
PROFESSORAS GUARDADORAS DE MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO	38
CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO: PRÁTICA ESCOLAR ANTERIOR AO ENSINO PÚBLICO NA ÁREA RURAL DE JOAÇABA – 1917 - 1938	46
ESCOLA TEUTO-BRASILEIRA.....	46
CONCORRÊNCIAS RELIGIOSAS	51
SOCIEDADES ESCOLARES	59
CAPÍTULO 3 – ELEMENTOS DA CULTURA ESCOLAR DA ESCOLA PÚBLICA A PARTIR DA NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO	73
REFORMA DE ENSINO - ESCOLA DE ENSINO PRIMARIO SC (1911 – 1961)	73
ORGANIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA	76
CAIXA ESCOLAR.....	77
CARACTERÍSTICAS DAS DIRETORIAS ESCOLARES	80
FUNÇÕES DAS DIRETORIAS ESCOLARES	84
CAPÍTULO 4 - PRÁTICAS ESCOLARES AVALIATIVAS E COMEMORATIVAS	93
ESCOLA DE ENSINO PÚBLICO NA ÁREA RURAL	93
FESTAS ESCOLARES	98
FUNÇÃO DOS INSPETORES EM SANTA CATARINA	105
AÇÃO DOS INSPETORES DE ENSINO NA ESCOLA DE ÁREA RURAL.	106
EXAMES ESCOLARES DE FINAL DE ANO	114
CAPÍTULO 5 – CONDIÇÕES CONCRETAS DO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA ESCOLA PÚBLICA EM ÁREA RURAL – 1938-1961	124
DESAFIOS DA DOCÊNCIA EM ESCOLA ÁREA RURAL	124
CONSIDERAÇÕES FINAIS	132
REFERÊNCIAS	136

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de doutorado em Educação, inscrita na área da História e Política do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS -, estuda a escola pública no processo de institucionalização progressiva entre 1938 a 1961, em área rural de Joaçaba, Santa Catarina.

Para melhor situar o espaço geográfico desta pesquisa, apresenta-se dois mapas. O primeiro, indicando a localização de Joaçaba em Santa Catarina, e o segundo, Joaçaba no Médio Vale do Rio do Peixe¹, que é o principal cenário desta pesquisa.

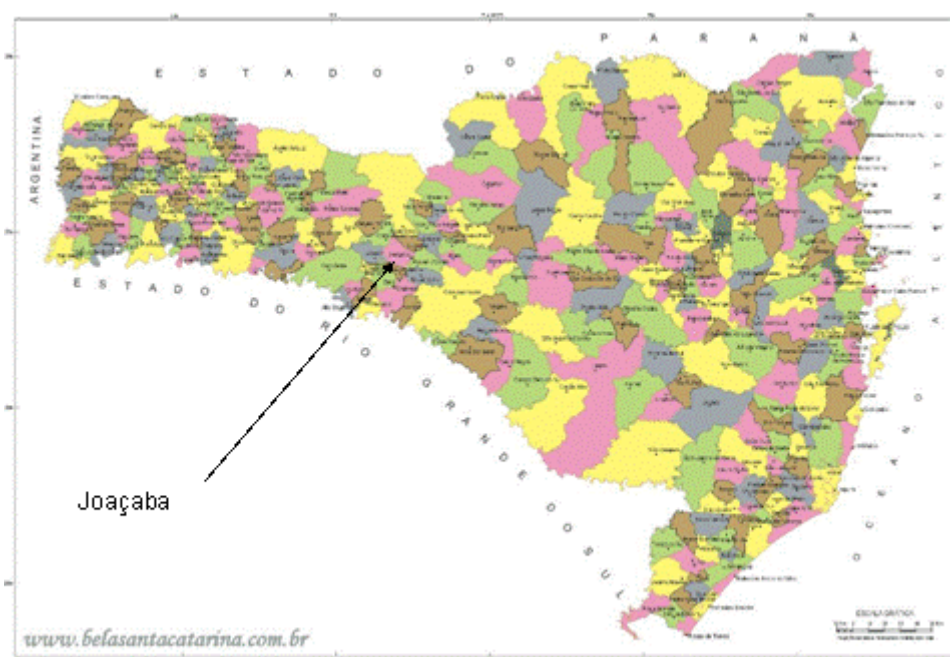


FIGURA 1 – Mapa de Joaçaba

Fonte: <http://www.belasantacatarina.com.br>

¹ No Vale do Rio do Peixe, entre os núcleos em que a presença de europeus teve destaque no processo de colonização, Rio do Peixe (Piratuba), Cruzeiro (Joaçaba), Rio das Antas e Caçador, no Médio Vale do Rio do Peixe, o principal núcleo Joaçaba, no Alto Vale do Rio do Peixe teve basicamente dois núcleos de colonização alemã: Rio das Antas e Caçador (HEINSFELD, 2001, p. 112).

A institucionalização da escola pública em área rural local ocorreu a partir de 1938, no momento de resolução do projeto político do poder público catarinense na nacionalização do ensino das escolas consideradas estrangeiras, como a teuto-brasileira.

Em Joaçaba, a escola teuto-brasileira se fez presente desde o princípio da colonização. Procedentes das mais diversas localidades das antigas colônias no Rio Grande do Sul, povoaram toda a área que atualmente tem como centro área urbana. Outros, ultrapassaram por essa região para fundar Porto União e União da Vitória, ambas às margens do rio Iguaçu, no extremo norte de Santa Catarina e no Sul do Paraná (RAMBO, 2003, p. 133).

A construção da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande, que atravessava o trecho entre Porto União-SC e Marcelino Ramos-RS, concluída em 1910, "fomentou investimentos na região, de modo especial ligados à exploração da madeira e da venda de terras aos colonos" (RADIN, 1996, p.30), assim impulsionou a colonização dessa região em Santa Catarina. A atuação de companhias colonizadoras como a Sociedade Territorial Sul Brasileira Henrique Hacker & Cia, também contribuiu para o deslocamento de grupos étnicos para lá.

Joaçaba, localizada na margem direita do Rio do Peixe, no extremo leste da região Oeste de Santa Catarina, constituiu-se município pela Lei estadual nº 1147 de 25 de agosto de 1917, momento em que ocorreu a definição dos limites entre Paraná e Santa Catarina, com a divisão do espaço em litígio, desenhando a atual configuração do Estado catarinense.

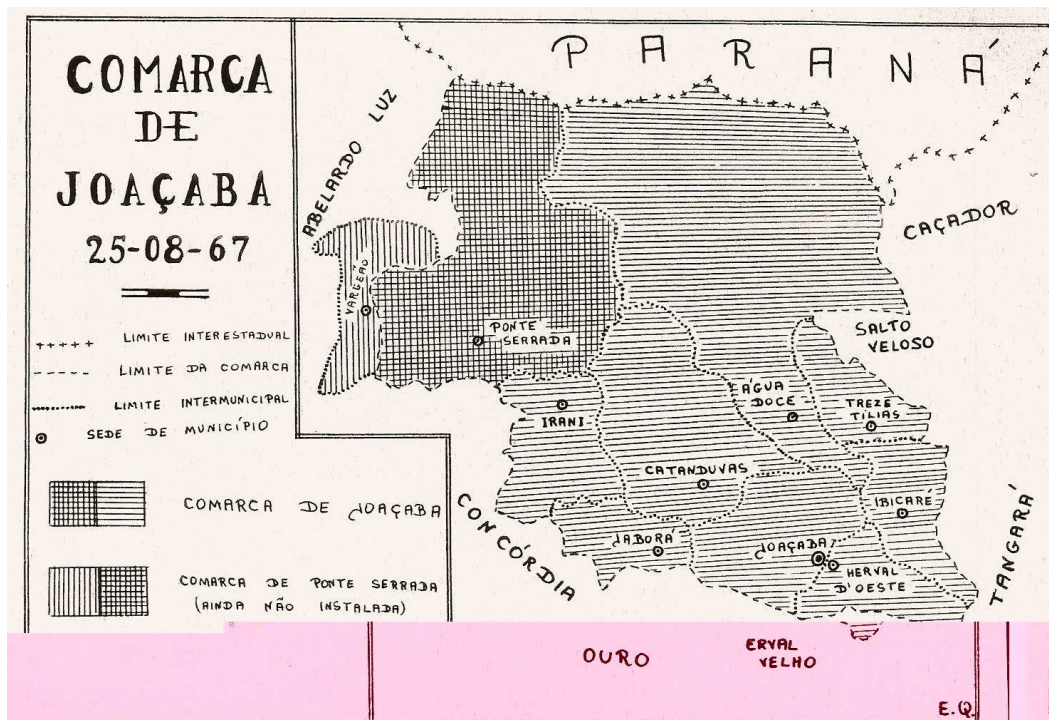


FIGURA 2 – Comarca de Joaçaba (1967)

Fonte: QUEIROZ et al. (1963, p. 39)

Na sua criação, em 1917, o Município compreendia uma área de 7.680 km². Do antigo Município, criaram-se mais de vinte e cinco. Em 1944, com a nova reorganização do quadro territorial, foram criados, os dois últimos distritos Luzerna (Bom Retiro desmembrado apenas em 1995) e Nova Petrópolis, não se tornaram município. O Município ficou reduzido a uma extensão de 305 km² com uma população calculada em torno de 25.000 habitantes, dos quais 15.000 na cidade. (QUEIROZ et al., 1963, p.35)

Em Luzerna,² no Médio Vale do Rio do Peixe, predominaram alemães e descendentes . Na década de 30, do século passado, a “população da colônia, girava em torno de 3000 habitantes, 75% dos quais eram alemães ou descendentes. Os demais, eram italianos e algumas outras nacionalidades” (HISTÓRICO LUZERNA, s/d, p. 5).

De forma similar a outros locais, alemães e descendentes promoveram um processo escolar comunitário. A escola não se fez presente apenas em função da

² Criado à direita do Rio do Peixe, em 1916, numa área que correspondia a 40.000 hectares, pertencentes à Companhia Colonizadora Henrique Hacker & Cia. Posteriormente, houve ampliação do núcleo colonial desta vez à esquerda do rio do Peixe, com novas divisões da área. (SILVA, 1967, p. 16).

precariedade do ensino público ou da motivação familiar, mas sobretudo, provinha de um contexto religioso.

Em 1916, quando se iniciou o processo escolar comunitário teuto local, a estatística estadual ainda apontava para o predomínio de escolas particulares, "27% das escolas catarinenses eram mantidas pelo Estado, 17, 5% tinham o município como fonte de manutenção e 55, 5% dessas escolas eram particulares" (FONTES, apud FIORI 1991, p.111).

A promoção do processo escolar comunitário articulado a organizações religiosas apresentava vínculos com a igreja. Em Joaçaba, a heterogeneidade religiosa entre alemães e seus descendentes foi recorrente na área rural e área urbana. A diferenciação interna interferia na criação da escola teuto-brasileira e sua identificação com determinada organização religiosa. A escola de cada localidade na área rural refletia essa conotação em conformidade com o pertencimento religioso da maioria de seus membros.

Nas primeiras décadas do século XX, Joaçaba, como a Região Oeste de Santa Catarina, mantinha vínculos estreitos com o Rio Grande do Sul em várias esferas.

Os núcleos coloniais, às margens do Rio Uruguai, só geograficamente estavam inseridos em Santa Catarina. Com o Rio Grande do Sul mantinham as relações comerciais, os vínculos com a Igreja Evangélica Luterana, cujas orientações emanavam daquele Estado. Os veículos de comunicação que circulavam nas *novas colônias* eram aqueles das *colônias velhas*³ [RS], como *Kalender der Serra Post*, *Paulusblatt* [órgão oficial da Sociedade União Popular, de inspiração jesuítica] e o *Volskblatt*, órgão católico de Porto Alegre, entre os alemães. (...) De modo similar, os filhos de colonos que seguiam a carreira religiosa, no credo católico ou luterano, dirigiam-se ao Rio Grande do Sul, o mesmo ocorria com o ensino laico (RENK, 1997, p.8).

As igrejas evangélicas luteranas que estenderam atendimento eclesiástico no Vale do Rio do Peixe, em destaque, Joaçaba, e promoveram o processo escolar como espaço de sua ação pastoral na esfera religiosa, estabelecendo vínculos desta região de Santa Catarina com o Rio Grande do Sul, como o Sínodo Riograndense (atual IECLB – Igreja de Confissão Luterana no Brasil), desde 1913 se fez presente no Vale do Rio do Peixe e, em Joaçaba, em 1916.

³ Consultar Nodari (1999, p. 56/57).

O Sínodo Missouriano (atual IELB de Confissão Luterana do Brasil) o atendimento eclesiástico se intensificou após a vinda do pastor Valentim Kuhn para Joaçaba, em 1925. O catolicismo já era assistido na região pelos padres da Congregação Franciscana.

A heterogeneidade religiosa entre alemães e seus descendentes, em conformidade com o pertencimento religioso da maioria dos membros a cada igreja, refletiu na criação da escola teuto-brasileira em Joaçaba tanto na área urbana como a rural entre 1917 e 1938.

A escola teuto-brasileira, uma iniciativa das famílias e imbricadas com igrejas regidas pelas sociedades escolares, atendeu às necessidades educacionais daquela parcela de população nas primeiras décadas do século XX.

A escola era mantida pelas famílias organizadas em sociedades escolares. O professor era do mesmo grupo étnico e o ensino realizado no idioma materno com imbricação com as igrejas, como as evangélicas luteranas. As escolas, em sua maioria, tinham estatutos próprios, registrados em cartório.

Nos primeiros anos da década de trinta, ocorreu maior aproximação e intensificou-se a interferência do poder público na região Oeste de Santa Catarina. A região foi incorporada simbolicamente ao estado catarinense em 1929, por ocasião da "Bandeira de Konder" que tomou conhecimento do território Renk (1997).

Para a autora: Bandeira de Konder, isto é, a comitiva do Presidente de Estado, ao Oeste Catarinense em 1929 no seu entender, Adolfo Konder acreditava levar a civilização para o oeste catarinense para resolver o problema da assimilação e integração de grupos étnicos, à pátria brasileira, como italianos, alemães, austríacos e outros.. (RENK, 1997, p. 1).

Em relação às escolas com conotação étnica como a escola teuto-brasileira, o poder público exigiu o registro dos estatutos em cartório de cada unidade escolar. Aplicaram exame escolar, elaboração de currículo escolar, conforme prescrevia o Estado. Em relação à língua, ficou garantida a possibilidade do ensino bilíngue até 1938.

A partir de 1938, através de uma política pública, a nacionalização do ensino, foi instituída na área rural de Joaçaba a escola primária pública.

Ocorreu a passagem de uma proposta de educação com conotação étnica, associativista e confessional para a pública.

Neste estudo, é analisado o processo de institucionalização progressiva da escola pública, em área rural de Joaçaba, Santa Catarina, entre 1938 e 1961, a relação políticas públicas e cultura escolar, os principais elementos da cultura escolar da escola na passagem de uma modalidade de escola comunitária para pública nos aspectos administrativos como a manutenção da escola bem como no pedagógico sobre as condições concretas da docência e práticas escolares.

As questões de pesquisa e objetivos estão registrados a seguir.

QUESTÕES DE PESQUISA

1 – Qual era a política pública educacional para a área rural de Joaçaba, SC, e como tal política se manifestava na cultura escolar e nas condições concretas do exercício da docência entre 1938 e 1961?

2 – Quais eram os elementos de cultura escolar em escolas públicas de área rural entre 1938 e 1961?

3- Como se constituiu o processo de formação do professor na ação e suas condições concretas do exercício da docência na escola em área rural de Joaçaba entre 1938 e 1961?

OBJETIVOS

1 – Analisar, no processo de institucionalização da escola primária pública na área rural em Joaçaba, as políticas públicas educacionais direcionadas à escolarização na passagem de modalidade de escola comunitária para pública;

2 – Investigar os principais elementos da cultura da escola primária pública e sua relação com reformas de ensino da escola primária entre 1938 e 1961 na região de Joaçaba, como o da organização e manutenção das escolas locais;

3 - Identificar as condições concretas do exercício da docência e práticas escolares em escolas primárias de área rural de Joaçaba.

A tese é composta por cinco capítulos. O primeiro capítulo trata dos pressupostos teóricos e metodológicos e análise dos dados. O segundo capítulo contextualiza o estudo apresentando uma síntese do tema de pesquisa realizado no curso de mestrado (2002), sobre a escola teuto-brasileira desde sua abertura em 1917 e fechamento em 1938.

O terceiro capítulo aborda o processo de institucionalização da escola pública na área rural local a partir da nacionalização do ensino. Apresenta aspectos da cultura escolar quanto à organização e manutenção da escola através da ação das diretorias escolares.

O quarto capítulo apresenta práticas escolares na escola pública como as datas comemorativas, os processos avaliativos, bem como com a introdução de símbolos e rituais no cotidiano escolar. O quinto aborda as condições concretas da docência na escola em meio rural.

CAPÍTULO I – TRAJETÓRIAS NA CONSTRUÇÃO DO TEMA DE PESQUISA A ESCOLA PÚBLICA JOAÇABA – SC – 1938 - 1961

A seguir, será apresentado um texto narrativo sobre trajetórias na construção do tema de pesquisa *A institucionalização da escola pública em área rural de Joaçaba no período histórico entre 1938 e 1961*. Algumas construções do mestrado são retomadas, pois o levantamento de dados e construção do tema de pesquisa *a escola pública* vem sendo constituído desde aquele momento, bem como pela importância de destacar características da cultura escolar da escola teuto-brasileira.

O estudo não objetiva fazer uma abordagem comparativa entre a escola teuto-brasileira e a escola pública. No entanto, é indispensável trazer os dados sobre a escola teuto-brasileira, uma vez que a institucionalização da escola pública em área rural ocorreu no momento de interrupção e fechamento da escola teuto-brasileira e a escola pública local apresentam indícios de ressignificação e apropriação de características da escola comunitária na escola pública entre 1938 e 1961, na área rural local.

O direcionamento para desenvolver o estudo sobre a escola pública em área rural é um tema em construção desde (2002). No mestrado, o estudo foi realizado na perspectiva da educação em área rural, no caso da escola étnica e confessional. Naquele momento, o interesse surgiu num desses encontros como estudante, quando [...] nos deixamos tocar pelo que lemos, pelas aulas a que assistimos, pelos problemas de educação dos quais desejamos falar em nossos trabalhos (Fischer, 2005, p. 119). A pergunta perspicaz da ex-orientadora, numa das especializações (1996), ao indagar sobre o tema que pretendia pesquisar para desenvolver no curso de mestrado em educação, “Joaçaba, teve alemães, será que construíram escolas?” Resultou na imersão ao estudo da educação em área rural em perspectiva histórica.

No curso de doutorado, o enfoque do estudo permaneceu na perspectiva da educação em área rural. Através das disciplinas cursadas, contato com professores, nas idas e vindas do campo empírico para o teórico mediado pela trajetória acadêmica, o estudo foi adensado. A definição pela escola pública

resultou da participação na disciplina prática de pesquisa com Werle sobre o tema: A formação do professor na área rural, e da leitura dirigida, ministrada por Corsetti Educação, História e Políticas.

O interesse sobre a institucionalização da escola de ensino público após o fechamento da escola teuto-brasileira surgiu inicialmente por identificar indícios da permanência de características da cultura escolar da escola teuto-brasileira na escola de ensino público, após a nacionalização do nível de ensino em 1938 e, posteriormente ao verificar que há lacunas no período histórico entre 1938 e 1961 sobre o tema em questão. Há necessidade de desenvolver pesquisas na área da história da educação de abrangência local e regional.

Historiadores na região Oeste de Santa Catarina destacam essa ausência de estudos sobre a história regional do Contestado e na área da educação, história da educação regional. (HEINSFELD, et al., 2003) (THOMÉ, 2003).

Recentemente, o estudo de (HEINSFELD, SMIDERLE, KVIECZINSK, 2003, p. 9), informa a análise da concepção do nacionalismo no século XX, até a implantação no governo Vargas e como esse nacionalismo atingiu a população de Joaçaba, mais especificamente na área da educação. No estudo do tema, no período de 45 a 64, procuraram perceber as permanências advindas do Estado Novo, principalmente as decorrentes da nacionalização os autores destacam a ausência de informações acerca de pesquisas sobre a educação em perspectiva histórica.

Assim, para a realização deste estudo, são tomados como referências: Fiori (1975), Pereira (2004), Teive (2008), Fávero (2005), Monteiro (1984); Campos (1999); Seyferth (1982), Otto (2003); Klug (1997, 2003); Dallabrida (2003) Luna (2000). E estudos mais regionais em destaque: Lopes (1997) Hack (1996) Radin (1996, 2001), Bleichuvel (2000), Heinsfeld (2003), Thomé (2003).

Há falta de fonte documental escolar sobretudo referente a década de quarenta do século passado, fato relevante ao desenvolvimento de pesquisas.

Na passagem de escola étnica para a pública, no contexto do Estado Novo (1937-1945), ocorreu perda de patrimônio público e de acervos particulares relacionados à escola e educação de Joaçaba..

A falta de documentos escolares é referido em Zago no momento em que realizou a pesquisa sobre professor unidocente da área rural de Joaçaba na década de oitenta, em que explica o porquê da falta de documentos escolares: [...] Segundo informações obtidas na 9.^a UCRE e Secretaria Municipal de Educação, a documentação mais antiga dessas escolas foi destruída por motivo de incêndio, impossibilitando, assim um maior desenvolvimento do assunto quanto ao surgimento das mesmas (ZAGO, 1980, p. 73).

A nacionalização do ensino em Joaçaba e no Vale do Rio do Peixe em 1938 acelerou o processo de interrupção do funcionamento de escolas com conotação étnica como a escola teuto-brasileira, pois as medidas foram aplicadas nas escolas de forma imediata.

No Vale do Rio do Peixe o projeto nacionalizador, ao contrário de outras realizações, chegou rapidamente. Os interventores nos municípios eram pessoas perfeitamente identificadas com os objetivos governamentais, e atenderam prontamente às ordens superiores relativas à nacionalização. A participação do poder público foi eficiente sem grandes choques” (Bleichuvel, 2000, p. 186).

A nacionalização do ensino na região, além do fechamento das escolas teuto-brasileira, provocou perda de patrimônio público e de acervos particulares relacionados à escola e à educação local.

Para Heinsfeld, Smiderle e Kwieczinsk:

A nacionalização do ensino, da forma como foi imposta, resultou numa destruição generalizada e indiscriminada da memória histórica, uma vez que livros, revistas, almanaques, jornais e muitos outros documentos do período foram destruídos, tanto pelos agentes policiais a serviço da Nacionalização, quanto pelos próprios agentes históricos que sofriam as ações daquele processo, numa atitude de autodefesa (2003, p.38).

Entre 1937 e 1945, igrejas sofreram as consequências do momento tenso da nacionalização do ensino no Vale do Rio do Peixe como reflexo da campanha do poder público estadual, pois:

As leis nacionalizadoras e a repressão à língua faziam eco nas cidades e nos rincões do estado catarinense, e o clero, tanto católico quanto evangélico, defrontava-se com a necessidade de atender as almas agora na língua nacional (português) – e, como fazê-lo, se na maioria das vezes os fiéis pouco ou nada entendiam dos sermões em português? E como driblar a repressão? (FÁVERI, 2005, p. 1.)

Entre as organizações religiosas em Joaçaba que tiveram perdas de documentação também relacionadas às escolas, a Igreja de Confissão Luterana do Brasil (IELB).

Consta no histórico da escola “Santíssima Trindade”, uma escola particular criada na década de cinquenta, é destacado que na pesquisa sobre o Colégio Santíssima Trindade não foi possível avançar mais pela ‘dificuldade em confirmar determinados acontecimentos devido à insuficiência de material documental sobre a temática. Muitas Atas das Assembleias da Comunidade Evangélica Luterana “Santíssima Trindade”, em que eram tratados assuntos referentes à escola, foram queimadas em um incêndio na casa pastoral. “Em outros momentos, constatamos que os dados encontrados nestas Atas eram bastante resumidos e insuficientes para tirarmos conclusões mais apuradas” (COLÉGIO SANTÍSSIMA TRINDADE, 2000, p. 10)

No ano 2000, sabedora de vínculos entre escola teuto-brasileira e Igreja, no primeiro contato com o pastor da IELB, e com a direção daquele estabelecimento de ensino, atual Colégio Santíssima Trindade de Joaçaba, foi informado que não havia documentação que permitisse a pesquisa no período histórico 1917 a 1938. Possibilitaram a cópia do histórico da inserção da Igreja em 1925.

No ano de 1925, a Igreja Evangélica Luterana que tem a sua sede na cidade de Porto Alegre/RS, iniciou suas atividades na cidade de Joaçaba, sendo que o primeiro pastor e ser enviado para o campo foi o Reverendo Valentin Kuhn. [...] Em 1931, a Igreja trocou de endereço e adquiriu uma propriedade atualmente na Rua Martinho Lutero número 40. A Igreja tinha boa aceitação e gradativamente aumentava o número de membros. (COLÉGIO SANTÍSSIMA TRINDADE, 2000, p. 4)

A Igreja Evangélica Luterana, na região Oeste e Meio Oeste de Santa Catarina, até 1938, imprimia uma finalidade educacional com intenção de ação pastoral junto às escolas teuto-brasileiras. Com a nacionalização, a Igreja entrou em declínio, e isso implicou o seu afastamento do processo educacional e sofreu os revezes em função dos embates com o Estado.

O pastor Valentin Kuhn foi preso em Joaçaba. Heinsfeld e colaboradores (2003), referem-se ao pastor como pessoa que passou por muitas dificuldades no período de nacionalização no contexto do Estado Novo. Conforme relato citado pelos autores (2003),

Aquela foi uma época assim super horrível pra nós, por que a gente em casa acostumada a falar só o alemão (...) então a agente sofreu muito, por que foi proibido falar o alemão e na escola então os outros colegas abusavam e riam da gente (...) Inclusive depois quando o meu pai foi preso, por ser chamado Quinta Coluna, ficou quatorze meses como preso político em Joinville, a gente sofreu barbaridade porque eles faziam visitas á casa, não era bem visita, mas revista, até os livros de história pra criança em alemão.

Acerca da imbricação da Igreja Evangélica Luterana com a escola em Joaçaba entre 1917 e 1938, o mesmo documento informa que não havia envolvimento da respectiva com processo escolar e que somente na década de cinqüenta a IELB promoveu a abertura de escola.

Até este momento a Comunidade Evangélica não havia se preocupado com a educação de seus descendentes. Inclusive, durante os anos de 1953 e 1957, a senhora Thecla Krick (membro da Comunidade Santíssima Trindade) trabalhou como professora na Escola Municipal Flor da Serra, onde boa parte dos alunos eram filhos de membros da Igreja Luterana". (COLÉGIO SANTÍSSIMA TRINDADE, 2000, p. 4)

No histórico de escola constam informações relevantes sobre a educação na região de Joaçaba, como a abertura de uma escola em área urbana em 1957. A iniciativa pela criação da escola surgiu do diálogo entre o pastor, naquela ocasião, Edgar Krieser, professora Thecla e o presidente da comunidade, senhor Herbert Lauxmann, nascendo dessa forma, a escola denominada Escola particular Santíssima Trindade.

Contudo, o pastor Valentim Kuhn participou ativamente na promoção do processo escolar em Joaçaba tanto na área urbana como na área rural antes da nacionalização do ensino da escola teuto-brasileira local.

Tais informações sobre a promoção de processo escolar pela IELB são mencionadas nos registros históricos no Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia em São Leopoldo – RS. Referentes à região de abrangência da IECLB, no caso de Joaçaba entre 1917 e 1938, localizei os documentos da Igreja IECLB produzidos pelos pastores, professores e outros representantes das comunidades eclesiais do Vale do Rio do Peixe, que faziam parte da jurisdição do Sínodo Riograndense. Uma das pautas dos documentos referia-se ao desenvolvimento do processo escolar. Também na documentação há recorrência sobre a IELB.

Os documentos são manuscritos e datilografados, na língua alemã, organizados nas seguintes pastas: Pasta SR 12/3/058; Pasta SR 63/1 – Bom

Retiro do Cruzeiro (1931 a 1941); Pasta SR 72/7 – Rio do Peixe (1921 a 1946); Pasta SR 94/1 – Região de Erechim (1931 a 1941); Pasta SR 56/3c – Bom Retiro; Pasta SR 111/2 - Rio do Peixe; Pasta SR 9/1/191.

Na leitura prévia dos documentos há um número significativo desses relacionados à região do Vale do Rio do Peixe. A documentação, de maneira geral, não é específica às comunidades evangélicas luteranas do município de Joaçaba. Muitas das informações estão ligadas às de outros contextos eclesiais como o Vale do Rio do Peixe.

A IELB era a organização religiosa mais temerária para a IECLB, em função da possibilidade de perda de campo eclesial na nova região de Santa Catarina nas primeiras décadas do século XX.

Conforme consta nos documentos no Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia em São Leopoldo – RS, referentes à região de abrangência da IECLB, no caso de Joaçaba entre 1917 e 1938, observa-se que havia embates e que os mesmos apresentavam-se muito em função de disputas entre as organizações religiosas, que se faziam representar entre os teuto-brasileiros nesta região de Santa Catarina.

Nas consultas à documentação da igreja local (IECLB), há outros documentos que contém informações sobre a questão escolar. Entre eles, um relatório datilografado em língua alemã. O documento composto por seis páginas, tratava de uma produção sobre a Igreja Evangélica no Vale do Rio do Peixe.

O documento é datado de 1962, elaborado por Hans Spieweck que era representante do consulado da Alemanha em Joaçaba, em 1942, e, posteriormente a partir de 1952. (Queiroz, 1967). O documento denomina-se 'Um extrato da crônica da paróquia do Rio do Peixe e da comunidade e posterior Paróquia de Luzerna'. O autor fala da trajetória da instituição e de questões relacionadas às respectivas escolas nas comunidades em que houve a presença da igreja evangélica. Essas informações foram de fundamental importância como sinalizadora da participação daquela instituição no processo escolar de imigrantes alemães entre 1917 e 1938.

Ainda há o livro intitulado "Paróquia Evangélica de Luzerna – sua origem e desenvolvimento – 1926 – 1976", de autoria, do pastor Arno Paganelli, que foi

elaborado no Jubileu de Ouro da paróquia de Luzerna, celebrado, segundo informa o autor, no dia 12 de setembro de 1976.

Informações importantes sobre o processo escolar comunitário teuto-brasileiro da região de Joaçaba são os estatutos de sociedades escolares e eclesiais registrados ao longo da década de trinta do século XX em Cartório, Registro de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas, da Comarca de Joaçaba. Ainda informações de outras iniciativas escolares são obtidas através da fonte oral, pois nem todas as escolas teuto-brasileira que funcionaram em Joaçaba tiveram registro em cartório de seus estatutos, tais iniciativas fazem parte da memória de ex-alunos.

Sobre documentos escolares da escola teuto-brasileira no Instituto Martius-Staden em São Paulo, há documento informando acerca da abertura delas. na nova região de colonização em Santa Catarina, sendo que algumas pertenciam ao Vale do Rio do Peixe. Em relação ao seu funcionamento no município de Joaçaba, foi localizado o registro apenas de uma escola.

A escola que se identificava como católica e que estava em funcionamento aproximadamente desde 1924, na sede da colônia, em Bom Retiro, funcionava no seguinte endereço: “Bom Retiro, km 527”. O questionário⁴ foi preenchido por Bernardo Sieberichs, em 10 de fevereiro de 1930 e era intitulado “Questionário Sobre a Escola Alemã no Brasil fornecido por P. Georg Schmeling, Estância Velha (via Novo Hamburgo) – Pe. Th. Amstad S.J., São Leopoldo (Seminário) – Rotermond & Co., S. Leopoldo”.

Embora haja um número elevado de documentos das igrejas no ano de 1938 que tratem especificamente das escolas teuto-brasileiras, como as evangélicas luteranas, a localização de alguns deles como consta nos documentos no Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia em São Leopoldo – RS, referente a uma das escolas da paróquia Rio do Peixe, permitem exemplificar a forma como foi conduzido o processo de nacionalização do ensino em Joaçaba.

4 A tradução dos documentos da Igreja, organizados em pastas no arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia de São Leopoldo, e demais documentos citados neste trabalho, foi realizada por Ilson Kaiser, de São Leopoldo/RS.

Contudo, tornou-se inviável o funcionamento da escola teuto-brasileira, dado citado de forma recorrente na documentação mencionada anteriormente, após a nacionalização do ensino.

Em Santa Catarina, a campanha de nacionalização do ensino, através do Decreto-lei n.88 de 31 de março de 1938, em seu primeiro artigo, determinava que “os estabelecimentos particulares de ensino primário reger-se-ão no Estado, pelas normas deste decreto-lei”. O seu segundo artigo prescrevia: “Nenhum estabelecimento particular de ensino primário poderá funcionar, no Estado, sem prévia licença da Secretaria do Interior e Justiça”. (MONTEIRO, 1984, p. 61).

Com a vigência do decreto-lei, como fator determinante apontado para o fechamento de estabelecimentos de ensino ‘escolas estrangeiras’ foi localizado um único documento no Arquivo Histórico da IECLB de São Leopoldo referente ao município de Joaçaba, escola vinculada na comunidade teuto-brasileira evangélica. A carta é datada de 20 de maio de 1938, enviada pelo pastor Albert Bantel, da Estação Rio do Peixe, ao presidente sinodal D. Dohms, em São Leopoldo:

Prezado senhor Presidente!

Quando estive em Cruzeiro no dia 18 de maio, o presidente paroquial da paróquia de Bom Retiro, Sr. Herbert Lauxmann, se queixou de que, com a implementação do decreto escolar, as duas últimas escolas evangélicas em Duas Casas e Leãozinho seriam fechadas, visto que ambas as escolas têm como professores cidadãos alemães. Até agora não foi possível encontrar professores para sucedê-los. (PASTA SR 63/1).

Nesse momento havia uma condição imposta pela legislação para lecionar nas escolas que estavam sendo nacionalizadas, “só brasileiros natos podiam ocupar cargos e direção, os professores deviam ser brasileiros natos ou naturalizados graduados em escolas brasileiras”. (SEYFERTH, 1999, p. 220).

No período, em Santa Catarina já era vetado o ensino em língua estrangeira, conforme determinava o artigo sétimo do Decreto-lei n.º 88, as escolas particulares deveriam: “dar em língua vernácula todas as aulas dos cursos pré-primário, primário e complementar, inclusive a educação física; adotar os livros aprovados oficialmente; usar exclusivamente a língua nacional, quer na escrituração, quer em tabuletas, placas, cartazes, avisos, instruções ou dísticos...” (MONTEIRO, 1984, p. 63).

A exigência de que o ensino deveria se processar exclusivamente em língua portuguesa, inviabilizava a continuidade do funcionamento da escola da comunidade evangélica, por conta da falta de sentido para os membros do Sínodo Riograndense, como “Igreja luterana atuava exclusivamente no interior da comunidade lingüística”. (PAIVA, 1987, p. 37), o que era extensivo ao sistema escolar.

Como salientava ainda a carta do pastor Bantel, enviada ao presidente do Sínodo Riograndense, sobre o fechamento de escolas teuto-brasileiras no Médio e Baixo Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina:

O provimento de Bom Retiro seria de necessidade urgente, em face das circunstâncias supramencionadas, disse o Sr. Lauxmann, visto que o atendimento a partir de Perdizes⁵ não se revelou exequível do modo como se tinha pensado. Temos que contar com o fechamento de quase todas as escolas na paróquia; além das mencionadas escolas de comunidades, existem ainda 6 escolas paritárias cá e lá nas comunidades da paróquia. O jardim de infância em Cruzeiro foi fechado pelas autoridades. Sua Sociedade Escolar foi por elas dissolvida. Os membros das comunidades estão extraordinariamente deprimidos e esperam por qualquer socorro em seu aperto (PASTA, SR/ 63/1).

Como destaca Monteiro, para registrar a escola, era solicitada uma infinidade de documentos, os quais, em função da burocracia que envolvia esse processo, dificultavam o cumprimento de tais exigências. Esse não cumprimento de exigências possibilitou ao governo de Santa Catarina fechar um número elevado de escolas particulares e não permitir a abertura de tantas outras. (MONTEIRO, 1984, p. 62).

Como se pode notar, com a política de nacionalização do ensino em Santa Catarina ocorreu a extinção do funcionamento de escolas teuto-brasileiras no município de Joaçaba, de forma generalizada.

O resultado da intervenção, a partir de 1938 foi o fechamento de um número elevado de escolas na região do meio oeste de Santa Catarina e especificamente em Joaçaba..Na transição para o projeto nacionalizador, o Estado desmantelou o funcionamento da escola de primeiras letras com conotação étnica através da legislação escolar.

Após o fechamento das escolas teuto-brasileiras que funcionavam imbricadas com a Igreja Luterana IECLB, enfrentou dificuldade e adversidades para organizar-se:

⁵ Atual município de Videira.

Enquanto durou a guerra, o atendimento das diversas comunidades pelo pastor Hoffmann se tornou cada vez mais difícil de ano para ano: a proibição da língua alemã e a conseqüente decadência das comunidades de fala exclusivamente alemã e os conhecimentos insuficientes da língua nacional do pastor tornaram um atendimento e trabalho eficientes nas comunidades quase impossíveis. Em novembro de 1941 foi eleito o primeiro presidente paroquial, Julius Wasserberg, mas até o fim da guerra não se estabeleceu uma colaboração ordenada (SPIEWECK, 1962, p, 6).

A Igreja IECLB, na região de Joaçaba, na década de quarenta, reiniciaria a reestruturação da paróquia a partir da chegada no novo pastor. Inicialmente, em função da dificuldade de atendimento eclesiástico da Igreja nos anos anteriores, maiores eram os desafios na região de Santa Catarina para o Sínodo Riograndense.

Entre as igrejas presentes na nova região de colonização em Santa Catarina, foi expressiva a sua participação na fomentação do processo escolar comunitário. A escola de maneira geral afora o alicerce que representava a associação entre família, escola e igreja, da unidade do idioma alemão, além de outros elementos que compunham o quadro de sua cultura escolar.

Com a nacionalização e institucionalização da escola de ensino público na área rural de Joaçaba, a partir de 1938 ocorreu o afastamento da matriz luterana da educação em área rural. A IECLB, vinculada ao Sínodo Riograndense, com a nacionalização do ensino, encerrou suas atividades de fomentadora do processo escolar para alemães e descendentes na questão escolar, ainda em 1938. Após a nacionalização do ensino, a região de Joaçaba somente teria escola com a participação da IELB na década de cinquenta.

PERSPECTIVAS TEÓRICO-METODOLÓGICOS NA CONSTRUÇÃO DE DADOS DE PESQUISA

O tema deste estudo analisa o processo de institucionalização progressiva da escola pública na área rural de Joaçaba entre 1938 e 1961 na área das políticas públicas educacionais e cultura escolar.

Para compreender o processo de institucionalização da escola pública local entre 1938 e 1961, é importante compreender as motivações para a

intervenção do Estado nesse momento histórico, que toma para si a responsabilidade pelo direcionamento do nível de ensino primário através da lei.

De acordo com Saviani, entre 1890 e 1931, cada estado legislava de acordo com os interesses e necessidades regionais e não havia uma orientação em âmbito federal sobre o conjunto das unidades do país no direcionamento da educação na instrução primária. Esse procedimento era algo combatido e, através de medidas políticas, procurava-se criar uma unidade na diversidade de orientações na área da educação escolar.

É um dos momentos da política pública educacional, conforme Saviani (2004, p. 5), entre 1931 e 1961, que traz à tona o protagonismo da União que busca regulamentar o ensino em todo o país incorporando, de forma contraditória, o ideário pedagógico renovador (SAVIANI, 2004, p.5).

A institucionalização da escola primária em área rural na região de Joaçaba é resultante de um marco das políticas públicas educacionais, a nacionalização do ensino do nível primário em âmbito estadual e federal.

A nacionalização do ensino representa a política de construção do Estado-Nação este sentimento deve unir os brasileiros, por isso, o foco das escolas comunitárias com conotação étnica. A construção do sentimento nacional dependia de ações para unificar a sociedade brasileira, desta forma, “A uniformização cultural implicava a exclusão dos ‘estrangeiros’, entendidos aqui como grupos estranhos ao projeto de nacionalização” (BOMENY, 1999, p. 151).

Não bastava o fechamento ou limitação do funcionamento das escolas étnicas, era necessário, através da abertura da escola pública, instituir outros valores, formar a alma nacional, o que seria viabilizado pela formação da criança. O poder público, através das políticas públicas, organizou uma estrutura de intervenção administrativa e pedagógica das escolas.

O poder público, através das políticas públicas, organizou uma estrutura de intervenção administrativa e pedagógica das escolas para, na escola pública, instituir outros valores, formar a alma nacional, o que seria viabilizado pela formação da criança.

De acordo com Schwartzman (1984, p. 157):

Impressão de um conteúdo nacional à educação veiculada pelas escolas, da padronização do sistema educacional e do enfraquecimento da cultura das minorias étnicas.

A escola pública nessa região se constituiu num contexto histórico em que havia uma prática escolar em que os projetos educacionais eram distintos. Enquanto a escola entre os teuto-brasileiros contribuía na preservação da identidade cultural através de um sistema de escola comunitária, regida pelas famílias, organizadas em sociedades escolares imbricadas com as Igrejas, dando primazia ao idioma materno, o Estado intencionava a alteração dessa situação, para formar, através do processo escolar, outros valores, uma nova mentalidade. Era considerada outra proposta pedagógica, não mais forjada comunitariamente, mas nacionalmente.

O projeto político de nacionalização do ensino, promovido pelo Estado nacional objetivava inserir os grupos considerados estrangeiros de forma a garantir uma consciência nacional. Assim, o Estado tomou para si a responsabilidade na regulamentação e normatização do ensino primário como forma de garantir essa identidade.

A instância pública interveio com o propósito de criar uma memória coletiva de pertencimento ao estado nacional o que gerava a necessidade de criação de uma outra identidade e apagamento de identidade que referenciasse a tudo o que não se ligasse ao cunho nacional, Brasil.

Segundo Julia, em relação a projetos pedagógicos e contextos históricos,

É que, no momento em que uma nova diretriz redefine as finalidades atribuídas ao esforço coletivo, os antigos valores não são, no entanto, eliminados como por milagre, as antigas divisões não são apagadas, novas restrições somam-se simplesmente às antigas" (JULIA, 2001, p. 25).

Julia (2001), ressalta a necessidade de o estudo da cultura escolar ultrapassar o âmbito de análise de textos normativos e ir além das finalidades. É preciso atentar para as práticas culturais, ou seja, a relação das políticas públicas educacionais que institucionalizaram a escola pública sob a responsabilidade do Estado educador nas ações concretas da docência e das práticas escolares. É o caso da constituição da escola pública em área com experiência escolar comunitária e o motivo dos indícios da permanência de famílias contribuírem com a organização e manutenção da escola de ensino público.

Após a interrupção e fechamento da escola teuto-brasileira local e institucionalização da escola de ensino público em área rural local, teria ocorrido um apagamento daquela prática escolar com a participação da comunidade escolar?

Há indícios da continuidade da interferência de moradores da área rural, por exemplo, quanto à escolha, permanência ou dispensa do professor da escola o que se questiona: a escola foi instituída de fato em sua dimensão de mantida e regida pelo poder público? Ou seja, estava plenamente institucionalizada como ensino público? Que fatores podem ter interferido para a permanência de características da cultura escolar com conotação étnica em escola pública, uma vez que as políticas públicas educacionais têm mecanismos e força de transformação?

Por que a continuidade da participação da sociedade civil após a institucionalização do ensino público?

A estrutura escolar anterior fora reaproveitada, pois a escola teuto-brasileira, de maneira geral, já possuía um lugar na localidade e, sobretudo, as famílias estavam organizadas em torno da educação através da formação de sociedades escolares, evidências da força da comunidade na constituição da escola em área rural. Permanece a manutenção das escolas pelas sociedades escolares organizadas pelas famílias.

A cultura escolar institucionalizada ocorre por força de uma legislação escolar, que propõe a obrigatoriedade, laicidade, gratuidade, uma língua única, a padronização de programas de ensino e um currículo escolar. Entretanto, o estabelecimento da nova escola continua com conotação confessional.

O estudo da escola de ensino público inscrito na área das políticas públicas educacionais, atenta para aspectos essenciais tais como enfatizado por Azanha (1991), que afirma que é no interior da sala de aula que se decide o destino das políticas públicas, pelas resistências oferecidas por professores às mudanças e pelas alterações efetuadas nos padrões de trabalho vigentes.

Há diferença entre as culturas dos reformadores e gestores e a cultura dos professores; a categoria cultura escolar pode emergir como resistência a mudanças.

A cultura institucional, por força da lei ao adentrar na dinâmica da escola e ao contexto em que a instituição está inserida, tem sua apropriação sujeita a

práticas e experiências. Do que é, como é feita a sua apropriação pelos vários atores na escola.

Estudar a escola pública nesse contexto é analisar como o professor constrói sua docência na ação num momento histórico de transição de projetos educativos. É analisar também como a escola é institucionalizada com a missão de desenvolver um trabalho conforme a finalidade do Estado educador; como professores e alunos significam a experiência escolar.

Normas e práticas não podem ser analisadas sem se levar em conta o corpo profissional dos agentes que são chamados a obedecer a essas ordens e, portanto, a utilizar dispositivos pedagógicos encarregados de facilitar sua aplicação, a saber, os professores primários e os demais professores (Julia, 2001, p.11).

A cultura escolar é uma categoria que possibilita analisar, de forma crítica, as reformas de ensino operacionalizadas em relação à educação para a área rural. e incidem sobre a escola, como no caso da expansão da escola pública em áreas de colonização por conta não só do enfrentamento das diferenças e divórcio entre as culturas dos reformadores e gestores e a cultura dos professores, a categoria escolar emergia como resistência a mudanças

No momento histórico do fechamento de uma modalidade de escola por motivações e finalidades políticas, é preciso atentar para as culturas escolares.

Para Frago, a cultura escolar é composta por:

Un conjunto de aspectos institucionalizados' incluye prácticas y conductas, modos de vida, hábitos y ritos – la historia cotidiana del hacer escolar -, objetos materiales – función, uso, distribución en el espacio, materialidade física, simbología, introducción, transformación, desaparición... -, y modos de pensar, así como significados e ideas compartidas. (VIÑAO FRAGO, 1995, p. 68-69).

A cultura escolar pode produzir resistências, por isto não se pode afirmar que um processo legal rompe totalmente com a cultura escolar vigente. Entre a norma oficial em termos de legislação, entre os programas de ensino e o currículo oficial é preciso considerar a experiência escolar. ‘toda la experiencia escolar participa en esta dinámica entre las normas oficiales y la realidad cotidiana’ (ROCKWELL, 1997, p. 14).

Como foram significadas as políticas públicas educacionais em regime autoritário, ou melhor, que indícios de persistência há do associativismo ou comunitarismo da anterior escola étnica particular, na escola pública de área

rural? Por que os professores da escola pública de área rural permanecem desenvolvendo funções na igreja, uma vez que essa é uma característica dos docentes da escola teuto-brasileira?

Quando a cultura escolar é rompida, através de um processo legal como foi o caso da institucionalização da escola pública ao nacionalizar o ensino primário, questiona-se quanto permanece da cultura escolar no efetivo da escola e não propriamente no imaginário do legislador.

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Esta é uma pesquisa de cunho histórico na área da educação. Na construção dos dados, recorre a um conjunto de fontes documental e oral relacionado ao processo de institucionalização progressiva da escola pública em área rural de Joaçaba entre 1938 e 1961.

O procedimento metodológico desta pesquisa foi construído através da análise da fonte documental, que corresponde a Documentos Legais, à Legislação, no conjunto de Leis e Decretos referentes à escola de ensino primário em área rural e disposição sobre a nacionalização do ensino. Também pautado em documentos escolares de acervo particular, como o Livro de Ata com registros de exames escolares pertencente a uma das professoras, o qual foi doado para a pesquisadora, e termos de visita de inspetores escolares relacionados à escola pública local.

Outros documentos escolares são fichas de registro de exames escolares aplicados ao término do ano letivo e registro de frequência escolar. A documentação é referente à década de cinquenta em diante, está disposta de forma aleatória em pastas na Secretaria da Educação de Luzerna que a recolheu no fechamento da escola em área rural quando da nucleação do ensino na década de noventa.

Como procedimento metodológico, recorreu-se à fonte oral pela importância para o estudo do tema em questão, pois “desvendar as marcas e os significados da inclusão/exclusão nesse cenário escolar privilegiado pela

memória é tarefa instigante e necessária para a escrita da escola” (DEMARTINI, 2005, p. 23)

A metodologia do trabalho é com as fontes orais, pela possibilidade de realizar o trabalho com a memória da escola e docência. As narrativas das professoras e ex-alunos contribuem para a apreensão de como as políticas públicas educacionais incidem nas práticas escolares e na docência em sua ação concreta.

A técnica utilizada foi a entrevista com o método da história de vida a partir da seguinte conceituação: “tanto relatos orais, como autobiografias escritas, longas entrevistas abertas e outros documentos orais ou testemunhos escritos, conferindo, assim, à expressão, um sentido mais amplo do que aquele com que geralmente é empregada” (MARRE, 1989, p. 90).

Em função das entrevistas serem adensadas, uma vez que se retornou várias vezes ao depoente, no caso específico das professoras, o método de história de vida contribuiu para aprofundar a abordagem das questões que estavam sendo pesquisadas e apontou para outros temas pertinentes no processo.

Dessa forma, a opção foi fazer entrevistas tematizadas adensadas, realizadas até que recorrências comesçassem a aparecer, como sugerida por Marre (1989) que enfatiza que a história de vida reintegra o indivíduo, provoca uma nova adaptação. O autor também ressalta que é possível trabalhar não apenas com a totalidade da história de vida, mas por temas. Dessa maneira, separa-se, mas não se perde o todo. Metodologicamente, sugere fazer uma classificação, retornar ao entrevistado, esclarecer os pontos que o pesquisador considerou ainda não entendido.

Ainda para o autor:

para que essa construção do objeto científico seja iniciada, desde a coleta dos relatos até a interpretação dos dados, torna-se importante desvendar, pelo menos parcialmente, como o pesquisador pode auxiliar o pesquisado a expressar a sua vida, a entregar um pouco da riqueza dessa mina de ouro que é a sua experiência humana vivida (MARRE, 1989, p. 106).

Nesta etapa de pesquisa foram realizadas entrevistas adensadas com professoras que lecionaram em escolas da área rural. Participaram deste estudo três professoras.

TABELA 1 - Professoras Entrevistadas

Nome	Vínculo Escola	Período	Escola	Formação
Cecília	Professora	42 – 44	Escola Isolada Municipal de Dois Irmãos	Supletivo -Joaçaba
Maria	Professora	56 – 78	Escola Isolada Estadual Linha do Cedro	Normal Regional - Joaçaba
Luiza	Professora	36 – 63	Escola Isolada Municipal Santa Terezinha	Normal Regional Campos Novos

Optou-se pela escolha das três professoras em função da experiência escolar em área rural, por conta da localização de documentos escolares em seu acervo pessoal, por abarcar as décadas de 40 a 60. A professora Maria lecionou na década de 50 a 70; Cecília, na década de 40, e Luiza lecionou em Joaçaba na década de 40 a 80. Duas professoras são aposentadas em escolas no meio rural e, as três tiveram alunos descendentes de alemães.

Inicialmente, elaborou-se um roteiro com questões abertas relacionadas à temática escola teuto-brasileira; posteriormente, à medida que as entrevistas foram realizadas, as questões foram se definindo. As questões eram sobre a participação dos pais na escola, manutenção, clientela, frequência, remuneração do professor, tempo de formação do aluno, número de alunos, religião e escola, professora e igreja, sistema de avaliação da escola, comunicação do resultado da avaliação aos pais, escola e festividades da comunidade, currículo, comemorações (datas), prédio de funcionamento, orientação ao professor, materialidade escolar, e formas de ensinar a ler e escrever.

Em relação às professoras, no trabalho, foi efetivada a metodologia de Marre, que sugere que quando localizado um depoente em potencial, o ideal é realizar os encontros até saturar, ou seja, começar a observar que estão ocorrendo recorrências no depoimento.

Como afirmado anteriormente, três professoras fazem parte deste trabalho, a contribuição oral foi muito importante. A entrevista com a professora Cecília totalizou 80 páginas simples; com a professora Maria, 22, e com a professora Luiza, 19 páginas.

A abordagem, inscrita na área da cultura escolar e políticas públicas educacionais e pautada, em documentos oficiais requer uma análise de cunho mais qualitativo. O uso das fontes orais, através dos depoimentos, é uma referência importante na análise de vários elementos daquela cultura escolar,

na medida em que permite contemplar questões do cotidiano das escolas, práticas escolares e o trabalho do docente em ação da escola primária na área rural de Joaçaba em Santa Catarina.

A pesquisa não abrange a totalidade das escolas primárias em área rural local. Estuda o tema da escola pública a partir das escolas em que as professoras lecionaram, como a Escola Estadual Linha do Cedro, a Municipal de Dois Irmãos e a escola Municipal de Santa Terezinha. A professora Luiza lecionou na Escola de Santa Terezinha mais de vinte e seis anos; a professora Maria aposentou-se trabalhando numa única escola: a da Linha do Cedro; e Cecília lecionou em torno de quatro anos da Escola de Dois Irmãos. Segundo os dados até então levantados, foi a primeira professora contratada pelo poder público após o fechamento da escola teuto-brasileira naquela localidade. As demais escolas que serão arroladas ao longo do estudo contêm fonte documental localizadas, arquivadas na Secretaria de Educação de Luzerna.

Neste estudo, há participação de ex-alunos, que resultou no levantamento de dados no curso de mestrado (MARTINSON, 2002),

Do total das entrevistas neste estudo, participam mais diretamente os seguintes ex-alunos:

TABELA 2 - Ex-alunos entrevistados

Nome	Vínculo Escola	Período	Escola
Harald	Aluno	46 – 52	Escola Isolada Municipal de Dois Irmãos
Elvira	Aluna	45 – 48	Escola Isolada Municipal de Leãozinho
Elizabeth	Aluna	38 – 42	Escola Isolada Municipal de Duas Casas
Max	Aluno	52 – 55	Escola Isolada Municipal Dona Alice
Paulo	Aluno	38 – 42	Escola Isolada Municipal de Duas Casas
Arlindo	Aluno	39 – 43	Escola Isolada Municipal de Leãozinho

Nesse momento, foram retomadas as entrevistas realizadas através de releitura e realizou-se apenas mais uma entrevista. O trabalho de construção de dados com as entrevistas foi construído pessoalmente nas fases de sua construção desde a realização da pesquisa. Os sujeitos desta pesquisa são ex-alunos que tiveram experiência escolar na escola teuto-brasileira e outros na escola de ensino público em diferentes escolas da área rural de Joaçaba.

A delimitação temporal refere-se ao período em que foi instituída progressivamente a escola pública na área rural de Joaçaba entre 1938 e 1961. Em 1938, com a nacionalização das escolas com conotação étnica, ocorreu o fechamento de escola teuto-brasileira de forma generalizada na área rural local. O período histórico, que se estende até 1961, representa a interferência e participação da União e do poder público catarinense na regulamentação desse nível de ensino, o que refletiu nessa região de Santa Catarina através resolução da campanha de nacionalização do ensino. É nesse período que são aprovadas as Leis Orgânicas Federais referentes ao ensino primário e realizadas as adaptações pelo poder público estadual e municipal.

Em Santa Catarina, ocorreu uma adaptação às Leis Orgânicas Federais do Ensino Primário em dezembro de 1946 e foi aprovado um novo regulamento para os estabelecimentos de ensino primário, ainda em vigor até o término da década de cinquenta, quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi promulgada 4024/61 em 20 de dezembro de 1961.

O recorte mais amplo entre 1938 e 1961 permite captar as interferências das políticas públicas e permanências das características da cultura escolar na escola pública em área rural local.

A seguir, será realizada uma apresentação das professoras que compõem este estudo.

PROFESSORAS GUARDADORAS DE MEMÓRIAS DA EDUCAÇÃO

Para o trabalho de pesquisa, a entrevista aproxima o momento histórico e a escola de que se está falando. O trabalho histórico traz a possibilidade de arquivar cenas para a posteridade e dela poder se dizer algo.

Estar com as professoras em diferentes momentos da pesquisa, foi uma experiência que tem, em si, uma magnitude semelhante a fazer uma viagem e estar no interior das salas de aula através de suas memórias. O trabalho oportunizou a vivência e a experiência da escuta, pois eram muitas as histórias

e fatos. À medida que o diálogo tinha continuidade, novos temas eram descritos detalhadamente pelas professoras.

A conversa evocativa de um velho é sempre uma experiência profunda: repassada de nostalgia, revolta, resignação pelo desfiguramento das paisagens caras, pela desaparecimento de entes amados, é semelhante a uma obra de arte. Para quem sabe ouvi-la, é desalienadora, pois contrasta a riqueza e a potencialidade do homem criador de cultura com a mísera figura do consumidor atual. (BOSI, 1999, p. 82-83).

Uma das depoentes, Cecília, é a ex-professora que lecionou numa das escolas nacionalizadas de Joaçaba, a escola na comunidade de Dois Irmãos. Ela já havia participado de forma indireta do trabalho de pesquisa no mestrado (2002). Entre as várias contribuições que resultaram da entrevista, além dos dados obtidos, há o auxílio na identificação de outros depoentes, ex-professores e ex-alunos da região.

Cecília coleciona materiais variados, recortes de jornais, fotografias e interage constantemente com alguns pesquisadores da região. Ao identificar a possibilidade de adensamento da entrevista, a interação e os encontros com a mesma foram vários.

Cecília foi contratada pelo poder público municipal de Joaçaba a lecionar na Escola Isolada Municipal de Dois Irmãos, no período entre 1942-1944. Nasceu em Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul. Durante a infância, por alguns anos, residiu em Joaçaba, mudou com a família para outros locais, pois perdeu a mãe quando tinha apenas 10 anos de idade. Alguns dos locais em que morou são: Laguna-SC, Chapecó-SC, Marcelino Ramos-RS. Aos 11 anos de idade, foi estudar em colégios religiosos, primeiramente na região de Joaçaba e Treze Tílias, e posteriormente, em São Paulo. Aos 18 anos, retornou ao município de Joaçaba e tornou-se professora pública na comunidade citada anteriormente.

Nos primeiros contatos com Cecília, em sua casa em Luzerna, a professora apresentou documentos variados de seu acervo pessoal como exemplares de jornais sobre Joaçaba e o jornal CIDAELA, quando fora colunista na década de sessenta e setenta.

Conforme descrição de Cecília, nesse jornal que circulou em Joaçaba:

[...] O meu assunto era livre, eu podia falar sobre política, criticar políticos, nunca me dei mal nunca nas minhas críticas, nunca veio qualquer questão para questionarem ou provarem o que eu dizia. Só falava o que era realmente, o que os jornais já diziam. [...] Mas eu

era amiga de uma jornalista, Cirila de Menezes Pradi, que foi por muitos anos diretora do Grupo Roberto Trompowski. Quando eu dei a idéia para que ela fizesse um artigo a respeito, [rio] ela tanto me incentivou e insistiu que acabei dizendo para ela que ia escrever um artigo sobre o rio, só um. Só que toda semana me cobravam artigo, então continuei escrevendo enquanto durou a Cidadela, de 1976 até oitenta e pouco.

Cecília lecionou por poucos anos, sendo sua maior experiência na agência de Correios e Telégrafos local, onde aposentou-se. É leitora e gosta de selecionar materiais históricos variados, conforme comentário:

[...] Queimei livros esses tempos, deu pena, mas me irritei de tanto me incomodarem, tinha muito livro velho, pus muito livro velho fora. Uns já tinha salvo da enchente, quase que tive que secar página a página, depois me incomodei de fato, tinha um quarto e era cheio de prateleiras, todo mundo implicava “Mãe, jogue essa velharia, por que vai guardar essa velharia? “Não adianta!” Eu tinha todas as revistas do Cruzeiro.

A ex-professora tem participação em atividades de pesquisa no trabalho de levantamento de dados e de entrevistas.

Pois é, tenho ajudado diversas pessoas a fazer levantamentos de . Fui entrevistada pela televisão aqui de Joaçaba, era a Barriga Verde, a Band. O interesse maior era saber sobre o começo da cidade de Joaçaba que antigamente era Limeira, depois Cruzeiro do Sul. Eles queriam saber sobre etnias, quem morava, também saber sobre os carnavais...

Cecília rememora e tem muita facilidade para fazer narrativas e dar detalhes dos acontecimentos.

Não tenho muita necessidade de procurar, porque vivi isso. Agora, quando quero procurar algum dado sobre quando estive fora da cidade, por exemplo, leio o livro do Cinqüentenário. Vou atrás de alguns nomes, por exemplo, o nome do professor Joça, que eu já tinha esquecido. Ele veio para Joaçaba em 1887.

Encontrei professora “narradora”.

[...] os velhos têm muita necessidade de convivência com os jovens para que possam viver um pouco melhor, não serem solitários e ranzinzas, porque um velho sozinho se torna impertinente, e vive naqueles tempos, não vive das lembranças daquele tempo, não se moderniza e vai ficando depressivo, o Mal de Alzheimer chega fácil. A juventude traz força para os velhos, na vida é sempre necessário os velhos terem uma turma de jovens ao redor, não para criticar, mas para conviver, para que o velho possa rejuvenescer.

Narrativas produzidas em diálogo com os entrevistados quando incorporadas ao trabalho histórico trazem a possibilidade de arquivar cenas para a posteridade e dela poder se dizer algo. A evocação da memória também traz implicações para se pensar o contexto da rememoração “os narradores não somente escolhem o que vão rememorar e contar a você; eles também

participam, negociando o contexto da rememoração. Narradores também têm ideias específicas sobre o que constitui uma ‘entrevista’” (ERRANTE, 2000, p. 168).

Ao finalizar o trabalho de entrevistas (2008), ela enfatizou que a sua participação foi um despertar para as questões de sua história de vida. Apesar de longos, os trechos a seguir, foram incluídos pelo significado e importância que expressou em relação à riqueza dos momentos vivenciados na entrevista.

Muito importante! Ele me despertou um pouco do marasmo que vinha tendo, estava esquecendo muitas coisas, perdendo um pouco o interesse não só da escola, mais diretamente comigo. Isso me deu mais ânimo para pensar em escrever livros. Foi ótimo para mim, foi excelente. Me senti muito importante, até para dizer bem. Podendo ajudar você num trabalho como o seu, a tua escolha é maravilhosa! Ninguém mais se interessa por isso, as pessoas se interessam em chegar no doutorado e fazer alguma coisa que tenha campo e você pegou uma coisa tão profunda: o ensino.

Olhando para trás, o professorado, era uma das missões mais importantes nesse país, tanto que mulher não trabalhava fora de jeito nenhum, agora professora sim, é uma coisa que todas as famílias se orgulhavam que a filha fosse,

Profissão de alto nível, de grande prestígio era ser professora. Qualquer vilarejo que não tinha professor, que o governo não dava, os pais tiravam do bolso com muito sacrifício o que ganhavam a cada dia no labor para pagar.

O professor é educador, ele não pode dar mau exemplo para os nossos filhos é o exemplo pelo qual os nossos filhos vão moldar o seu caminho, a sua vida. Era uma coisa tão importante que quase me falta palavras para explicar a missão do professor, desde que começou, tanto que traziam o professor de fora, porque aqui o governo não tinha cultura para isso,. Os primeiros professores são muito importantes. É como se entregassem uma pasta de barro para moldar. Depois do barro seco não há como moldar. [...] Aqui, respeitavam muito os professores. Olha, muito raramente você vai ouvir caso de que alguém mexeu com professor, era um escudo, ninguém mexia, não me lembro de alguém ter molestado a professora, era uma pessoa muito especial, era o ídolo. Tive conhecimento de muitas famílias que mudaram a vida deles baseado no exemplo do professor.

A segunda depoente deste estudo é a professora Luiza. Ela lecionou por mais vinte e três anos, somente na Escola Isolada Municipal de Santa Terezinha. Aposentou-se em 1963, mas continuou exercendo a docência como professora substituta ainda por longos anos.

Iniciou a docência aos dezesseis anos em Rio Bonito, atual Tangará, próximo a Joaçaba. Relatou que foi indicada ao magistério pelo bispo da paróquia de Joaçaba, e que exerceu a função do magistério paralelamente a

de catequista na igreja católica. Enfatizou que sua trajetória profissional no magistério foi trabalhosa:

Em Tangará lecionei sete anos. Depois, me transferiram para Herval d' Oeste, depois fui para Joaçaba, passei para o Herval. e em Luzerna. Lecionei de substituta das professoras que entravam em licença ou ganhavam férias. O que eu passei na minha vida ninguém sabe, o sofrimento que eu tive, dos 35 anos que lecionei. Dos 5 anos que lecionei aqui de quinze em quinze dias, no município de Luzerna, mas como me querem bem! Todos os dias tenho visita. Todo dia. Não posso me queixar desse povo e nem dos médicos. Desde setembro pra cá [2005] me internei 31 dias. E assim passou. Mas o que eu sofri! Ontem riram, as minhas visitas, porque disse: chegou a velha carrancuda, rabugenta, sem graça.. Porque eu gostava muito de brincar com os chefes da escola, o inspetor, com prefeitos, vereadores, advogados.

Em 2005, retomei o trabalho com a professora Luiza através do livro de Atas de exames escolares referente a década de quarenta que estava com a professora Cecília, pois eram vizinhas em Luzerna. Nesse momento, encontrei a professora triste pois havia perdido um filho recentemente e dizia que questionava o sentido da vida, sentia uma tristeza profunda.

Realizei mais dois encontros, mas já não era mais possível o acréscimo de informações. Cada vez estava mais adoecida. O que acrescentou, foram informações de que teve alunos filhos de alemães e descendentes, que teve dificuldades e estranhamentos com algumas famílias, porque fora acusada de fazer defesa de alunos filhos de luso brasileiros. Também ficou bem marcado, nos últimos encontros, uma homenagem que havia recebido recentemente de seus ex-alunos e moradores da comunidade da escola em que lecionou, a Santa Terezinha.

[...] Fazia dias que estava programada. Eu estava tão mal, estava de cama. Vieram duas professoras da prefeitura e me levaram lá. Então, iniciaram como quando eu começava a dar aula, a fila das crianças. Elas entraram em fila, e duas me carregaram, fui erguida. Me levaram lá dentro da sala, daí começou a aula, como eu iniciava. Primeiro a chamada, depois falava com as crianças, olhava os trabalhos. Uma professora fez a minha parte, porque eu lecionei 23 anos lá. Foi um aluno meu que mandou fazer homenagem. Ele trabalha no banco Bradesco em São Paulo. É Sérgio Socha. .

[...] Mas olha, foi tão lindo, tão lindo! Eu chorei. Eu tive que falar e não podia falar. Chorei junto com as professoras que estavam lá. Ganhei flores, um buquê, vasos de flores, esta [placa] de homenagem. Eu sei que fizeram uma festinha bonita, terminou ao meio-dia. Daí vim embora e tive que ir para o hospital. Quando cheguei em casa, estava tão mal, fiquei nove dias, internada.

Luiza, hoje falecida, era uma profissional e pessoa muito considerada na localidade sempre envolvida com questões sociais, religiosas e educacionais

até bem pouco tempo. Salientou que, além de lecionar na escola em área rural também auxiliava colegas professores na organização das atividades burocráticas. Assim explicou:

Ajudava os professores em negócio de fim do mês, movimento, porque não tinham prática, sabe? Naquele tempo, era tudo com décimo, com centésimo, e aquelas vírgulas.

No último encontro [2006], estava com o material escolar separado: termos de visita, atestado de frequência, fotografias e o Livro Ata de Exames Escolares que guardara por mais de 50 anos. Ela doou esse material dizendo, “depois que a gente vai, isso vai fora porque é papel velho, quem sabe você pode dar um destino melhor para eles” Na ocasião, não tive a oportunidade de perguntar, por que guardou aquele documento com tanto zelo e por tantos anos.

A terceira depoente e professora Maria, que nasceu em 1932, em 1947 começou a lecionar em Joinville, no ano de 1953 em Joaçaba, em 1984 se aposentou. Trabalhou numa única escola em Joaçaba, na Escola Isolada Estadual da Linha do Cedro. Envolvida com a localidade, além de professora também foi catequista por mais de trinta anos. Em relação a sua aposentadoria no magistério informou:

Agora eu precisava buscar..... [declaração] no dia 24 de abril de 1978. Essa foi a data da minha aposentadoria. Eu lecionei neste lugar vinte e seis anos. Eu me aposentei com 31 anos de serviço, até que eu pude incluir o me tempo de serviço lá de Joinville, eu tive que ficar um ano a mais, porque eu comecei meio tarde, eu não tinha muita prática disso, então eu dei trinta e um anos de aula. Já imaginou?

Relatou que era elogiada pela ordem que tinha na sua escola, em Joinville e na escola da Linha do Cedro que hoje pertence ao município de Ibicaré. O seu maior desgosto no magistério foi o de ter ficado sem receber um ano e quatro meses. Os moradores na área rural, de acordo com Maria a socorreram enquanto aguardava a sua nomeação. Outro aspecto, salientado enfaticamente era a diferença salarial entre a escola que lecionou em Joinville e a escola da área rural de Joaçaba, a remuneração era muito inferior.

A professora relatou que na sua escola escola havia alunos que ingressavam na escola na década de 50 sem saber falar a língua portuguesa. Ressaltou que ainda lembra que perguntava por eles e pedia para que respondessem presente, eles sempre questionavam quando é que eles

ganhariam o presente. Seus inspetores foram Rômulo Malaquias e Romeu de Sisti.

Na documentação fornecida por essa professora, como termos de visita, forneceu cópia do livro referente a uma homenagem que recebeu em 24/08/2000 de seus ex-alunos. A professora rememorou com emoção o dia em que foi homenageada, detalhando:

Sem eu saber, eles vieram e me disseram: Olha, dona Maria, tal dia nós iremos fazer uma homenagem para a senhora, em gratidão por tudo o que a senhora fez por nós, pelo que nós aprendemos, tudo... aí neste livro [festa] cada um fez uma dedicatória, olhe aí.

Nossa! Esse dia foi emocionante demais, porque eu chorei, quando eles começaram a vim me dar o abraço e agradecer eu o que fiz por eles, ah, isso ali foi pra mim, muito emocionante, nossa senhora! O coordenador de tudo isso, foi o Amadeus Zagonel,

Foi uma surpresa. Na última semana, o Amadeu veio aqui em casa, ele e a esposa dele, os dois eram meus alunos, e disseram: "Olha, dona Maria, a gente não sabe como agradecer tudo o que a senhora fez por nós, a senhora foi a nossa mãe! Então nós vamos fazer uma homenagem pra a senhora. Vem o coral cantar a missa! De Luzerna. A senhora se prepara dona Maria para dizer umas palavras para nós, também. Eu digo: "isso é o de menos! Sempre soube falar para vocês na hora, também saberei o que dizer". Mas no fim não pude mais falar, tive que chorar. Não pude mais completar. Mas também pudera, né! Vê tudo, primeiro a gente via aqueles pequeninhos olhando pra gente, pedindo tudo pra gente quando era professora. Agora vê aquelas pessoas lá, todas bem vestidas, na maior pose, olhando para mim de novo! E dizendo: "essa foi a minha professora!" Olha, é difícil acontecer isso, né!

A professora Maria manifestou surpresa e satisfação em participar da entrevista neste estudo, afirmando:

Olha, eu estou surpresa, porque eu nunca fiz um trabalho desses. Nunca, nunca ninguém veio a minha procura através de um trabalho sobre a minha escola e você foi a primeira fico feliz com isso, agradeço e se foi de bom proveito para você, para mim foi! Agora se foi também para você, fico feliz.

Normalmente, as entrevistas realizadas com as professoras foram utilizados diversos materiais escolares que as professoras selecionaram para o encontro, tais como fotografias, livros historiográficos da região, o álbum Cinquentenário, fotos de família, livros da história da igreja, livro de atas de exames escolares e outros.

Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição (BOSI, 1999, p. 81).

As entrevistas possibilitaram a vivência e a possibilidade de crescer com a experiência do outro, no caso, a docência. Nas narrativas, rememoravam e traziam à tona uma escola que ainda vive e habita em sua memória.

CAPÍTULO 2 - CONTEXTUALIZAÇÃO: PRÁTICA ESCOLAR ANTERIOR AO ENSINO PÚBLICO NA ÁREA RURAL DE JOAÇABA – 1917 - 1938

Neste capítulo, serão destacadas algumas características do desencadeamento do processo escolar teuto-brasileiro no município de Joaçaba, em Santa Catarina, entre 1917 e 1938. Uma das características abordadas em relação à cultura escolar da escola teuto-brasileira é a participação de igrejas na fomentação do processo escolar comunitário, uma vez que existia um campo de concorrência no interior das comunidades, marcado pelo pertencimento religioso o qual refletia na organização e funcionamento das escolas com conotação ética em âmbito local.

Algumas categorias serão analisadas através dos estatutos das sociedades escolares e eclesiásticas como a sua finalidade, valores, tradição, práticas, membros das sociedades, sobre o professor contratado, remuneração e ensino em que língua.

ESCOLA TEUTO-BRASILEIRA

A condição adversa do ensino público catarinense, em diferentes momentos históricos, contribuiu para o surgimento de escolas particulares com conotação étnica. Nesta condição se sobressai as escolas nos núcleos coloniais formados por alemães e descendentes, a escola teuto-brasileira.

A abertura de um número significativo de escolas teuto-brasileiras em Santa Catarina, de forma similar a outros locais (SEYFERTH, 1994, p.107), "veio suprir uma lacuna – a falta de escolas públicas em número suficiente para atender à demanda – mas, também contribui bastante para a preservação do uso cotidiano do idioma alemão".

Alemães e descendentes presentes em Santa Catarina, desde 1829⁶, eram oriundo de diferentes regiões europeias, pois a unificação alemã só ocorreria em 1871. O período de imigração mais intenso em Santa Catarina, em meados do século XIX, "coincide com o crescimento de movimentos de expansão, reformulação e valorização do sistema escolar nos Estados alemães" (LUNA, 2000, p. 67). Segundo Luna, o sistema educacional que se desenvolvia na Alemanha, que era a implementação do ensino estatal, servia como modelo a ser seguido.

Havia relutância de alemães e descendentes em financiar a obra da escola, pois alimentavam, desde a Europa, a expectativa de que os poderes públicos locais manteriam a escola, expectativa esta frustrada no Brasil. Conheciam a necessidade, de escola, mas não a maneira de satisfazê-la (SCHADEN, 1968, p. 169).

A falta de escolas públicas em Santa Catarina e a necessidade da instituição e sua manutenção nas colônias alemãs, são registradas no estudo de Klug (1997). De acordo com o autor primeiramente, havia a resolução de questões voltadas ao processo de instalação, "considerações em torno da escola ficavam para uma etapa mais adiante, após a instalação" (KLUG, 1997, p.70).

A presença de escola particular a partir de 1836, já era registrada na província catarinense, funcionando paralelamente aos estabelecimentos públicos de ensino. Com a intensificação do processo imigratório, a partir de 1850, principalmente com a vinda de alemães e italianos, houve o predomínio de escolas particulares nas zonas coloniais. Em 1867, numa população estimada de 119.181 habitantes, havia 11.510 estrangeiros (FIORI, 1991, p. 67).

De acordo com Seyferth (1990, p. 50), nas áreas de colonização, durante todo o século XIX, adentrando o XX, as autoridades não proveram escolas, principalmente escolas elementares. Tal tarefa foi deixada sob a responsabilidade dos próprios imigrantes.

⁶ De acordo com Monteiro (1984), inicialmente registrou-se a presença germânica no município de São José, com a fundação da colônia São Pedro de Alcântara. Em meados do século, com a chegada de novas levas imigratórias, dentre as novas fundações surgiram as colônias de Blumenau, Brusque, Dona Francisca e outras.

Dada a necessidade de garantir o ensino elementar, alemães e descendentes organizaram as escolas através do associativismo. E assim, nasceu a escola comunitária (RAMBO, 1994).

Em meados do século XIX, alguns fatores contribuíram para a implementação do processo escolar comunitário de imigrantes alemães. De acordo com Paiva (1987, p.11), "fatores de ordem político-religiosa e de política internacional [...] contribuíram para a progressiva multiplicação, expansão vertical e melhoria do ensino nas escolas de língua alemã no Rio Grande do Sul".

Entre 1850 e 1875, ocorreu a ampliação da rede escolar teuto-brasileira, principalmente em função da chegada de novos imigrantes e também pelo processo de migrações internas, aumentando, assim, a rede escolar e o número de colônias.

Um outro fator que contribuiu na ampliação e fomentação do processo escolar comunitário insere-se a vinda de padres jesuítas e pastores da Europa, que também passaram a incluir, em sua ação, o cuidado com a escola. De Boni e Costa (1984), afirmam que isso marcaria o início da perda do caráter comunal daquela instituição, enquanto Rambo (1994) faz uma alusão diferenciada:

apoiaram-na e fomentaram-na de todas as formas, sem entretanto fazerem dela um simples departamento da paróquia ou da capela. A escola comunitária (*die Gemeindeschule*) e a associação da escola (*die Schulgemeinde*), mantiveram-se autônomas e independentes em relação à igreja e à associação paroquial (*die Kirchengemeinde*). O padre ou o vigário tinha algo a dizer sobre a escola somente enquanto nela se ensinava o catecismo e se inculcavam os bons costumes. (p. 29).

De acordo com Kreutz (1994), pautado nos estudos de RAMBO (1994) e AMSTAD (1924), o desenvolvimento da escola teuto-brasileira, no Rio Grande do Sul, está dividido em quatro fases: 1824-1850, a segunda fase 1850-1875, a terceira fase 1875-1900, e a quarta fase 1900-1939.

Ainda, para Kreutz, na primeira fase, que compreende o período de 1824 a 1850, as iniciativas escolares presentes nas diversas colônias formadas por alemães e descendentes estavam desvinculadas de projetos comuns, isto é, a escola se mantinha individualmente, sem a interferência estatal ou de instituições religiosas.

O cenário das organizações que atuavam junto aos alemães e descendentes era plural, sendo que o período de 1875 a 1900 marcou a

atuação tanto da Igreja Católica como da Evangélica conforme enfatiza Kreutz (2000, p. 30):

A partir de 1875, as igrejas, católica e luterana, fazendo frente ao avanço do liberalismo, começaram uma verdadeira articulação de forças em relação ao processo escolar. Nessa fase, a escola estava vinculada aos projetos de igreja, tanto católica quanto luterana, recebendo uma conotação tipicamente confessional.

A presença de pastores, padres, professores naquele cenário incrementava a ação educativa e reforçava "a convicção de que a escola se constituía num bem de primeira necessidade, (...) doutrinavam constantemente os colonos com o intuito de melhorar o nível e rendimento das escolas" (RAMBO, 1994, p. 31).

Havia uma particularidade da escola nas comunidades evangélicas luteranas: sua presença de certa forma, tornava-se mais aglutinadora para aquela fração de imigrantes, por adentrar num país em que, durante o Império, a religião oficial era a católica romana, os protestantes eram apenas tolerados, como destacam Seyferth (1990) e Roche (1969).

Para Kreutz (1994), o período de 1900 a 1939 será de maior desenvolvimento da escola teuto-brasileira com uma mobilização ampla e eficaz.

As igrejas cristãs que incentivaram as escolas comunitárias junto aos imigrantes fizeram-no através de publicações e de material didático. [...] As associações de professores era o canal mais forte de vinculação entre igreja e escola.[...] a partir do período republicano, a política das escolas étnicas foi definida, incentivada e reelaborada com a participação das igrejas cristãs que assumiram a questão escolar como principal ponto de apoio para sua ação nos núcleos rurais". (KREUTZ, 2005, p. 159).

Para a compreensão da escola teuto-brasileira em Santa Catarina é relevante ter como referência o Estado do Rio Grande do Sul, enquanto contexto histórico. Primeiramente, deve-se levar em consideração o que tem sido ressaltado por estudiosos da temática da dentre eles Kreutz (1991, 1994) e Paiva (1987). O "centro da cultura" germânica seria o Rio Grande do Sul, que "concentraria uma estrutura de associações e entidades culturais teuto-brasileiras maiores e mais complexas do que qualquer unidade da federação brasileira" (PAIVA, 1987, p.6).

O Rio Grande do Sul é considerado o local expoente de estruturas e escolas teutas. Nele, ocorreu a expansão da escola teuta como maior organização estrutural, o que foi proporcionado pela própria política pública

riograndense, dentre outros fatores, que favorecia o aumento progressivo de estabelecimentos de ensino pela iniciativa particular. Para Roche (1969, p. 667):

A instauração da República não determinou a expansão das escolas do Estado, e o Governo positivista do Rio Grande do Sul antes encorajou as iniciativas privadas, inclusive as escolas teuto-brasileiras. Em 1924, o orçamento da instrução pública era apenas a décima parte do orçamento geral do Estado; a população contava com 61% de analfabetos. Em suma, foi preciso esperar o Estado Novo e a ameaça hitleriana para que o problema da nacionalização do ensino se apresentasse ao Governo do Rio Grande do Sul.

As estatísticas registraram, no final da década de 30, na quarta fase da trajetória da escola teuto-brasileira, além do suporte estrutural, o número expressivo de escolas teuto-brasileiras, totalizando no Rio Grande do Sul, 1041 escolas, sendo 570 escolas evangélicas, 429 católicas e 42 mistas. O segundo estado que concentrava um número significativo de escolas teuto-brasileiras, na década de 30 do século XX, foi Santa Catarina, que abrigava cerca de 340 (DALBEY apud KREUTZ, 1994, p.157).

O diferencial da política pública catarinense ao tratamento e funcionamento de escola, pela iniciativa particular com conotação étnica em relação ao Rio Grande do Sul. é que em Santa Catarina a campanha para nacionalizar as escolas nas áreas de colonização era uma política de Estado e a nacionalização do ensino, uma política pública em ação desde 1911.

A campanha é considerada de cunho liberal, pois além da assimilação se processar de forma gradativa, não se dava o afastamento do professor de nacionalidade estrangeira, ou seja, havia a possibilidade do ensino bilíngue (LUNA, 2000; FIORI, 1991).

O projeto político de nacionalização do ensino a partir de 1938, passou a ser orientado, em suas linhas gerais, por um plano federal de nacionalização do ensino comum para todo o Sul do Brasil. Os esquemas de nacionalização mediante a ação da escola passaram a ser mais rígidos, especialmente após o ano de 1942, quando ocorreu o rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Alemanha. Fiori (idem, p.141).

O fato que chama a atenção, no período de 1917 a 1938 em relação à escola teuto-brasileira, no Vale do Rio do Peixe em Santa Catarina, é que a escola estava inserida num contexto de disputas intra-religiosas, que envolviam

a divisão interna entre os alemães e descendentes, com uma fração católica e outra protestante, sendo essa última subdividida internamente.

A seguir, será evidenciado a participação de igrejas na fomentação do processo escolar comunitário de forma específica em Joaçaba com ênfase para contexto evangélico luterano.

CONCORRÊNCIAS RELIGIOSAS

A abertura de escolas católicas e evangélicas luteranas ocorria paralelamente, num processo de concorrência entre catolicismo e protestantismo. A atuação competitiva entre as duas igrejas, segundo Paiva (1987, p. 13), perduraria até o fim da década de 20 do século passado, quando então se uniram, embora de forma tênue e contraditória, na luta comum, isto é, para aplacar a nacionalização do ensino, via avanço da escola pública.

Dentre os alemães, há divisões de credo. Há a fração católica e a protestante, sendo que esta é subdividida em duas igrejas luteranas. De acordo com Seyferth (1982), as subdivisões do grupo são marcadas pelo pertencimento religioso.

A fração protestante, isto é, de pertencentes ao que se convencionou chamar de protestantismo de imigração, deu origem a duas igrejas luteranas: a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (atual IECLB), e a Igreja Evangélica Luterana do Brasil a (IELB), fundadas no Rio Grande do Sul, ao longo do século XIX (RIETH, 1998).

O Sínodo Riograndense, vinculado ao luteranismo alemão, além de suas normais atribuições eclesásticas, apregoava a defesa da germanidade, concebida como uma religiosidade indissociável da cultura e da etnia alemã conforme fora gerado (JUNGBLUT, 1994, p. 142). Jungblut chama a atenção para o pertencimento étnico dos luteranos, que adotavam esta postura, destacando que “entendiam sua religiosidade como limitada à sua própria etnia e, portanto, em princípio, não extensiva às demais etnias que compunham a sociedade nacional” (JUNGBLUT, 1994, p. 142). O Sínodo Riograndense filiou-se à Igreja Territorial Prussiana em 1903, e de acordo com seus estatutos:

"une, quanto à organização dos ofícios religiosos, à disciplina eclesiástica com a Igreja Evangélica Alemã" (WILLEMS, 1980, p. 345). Em outros termos, havia uma simbiose entre a língua alemã e o protestantismo.

O Sínodo Missouriano é:

é originário da América do Norte, onde criado, em 1847; chamou-se 'Sínodo Alemão Evangélico do Missouri, Ohio e outros Estados'. Ao apelo do pastor de Estância Velha, o Sínodo enviou, em 1900, um primeiro emissário, o Pastor Broders, que trabalhou sobretudo na região de São Loureço- Pelotas -, onde, em 1900, quatro paróquias pediram um pastor luterano. O pastor Mahler chegou em 1901 e tornou-se tão ativo que, em 1904, havia treze igrejas luteranas, com dez pastôres. Formaram elas um distrito do Sínodo de Missouri, cujo apoio permitiu que a organização se desenvolvesse no Rio Grande do Sul e, graças à enxameação da população rural, nos Estados de Santa Catarina e do Paraná. Fundou, em 1907, um seminário em Pôrto Alegre, um jornal da Igreja Evangélica Luterana, uma livraria central e uma organização escolar própria: para 116 comunidades em 1923, havia 73 escolas, com 40 pastôres e 48 mestres. Durante a Primeira Guerra Mundial, acusou rápidos progressos" (ROCHE, 1969, p. 677).

O luteranismo emigrado aos Estados Unidos, ao contrário do Sínodo Riograndense, segundo (RENK, 2000), não associava a fé à língua alemã.

Entre alemães e descendentes havia subdivisões de acordo com a religião da comunidade, como enfatiza Willems (1980, p. 287), As chamadas 'escolas alemãs' eram geralmente integradas em sistemas que refletiam a diferenciação cultural, sobretudo religiosa dos teuto-brasileiros. (...) A divisão religiosa coincidia geralmente com a divisão escolar e esta recebia o seu cunho distintivo pelas idéias religiosas de que compartilhava.

No Vale do Rio do Peixe, especificamente em Joaçaba, observa-se que, de maneira geral, há a participação sobretudo de igrejas evangélicas luteranas como promotoras do processo escolar comunitário e como concorrentes entre si no campo eclesiástico.

A presença formal do Sínodo Missouriano (atual IELB) no Médio Vale do Rio do Peixe ocorreu em 1925, com a vinda do pastor Valentim Kühn. O catolicismo se fazia presente na região com o atendimento realizado pelos padres da Congregação Franciscana, a primeira ordem a se estabelecer no Vale do Rio do Peixe. A orientação eclesiástica católica provinha da Diocese de Lages desde 1927. Esse vínculo se manteve até 1975, quando da criação da Diocese de Joacaba. (FILIPPIM, 2001, p. 180-190).

A entrada do Sínodo Riograndense (atual IECLB) pode ser observada na cópia da carta do Sínodo Riograndense, datada de 2 de setembro de 1913, destinada à Sociedade Evangélica para os Protestantes Alemães, de Barmen/Alemanha. Na carta, os pastores exigiam condições para atendimento eclesiástico e escolar. O documento ressalta a disputa com o Sínodo Missouri. Caso não houvesse condições para cobrir o atendimento a novas áreas, o Sínodo Missouriano poderia tomar para si as novas comunidades.

Um novo campo de trabalho encontra-se no Rio do Peixe, a Leste de Erechim, onde a Companhia Colonizadora Riograndense já assentou alguns centos de colonos e demarcou mais aproximadamente 1.000 colônias. Faço referência ao mapa que acompanha esta – Planta da Colônia Erechim e terras adjacentes. Seremos obrigados a dedicar mais cuidados à grande área que o mapa mostra. Como é conhecido, atua lá como pastor do Sínodo apenas o P. Elsässer e ele é do parecer, que de momento há não lugar para um segundo pastor; que a atividade principal seria na área escolar. **Isto certamente está muito correto; mas eu julgaria muito bom se lá pudéssemos colocar mais dois pastores que, naturalmente, teriam de se dedicar preferencialmente à escola. O que poderá fazer um único pastor, ainda que extremamente dedicado, que tem que atender toda a região desde Passo Fundo, passando por Marcelino (sic) Ramos, entrando em Santa Catarina e indo em direção Leste até o Rio Ligeiro!** Aquela região ampla recebe a cada semana novos moradores; a colonização não só progride junto a Erechim, mas especialmente ao longo dos rios de igual nome Rio do Peixe em Santa Catarina e também no nosso Estado. Os missourianos têm pastores em Erechim e Paiol Grande e o pastor de Tiradentes, em Guaporé, visita os colonos no Rio do Peixe. Nestes dias me foi feita a proposta pelo diretor da já mencionada Companhia Colonizadora, de mandar um pastor pelo menos ao alto Rio do Peixe, para onde conduz uma estrada de 15 km, partindo da estação Desvio Araújo, que sobre tudo deveria dar aula. Ele doaria terras para a igreja e escola e assumiria o compromisso de colaborar nos primeiros dois anos mensalmente com Rs 60\$000. Os colonos que lá se fixaram não são desprovidos de recursos. Se o Sínodo Riograndense não ocupasse aquela área, ele teria que acolher os missourianos. (PASTA, SR 12/3/058, p. 3-4) (sem grifos no original).

O Sínodo Riograndense adentrou o Vale do Rio do Peixe, criando sedes pastorais nas quais, de modo geral, normalmente funcionavam a igreja e a escola e se realizava o atendimento às comunidades sinodais.⁷ Era em torno da estação férrea que normalmente se instalava a sede pastoral, onde o pastor fixava residência e atendia às comunidades adjacentes àquela sede, a partir da chegada de novos imigrantes, no caso, evangélicos. A rota de atendimento

⁷ A extensão do atendimento do Sínodo Riograndense, no Vale do Rio do Peixe, e os limites sinodais ficavam entre a sede pastoral da Colônia Rio do Peixe/Piratuba e Perdizes/Videira, segundo informa os documentos eclesiásticos.

seguia ao longo do vale, nos locais em que passavam os trilhos da estrada de ferro.

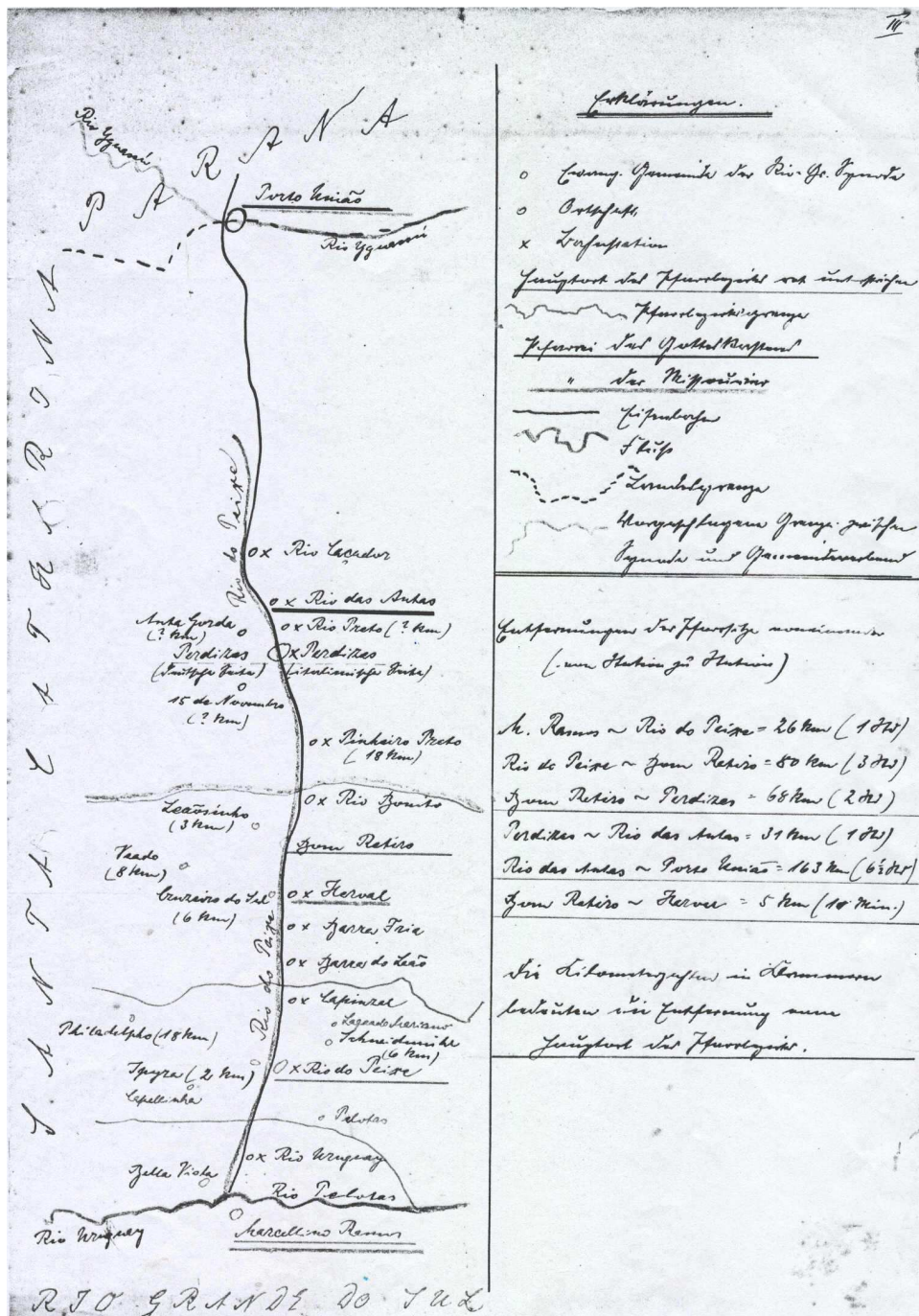


FIGURA 3 - Abrangência da Comunidade Evangélica do Sínodo Riograndense – Vale do Rio do Peixe – SC
 Fonte: Acervo IECLB de São Leopoldo (PASTA SR 63/1)

No momento inicial, os moradores evangélicos luteranos eram assistidos por pastores de Marcelino Ramos, município do Rio Grande do Sul.⁸

O Sínodo Riograndense, em Joaçaba, se apresentou como instância que cuidava da educação de seus membros, seu trabalho educativo visava ao “cultivo da comunidade”, como expresso nos estatutos da própria comunidade eclesial: “para o fim de cultivar a vida cristã e de cuidar da instrução e educação moral e intelectual dos meninos e das crianças, baseando-se esta na Escripura Sagrada e nos Symbolos da reforma Allemã” (BRASIL, 1941, Art. 1).

O funcionamento da escola, naquele sistema escolar, era alicerçado na família e na igreja, através da participação dos pastores. Logo, a Igreja não assumia sozinha o papel educativo da criança, mas estabelecia, normalmente, uma parceria entre os pastores e as diretorias escolares. A família era chamada a contribuir, dando ênfase ao aspecto religioso, particularmente entre os evangélicos luteranos

A escolaridade era fundamental para a sobrevivência da confessionalidade, razão pela qual se verificava intenso esforço dos pastores luteranos em prol da escola, mesmo que não fosse denominacional. Estimulando e fortalecendo a escola, dois objetivos estariam sendo atingidos: a manutenção da germanidade (Deutschtum) e da confessionalidade luterana (KLUG, 1997, p. 7).

A escola dita comunitária antecipava-se em relação ao comunitarismo das próprias famílias, por se constituir, segundo indicativos, num elemento fundamental para os evangélicos luteranos, objetivando a sobrevivência da própria Igreja, com a simbiose entre protestantismo e língua alemã.

No decorrer da década de 30, foi registrada a presença de um pastor evangélico fixo no município e Joaçaba. Chamava-se Gustavo Hahn, com formação em Ginásio e Seminário. Nasceu em Geschwenda Turíngia, instalando-se no Brasil em 1922, e no município de Joaçaba, em 1931⁹. Uma correspondência do pastor H. Boll, de Erechim, ao presidente do Sínodo Rio-Grandense P. Th. D i e t s c h i, em 3 de agosto de 1931, destaca:

O Sr. P. Hahn foi instalado em Bom Retiro a 19 de julho pelo colega Regling; não me foi possível presidir esse ato pessoalmente; como se tratou apenas de uma apresentação, encarreguei Regling que, além disso, já havia conduzido as últimas negociações com a

⁸ RELATÓRIO IECLB, Joaçaba, 1962.

⁹ Segundo informações do Relatório Estatístico referente ao ano de 1934, da Paróquia Bom Retiro. (Pasta, SR 63/1).

comunidade. Segundo as informações dele, o domingo transcorreu normalmente até certo ponto, mas não foi possível convocar uma assembléia ordinária, visto que as dificuldades eram demasiadamente grandes; o P. Hahn quer tentar pôr ordem na casa. Inicialmente não faz questão de uma casa pastoral, a fim de manter os terrenos urbanos e até que reine ordem; por enquanto mora na antiga escola em Bom Retiro. Ainda não está resolvida a questão da propriedade¹⁰ referente à ½ colônia, que os católicos reivindicaram para si. H.[ahn] escreveu a Hacker nesse sentido. (PASTA SR 63/1).

Esse pastor veio com a incumbência de trabalhar também na área educacional. Havendo dificuldades com o professor na comunidade de Leãozinho, passou a residir nesse local. Tal comunidade, ao longo do período, era considerada local de pregação da paróquia de Joaçaba/Bom Retiro, conforme consta na carta citada anteriormente.

Por enquanto Hahn ainda não pode assumir a escola em Leãozinho, porque o professor não se retira, apesar de ter pedido demissão; como por enquanto se pode contar apenas com 100 membros, a subsistência será bastante reduzida. Por isso o P. Hahn solicita por ora uma subvenção de 100\$000 mensais por parte do Sínodo, o que também gostaria de recomendar com a presente (PASTA, SR 63/1).

A partir de sua presença, Bom Retiro foi elevada a sede paroquial em agosto de 1931, segundo relatório do dia 30 de agosto de 1931, do pastor Gustavo Hahn sobre a comunidade. A tentativa anterior, em 1927, quando se desvinculou da paróquia Rio do Peixe, mostrou-se infrutífera.

A instalação do pastor Gustav Hahn pelo pastor Regling, a 19 de julho de 1931, Bom Retiro foi elevada a sede paroquial autônoma do Sínodo Riograndense. Sede pastoral é, por enquanto a **sede urbana**, visto que a filial Leãozinho já havia empregado um professor. Toda a paróquia abrange o território entre Herval (sul) e Rio Bonito (norte) – 5 Km de extensão. O Sínodo possui uma área de terra na sede urbana, 100 x 100, bem localizada, e valendo já hoje no mínimo 7.000\$, valorizada pela plantação de 24 árvores frutíferas nobres pelo pastor (PASTA SR 63/1).

No mesmo relatório, o pastor falou das dificuldades de coordenar atividades na área educacional e eclesiástica. Apresentou descrição pormenorizada das comunidades e da situação em que se encontravam. A maior dificuldade apontada por ele em assumir também o magistério estava na

¹⁰ Parece que se trata de sobreposição de doações. Neste documento é explícito que a tensão era com a igreja católica. Esta reivindicava a área de terra da Igreja Evangélica. Complementa a informação a seguinte afirmação “No início da década de trinta a Comunidade de Luzerna estava quase extinta. A presença evangélica não era marcante. Foi nesta ocasião que pessoas interessadas quiseram se apoderar dos terrenos da Comunidade. Em relação a chácara conseguiram o seu intento. Fracassaram em relação aos outros, porque em 1931 o pastor Hannemann, auxiliado financeiramente por alguns membros, viajou a São Paulo onde conseguiu, junto aos diretores da Colonizadora Hacker, a Escritura Pública do terreno onde hoje se encontram a casa pastoral e a igreja de Luzerna.” (PAGANELLI, s/d p. 6).

disputa do campo religioso na relação concorrencial como entre os Sínodos Riograndense e Missouri.

A escola de Leãozinho, que originalmente deveria ser atendida pelo pastor, é atendida pelo professor Prass, que tem 11 famílias parentes na localidade. Seria temerário querer apoderar-se da escola a força. – A escola em Veado está carregada de material explosivo por causa da desunião dos membros (católicos, evangélicos, sabatistas, italianos) e não faria sentido meter-se nisso. – Entre Veado e Leãozinho abriu-se uma escola (evangélica), cujos alunos antigamente iam para Veado. Essa escola fechará novamente ou deverá ser deslocada mais para o norte, em direção ao estreito. Caso o Sínodo insista em que o pastor assuma uma escola, somente entraria em cogitação Veado ou São Bento, o que, todavia, prejudicaria novamente o trabalho eclesiástico iniciado, em face da dificuldade de locomoção e da atividade das seitas; pois o mais tardar no começo do próximo ano deve-se contar com o atendimento de Rio Bonito e com um novo núcleo em Água Doce (PASTA SR 63/1).

Ainda na correspondência, propôs algumas alternativas ao Sínodo Riograndense, como a solicitação de "subvenção mais generosa", para garantir sua reputação, utilizando como justificativa a comparação com a situação e condição do pastor do sínodo concorrente. Nessa arena, inseriam-se as "seitas", categoria pejorativa para desclassificar as demais religiões, como a sabatista.

Todas as quartas-feiras ensino confirmatório e à noite canto em Leãozinho; a mesma coisa às quintas em Veado, por causa dos sabatistas.

Mais tarde pode ser instalada uma escola noturna em Bom Retiro, na sede urbana. O plano do pastor é o seguinte: o Sínodo não deixar a paróquia abandonada por muito tempo por causa das seitas; no primeiro ano deve estar garantida a mais generosa subvenção, por causa da reputação. Ainda há muitas terras para serem povoadas, especialmente entre B. Retiro, S. Bento, Água Doce, em parte já adquiridas por evangélicos, mas ainda não ocupadas. As terras sinodais são preparadas da melhor maneira, fabricam-se tijolos em cooperativa e com eles todas as comunidades são providas com as construções necessárias, a sede urbana com uma casa digna, posteriormente alugada, para, o mais depressa possível, poder garantir a subvenção pastoral mínima (PASTA SR 63/1).

A proposta do pastor em não atuar na docência justificar-se-ia pela primazia da divulgação da fé luterana num espaço em disputa com outros credos religiosos. Ele fala em atendimento não-regular aos missourianos e católicos. É mais um forte indicativo de que a escola era instância de investimento daquelas representações eclesiásticas presentes no município de Joaçaba.

O crescimento das comunidades está sendo muito dificultado pela propaganda das seitas. Na vizinhança imediata se encontram:

missurianos, adventistas, sabatistas, ciência cristã e os chamados pentecostais, que têm seus adeptos em toda parte, em Veado inclusive igreja e escola. O pastor missuriano em Herval é proprietário de um moinho e mantém uma lucrativa criação de porcos, além disso, recebe mensalmente uma subvenção de 600\$ por parte do Sínodo. (manuscrito: “Os pregadores pentecostais são mantidos por uma olaria”).

A fim de atender todas as exigências, é bom que o pastor, a exemplo dos franciscanos e missurianos, não atenda regularmente *nenhuma* escola. (PASTA SR 63/1) (sem grifo no original).

Em torno de 1936, iniciou-se um movimento na paróquia de Bom Retiro para a retirada do pastor: as comunidades não estavam satisfeitas com o seu desempenho. Várias comunicações foram enviadas ao presidente do Sínodo Riograndense até ser decretada a sua saída. Entre os seguidores do Sínodo Riograndense, a relação da comunidade com os pastores nem sempre foi amistosa. O fato de a comunidade contribuir financeiramente para a manutenção do pastor fazia com que essa em momentos de tensão, exercesse uma função de domínio submetendo o pastor às suas condições.

A título de ilustração, há a correspondência enviada no dia 15 de março de 1936, ao pastor Kreuzer, em Erechim, com pedido de encaminhamento ao Sínodo: “Com a presente, chamamos a atenção para os acontecimentos que há muito vêm ocorrendo em nossa comunidade, (...) Está previsto que haja culto a cada quatro semanas, mas quase a metade sempre é cancelada. Além disso, queremos perguntar se um pastor pode realizar um casamento, quando nem antes nem depois se realizou o casamento civil? Aqui em Veadas isso já aconteceu duas vezes sob o Sr. P. Hahn, sem perguntar os membros da diretoria. Além disso, os referidos senhores ainda estão em atraso de alguns anos com suas contribuições”. (PASTA SR 63/1)

Inúmeras eram as dificuldades enfrentadas pelos pastores: nas atritos entre as comunidades; carência de recursos para manutenção das igrejas, a falta de regularidade nas contribuições pelos próprios membros da igreja, assim como das companhias colonizadoras para a manutenção dos proventos do pastor.

Nesse sentido, como destacado posteriormente em outros documentos das igrejas, o atendimento eclesial da paróquia de Bom Retiro/Luzerna ficou ao encargo do pastor Rogowski, de Perdizes Videira, que ali permaneceu até 1939. Posteriormente, assume a paróquia de Bom Retiro o pastor Hoffmann, que permanece até 1950, ano de seu falecimento.

A Igreja apresentava sérias dificuldades de atendimento eclesiástico no Vale do Rio do Peixe. Era reduzido o número de pastores, e o atendimento eclesiástico precário desde 1917, mas houve várias tentativas de organização da paróquia, conforme se identifica na fonte documental de igrejas como a luterana (IECLB), que registra o vínculo do trabalho eclesiástico com o escolar.

Embora o Sínodo Riograndense tenha apresentado atendimento eclesiástico irregular e deficiente, na nova região de colonização, especificamente na paróquia de Bom Retiro, citada de forma recorrente na fonte oral e documental da igreja, é possível destacar que a escola elementar, fazia parte da ação pastoral dessa igreja, no período delimitado entre 1917 e 1938, assim como, um campo de concorrências recorrentes entre as duas Igrejas luteranas, na nova região de colonização de Santa Catarina.

Isso revela que havia uma finalidade implícita na participação de representantes de organização religiosa, que ultrapassava simplesmente a própria escola. A seguir, será analisado, através dos estatutos das sociedades escolares e eclesiásticas, as principais características e funções das sociedades escolares da escola teuto-brasileira local.

SOCIEDADES ESCOLARES

As sociedades escolares correspondem à forma de organização das escolas teuto-brasileiras em Joaçaba. A criação da escola como elemento fundamental da cultura teuto-brasileira era uma organização comunitária entre 1917 e 1938, com conotação étnica e confessional.

A "Associação Escolar", também chamada de "sociedade escolar", foi gestada nas comunidades de alemães e descendentes, a partir da necessidade de ampliar as fronteiras do conhecimento da criança. E, somente seria promovida, a partir da institucionalização da escola. O processo de criação e desenvolvimento da escola foi analisado por Klug (1997, p.85): "No entanto, a necessidade de oferecer uma educação que fosse além dos rudimentos exigia a presença da escola formal, com a figura do professor. Entra aí a comunidade,

instituindo a 'comunidade escolar' (*Schulgemeinde*) para se responsabilizar pela complementação da educação".

A característica dessa organização, bem como do comunitarismo em Joaçaba, era evidenciada nas práticas, o que se dava já no momento em que era viabilizado o terreno para a construção da escola, através de doação, que consistia numa das importantes características daquele fazer educativo, ou seja, na participação das famílias como mantenedoras.

Em relação a esse procedimento, dentre as escolas de Joaçaba em funcionamento entre 1917 e 1938, pode ser exemplificado o caso da construção do prédio da escola na comunidade de Leãozinho, no decorrer da década de 30, segundo uma comunicação¹¹ ao pastor Hannemann, presidente distrital de Marcelino Ramos.

Muito prezado Colega!

Com data de 02/04 o Sr. Heinz Suehnel, secretário da comunidade Leãozinho, ex-professor, me escreveu sobre a escola que não pôde mais ser mantida. Observou que a Comunidade Escolar havia comprado dois hectares de terra há dois anos e construído uma moradia para o professor, com gastos de 4:500\$000. Da compra da área de terra, escriturada em nome do Sínodo, e do inventário ainda restariam 2:200\$ de dívidas. Por fim o Sr. Suehnel solicitou informações sobre como proceder. "Estaria o Sínodo disposto a pagar as dívidas existentes, ou podemos vender terras e benfeitorias, para pagar as dívidas?" (PASTA, SR 94/1).

Há indicativos de que houve a doação de terreno por uma companhia colonizadora, no caso Hacker & Cia., para a sede da colônia Bom Retiro. No caso das demais comunidades de Dois Irmãos, Leãozinho e Veadas, a própria comunidade escolar teria adquirido o terreno ou então recebido como doação de um dos moradores da comunidade.

O caráter comunitário pode ser constatado nas lembranças mais significativas de ex-alunos, que, de maneira geral, fazem referência à escola teuta sempre usando o plural: *dos alemães, deles*. Esse aparente afastamento deve-se a uma contraposição à situação atual, em que o Estado é responsável pela educação. O ônus corria por conta da comunidade. Quando lhes era perguntado quem era a comunidade, a resposta era uníssona: "os nossos pais". O fazer-se da escola, essa ação processual, era uma atribuição dos pais

¹¹ A comunicação é datada de 18 de outubro, sem, no entanto, acusar o ano. Há indícios que seria de 1938, visto que outros documentos eclesiásticos evidenciam a interrupção do trabalho educativo na comunidade evangélica de Joaçaba durante aquele ano.

e demais famílias da comunidade e justificava-se pela negligência do poder público local em assegurar a educação.

A participação da família correspondia a uma das facetas sendo enaltecida pelos teutos joaçabenses, como destacou o ex-aluno: "se os alemães não fizessem a escola, não tinha escola. Foram os estrangeiros que fizeram as aulas, né. Senão, nós nem sabia o que era o professor. Verdade!" (Paulo).

A concepção de escola comunitária¹² local se inclui dentre a tipologia de escolas teutas que surgiram na sociedade brasileira, segundo estudo de Schaden,¹³ que aponta tal concepção como a da "genuína escola teuto-brasileira": (...) são estabelecimentos de ensino em geral só primário, fundados pela iniciativa dos próprios colonos em zonas rurais ou, quando muito, de incipiente urbanização". (SCHADEN, 1968, p.166).

Consta, junto ao cartório de Registro de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas, da Comarca de Joaçaba, que foi intensivo o registro de sociedades escolares e eclesiásticas das comunidades teuto-brasileiras ao longo da década de trinta.

TABELA 3 - Registro Dos Estatutos Das Sociedades Escolares

SOCIEDADES ESCOLARES	LOCAL	ANO DE REGISTRO
Sociedade Escolar SCHULVEREIN DO SUL	Cruzeiro do Sul	1937
Sociedade Escolar Teuto-Brasileira Linha Leãozinho	Linha Leãozinho Estrada São Bento	1935
Sociedade Escolar Teuto-Brasileira das Veadas	Veadas	1932
Comunidade (sic) Escolar Catholica da Linha Germano	Linha Germano	1935

FONTE: Cartório de Ofício de Registro de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Joaçaba-SC

Os estatutos das sociedades escolares nem sempre traziam o registro articulado da comunidade eclesiástica com a escolar. No entanto, outros estatutos eram registros que traziam no seu texto a articulação da comunidade

¹² A participação e o empenho da comunidade não se davam somente no âmbito escolar. Estava presente na construção e manutenção das demais instituições, como o templo, a sociedade de cantores ou de tiro-ao-alvo. Construções que eram dos colonos, segundo Dreher (1984).

¹³ Para o autor, haveria três tipos básicos de escolas alemãs no Brasil: a) as surgidas, sobretudo em núcleos urbanos e mantidas, em sua maioria, por sociedades escolares; b) as escolas comunitárias ou coloniais, características das zonas de franca densidade demográfica; e c) as mantidas por congregações religiosas alemãs.

eclesiástica e escolar no mesmo documento. Estavam articuladas nos artigos do estatuto da comunidade eclesiástica, nas localidades citadas a seguir:

TABELA 4 - Registro Comunidade Eclesiástica

COMUNIDADES ECLESIÁSTICAS	LOCAL	ANO DE REGISTRO
Comunidade Evangélica Alemã Cruzeiro do Sul	Cruzeiro do Sul	1932
Comunidade Evangélica Allemã de Bom Retiro	Bom Retiro	1927
Comunidade (sic) Evangélica Lutherana Christus Gemcinde	Linha Grafunda.	1934
Deutsch-Evangelisch Luth. Franeuverein	Cruzeiro do Sul	1934
Comunidade Evangelica Luterana da Trindade de Nova Germânia	Cruzeiro do Sul Nova Germânia	1931

FONTE: Cartório de Ofício de Registro de Títulos, Documentos e Pessoas Jurídicas da Comarca de Joaçaba-SC

Em Joaçaba, a *comunidade escolar* era formada pelas famílias teutas, instituindo a chamada “sociedade escolar”, que era composta por uma diretoria e contava com a participação dos representantes das igrejas. Com essa organização administrativa, tal comunidade tinha também uma conotação confessional, como se observa na formação de comunidades escolares específicas que a seguir serão exemplificadas.

Em 1921, ocorreu a formação de uma sociedade escolar e de uma comunidade eclesiástica em Bom Retiro (Luzerna). Naquela ocasião, nas dependências físicas da escola/templo, foi eleita sua diretoria. A reunião foi coordenada pelo pastor Ziech, do Distrito Sinodal de Marcelino Ramos, e pelo pastor Hansen, da paróquia Rio do Peixe, que a secretariou¹⁴. O pastor de Marcelino Ramos propôs que a comunidade Bom Retiro utilizasse os estatutos da paróquia Rio do Peixe.

O P. Ziech – Marcelino Ramos – como representante do Sínodo propõe deixar de lado os antigos estatutos até a instalação de um pastor próprio, e, em seu lugar, aceitar *por enquanto* os estatutos de Rio do Peixe, que servem melhor para condições simples. A proposta é aceita por unanimidade. Pede-se ao P. Hansen que envie em breve uma cópia dos estatutos de Rio do Peixe. Numa assembléia futura os mesmos deverão ser discutidos (PASTA SR 72/7).

¹⁴ Contou com a presença de representantes da comunidade evangélica local: Wilhelm Riepe, Bernh. Böck, Emil Loof, Carl Lichtnow, Michael Jadirchke, Friedrich Riepe, Theobald Carloh, Philipp Grahl, Hellwig Rech, Christian Deige, Artur Spier, August Hackbart, Oswald Schale, Julius Stobbe, Erwin Bergmann (hóspede), Eduard Dechard, João Cunrad, Benjamin Zimbek, August Bartz, Peter Förster, Franz Katscher, Hippolyt Birbeyer.

Depreende-se, desse fragmento de relato, que as comunidades eclesiais não apresentavam diferenças internas tão acentuadas quanto à organização e que, em âmbito paroquial, as ações eram articuladas pelo pastor, cada parte dentro de um todo maior, que precisaria funcionar harmonicamente.

Verifica-se que, ao eleger os membros da diretoria escolar e da comunidade, não havia justaposição de cargos.

Para a diretoria da comunidade são eleitos: Artur Spier como presidente, Bernhard Böck como tesoureiro, Emil Loof como primeiro conselheiro, Julius Stobbe como segundo conselheiro. Decide-se que um membro da diretoria que falta duas vezes em reuniões sem motivo justo, será excluído da diretoria. (...) São eleitos para a diretoria escolar: como presidente Carlos Lichtnow, como tesoureiro Friedrich Riepe. Assumiram a construção da cozinha e a reforma total da moradia: Carlos Lichtnow, Friedrich Riepe, August Hackbart, Wilhelm Riepe. Tudo deverá estar pronto até 15 de novembro. As pessoas citadas comprometem-se a cumprir esse prazo dentro do possível (PASTA SR 72/7).

Outro detalhe em relação à formação da sociedade escolar é citado no relatório do pastor Ziech, em novembro de 1921.

A sociedade escolar fundada em 30X21 garante ao professor um salário mensal de 120\$000 e põe a sua disposição para cultivo cerca de ¼ de colônia de terra. Mais tarde o número de alunos deverá crescer pela vinda de novos colonos, e com isso também o salário subirá. Até lá, porém, a firma Hacker deveria subvencionar o salário do professor, para que ali um professor competente pudesse encontrar emprego permanente (PASTA SR 72/7).

A formação da sociedade escolar, da sede da colônia Bom Retiro em 1921, serve como parâmetro para entender a característica organizacional da escola teuta local, na qual os cargos eletivos eram ocupados pelos membros da comunidade evangélica luterana.

Para exemplificar e compreender os aspectos da organização dessa formação, utilizam-se alguns artigos do estatuto da *Sociedade Escolar Teuto-Brasileira*,¹⁵ da comunidade de Linha Leãozinho, estrada de São Bento,

¹⁵ Registrado no Cartório de Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas no município de Joacaba, "no Livro A-01, nele as fls. 095, sob o n. 027, encontrei e consta o registro de um Estatuto cujo teor é o seguinte: Número de ordem 027 – Mez Dezembro- Dia 02 Registro dos Estatutos da Sociedade Escolar Tendo (sic) -Brasileira, Linha Leãozinho, estrada de São Bento, Distrito de Cruzeiro do Sul, Município de Cruzeiro, Estado de Santa Catharina, que foram apresentados hoje por Rodolpho Grahl, seu presidente, e que se acham protocollados no protocollo numero 1, à página quinze, sob o número cento e cinquenta e tres, como abaixo se vê... (BRASIL, 1935).

fundada em 15 de fevereiro de 1934 e registrada em cartório¹⁶ em 1935. Dentre as atribuições da respectiva comunidade escolar, consta nos fins do estatuto¹⁷:

- a) A aquisição e administração de um terreno para escola.
 - b) A construção e manutenção de uma escola e construção de uma habitação para professor.
- A instrução das crianças de acordo com a lei. (BRASIL, 1935, p.1)

Eram especialmente pragmáticas as atribuições da sociedade escolar, envolvendo a materialidade da escola - aquisição, construção, manutenção de escola e casa para o professor e a instrução das crianças.

O artigo segundo desse estatuto dispunha sobre a diretoria escolar, nos seguintes termos:

- A Diretoria será composta de um presidente de um vice-presidente, de um secretário, e de um tesoureiro.
- a) A diretoria será eleita cada ano, numa assembleia geral, sendo permitido a reeleição;
 - b) A diretoria representará a Sociedade perante as autoridades, sócios, professores, etc.
 - c) A directoria só poderá proceder de acordo com os estatutos.
- Ao vice-presidente compete substituir o presidente na ausencia deste. (BRASIL, 1935, p. 1).

Das deliberações do respectivo estatuto, ficava clara a importância da assembleia de sócios, a sistemática de comunicação com o conjunto de pessoas da comunidade, a forma de deliberação por maioria simples e a forma adotada para controle fiscal dos atos da diretoria.

- No ultimo domingo de cada ano realizar-se-á uma assembléa geral.
- a) Nesta assembléa geral o tesoureiro apresentará um balanço do caixa que será examinado por dois socios designados pela assembléa, os quaes não poderão ser membros da directoria.
- Na mesma assembléa geral será dada ao tesoureiro a respectiva descarga, depois de aprovado o balanço apresentado. (Art. 3, p. 1).

- As reuniões serão fixadas pelo presidente e realizar-se-ão depois de um prazo de convocação de oito dias.
- a) A convocação será feita por meio de cartas;
- As reuniões extraordinarias serão fixadas pela Diretoria quando esta julgar necessárias, ou quando for convocada pela metade dos sócios;
- c) As assembléas só poderão deliberar com a presença de metade dos socios registrados;
 - d) No caso de não se achar presente o numero dos socios exigidos pelo paragrafo anterior, será convocada uma nova

¹⁶ Pelos seguintes representantes da respectiva comunidade como consta no Art. 20 do respectivo estatuto: "os presentes estatutos entrarão em vigor depois de competentemente registrados 24 de agosto de 1935. O Presidente: Rodolpho Grahl. Plinio Brandl. Edvin Grahl. Otto Hericks. Emilio Klaus. Gustavo Pressel. Franz Hackbart. Bernardo Katschor. Augusto Bartz, Jacob Heckler. Nicolau von Haandel. Albino Alviso Kunzler. Albino Hekler, Emilio Bartz. André Lokstein. João von Haandel. Augusto Becker."(BRASIL, 1935).

¹⁷ De forma similar, assim se apresentavam os fins da escola na comunidade teuto-brasileira de Veadas (atual Vila Kennedy).

assembléa para dentro do prazo de oito dias, deliberar, podendo para isso ser qualquer o numero de socios. (Art. 4, p. 1).

Ao secretario compete, fazer tida a correspondencia, a escriptura e os protocolos (BRASIL, 1935, p. 1, Art. 5)

A respectiva sociedade escolar determinava a necessidade de contribuição anual extra que se constituía no valor de 6\$000 (seis mil réis), conforme o artigo 17, embora houvesse um valor inicial a ser pago para ser admitido. Ademais, os sócios, caso não correspondessem às deliberações, estavam sujeitos à exclusão, nos seguintes termos:

quando trabalharem contra os interesses da sociedade;
quando infringirem os estatutos e não obedecerem as resoluções que forem tomadas nas assembleas. (art.14). Ainda no “Art. 15.o Quando um socio demitir-se ou for excluído perderá todos os direitos que tinha como sócio. (BRASIL, 1935, p. 2).

A sociedade escolar era um órgão formado restritamente por moradores alemães ou descendentes, conforme determina o artigo sexto do estatuto escolar: “Todos os socios são, digo, todos os habitantes deste lugar, de origem alemã, poderão ser socios, desde que paguem a joia de RS 25\$000”. (BRASIL, 1935, p.1).

Era, portanto, uma organização étnica, como se pode observar através dos nomes¹⁸ citados, no registro do respectivo órgão, efetuado em cartório em 1935, estabelecendo que: “estes estatutos deverão ser reconhecidos por todos os sócios, por meio de assinatura própria”. (BRASIL, art. 16, 1935, p. 2)..

O que não fica explicitado é a extensão do trabalho educacional organizado pela sociedade escolar, principalmente em relação ao prédio escolar. Mas o artigo nono é elucidativo: “Os moradores deste lugar, que não forem socios, pagarão o honorario fixado aumentado de uma taxa, para conservação dos edifícios”. (Art 9, 1935, p. 1).

¹⁸ Cita-se a seguir: “Os presentes estatutos entrarão em vigor depois de competentemente registrados 24 de agosto de 1935. O Presidente: Rodolpho Grahl. Plinio Brandl. Edvin Grahl. Otto Hericks. Emilio Klaus. Gustavo Pressel. Franz Hackbart. Bernardo katschor. agosto Bartz, Jacob Heckler. Nicolau von Haandel. Albino Alviso Kunzler. Albino Hekler, Emilio Bratz. André Lokstein. João von Haandel. Augusto Becker. Reconheço como verdadeiras as firmas supras dos senhores Rodolpho Grahl. Plinio Brandt. Edvido Grahl. Otto Hericks. emilio klann. Gustavo Pressel. Franz Hackbart. Bernardo katschor. agosto Bartz, Jacob Heckler. Nicolau von Haandel. Albino Alviso Kunzler. Albino Hekler, Emilio Bratz. André Lokstein. João von Haandel. Augusto Becker, do que dou fé Cruzeiro do Sul, 5 de outubro de 1935. (BRASIL, op. cit.,art. 20).

Segundo os depoimentos de ex-alunos, a clientela das unidades escolares das comunidades, de maneira geral, era formada por um número significativo de filhos de alemães e descendentes. Na prática, implicaria uma organização da escola, ao menos de turnos específicos para os alunos teutos. Ao observar a condição contratual do professor: “a sociedade escolherá um professor e fixar-lhe-á o seu honorário. O professor será obrigado a ensinar na língua portuguesa e alemã”. (Art. 11, 1935, p. 2).

A normatividade expressa no estatuto e a organização da sociedade escolar se constituíam em instâncias reguladoras do fazer-se da escola, principalmente nas questões relacionadas à sua administração e manutenção, apresentando-se com certa autonomia de ação em relação à própria igreja, o que pode ser observado nos artigos, particularmente no que diz respeito ao patrimônio escolar, citados a seguir:

A reforma destes estatutos só poderá ser feita numa assembleia geral, em que estiverem presentes dois terços dos sócios registrados. Decidirá a aprovação a maioria de votos. No caso de empate decidirá a sorte. As alterações dos presentes estatutos serão inscritos no protocolo. (BRASIL, art. 18, 1935, p. 2).

A Sociedade só poderá ser dissolvida quando todos os sócios votarem para a sua dissolução. Depois de resolvida a dissolução da sociedade todos os bens (edifícios, terras, etc) serão vendidos pela diretoria e o produto depois de deduzidos as despesas será repartido igualmente entre os sócios registrados. (BRASIL, art. 19, 1935, p. 2).

Embora o teor do estatuto da sociedade escolar constitua um importante texto normativo e possibilite, dentre outros aspectos, a identificação da forma organizacional da escola, regida pela comunidade representada, os artigos contidos em seu estatuto se tornam limitados, principalmente pela ausência de artigos que referenciem a finalidade educacional.

No entanto, como elucidado, sobre os vínculos, entre a sociedade escolar e a Igreja, o acesso à fonte das igrejas evidenciou uma prática conjunta e corriqueira de estabelecimentos de acordos entre os pastores e os membros da Igreja evangélica luterana (IECLB), uma vez que os cargos eletivos eram ocupados pelos membros da comunidade evangélica luterana, havendo assim a participação de pastores junto à família.

Em relação à fomentação do processo escolar comunitário local vinculado a Igreja Evangélica Luterana do Brasil a (IELB), é possível evidenciar as atividades eclesiais na esfera da educação na nova região de

colonização de Santa Catarina. No depoimento do pastor Valentim Kühn à ex-professora Cecília,¹⁹ divulgado no Jornal *Cidade*, na seção “Recordações e Sugestões Ceci”, que circulava na sociedade Joaçabense, evidenciam-se tais atividades:

Resolvi entrevistar o mais antigo Pastor de Joaçaba, Valentim Kuehn (sic). Talvez ele soubesse. Numa conversa calma e agradável, acompanhada por ótimo chimarrão, em casa de sua filha Edith, pedi licença a ele e fui vasculhando a sua vida. Sempre tive em conta que ele fosse alemão nato, mas, com surpresa, descobri que é russo, nascido em Wolien, donde partiu com os pais para o Mar Báltico e de lá para a cidade de Schleswig Holstein, na Alemanha, onde estudou. Em outubro de 1912, transferiu-se para Porto Alegre, onde continuou a estudar. Em 1919 entrou para a escola de Teologia- Seminário Concórdia – onde, em 1925, formou-se Pastor de Confissão Luterana. Foi enviado a Herval d'Oeste como missionário, porém, mudou-se para Joaçaba onde fundou uma das primeiras escolas que funcionou em terreno doado por Jacob Petry, um dos antigos colonizadores. Fundou também a Igreja Santíssima Trindade. Ficou assim a escola ao lado da antiga Capela Católica de Santa Terezinha, onde hoje funciona o Hospital do mesmo nome. Seus alunos foram, entre outros: Fritz Lucht, Fritz e Willy Meier (já falecidos), Heine Harthmann, Clóvis Pereira, Erwim Lucht, um Tortato, um filho do fiscal da estrada; durante dois anos lecionou alemão e português; foi, então, criada outra escola (CIDADELA, 24 nov. 1979, p. 14).

Cecilia acrescenta, ainda, a participação do pastor Kühn em outro empreendimento educacional:

Fundou também a escola de Linha do Salto, para onde abriu a estrada à custa de dinheiro coletado, boa vontade dos colonos e seu enorme esforço e colaboração. Durante os anos que lecionou nesta escola, recebeu salário durante um ano da Prefeitura. Passou a mesma ao Sr. Oscar Lang. Dona Elza Kuehn (sic) foi quem deu início à Sociedade das Senhoras Luteranas e ao Jardim de Infância Santíssima Trindade, funcionando então em terreno doado pelo Sr. Ludwig Specht, onde construíram, de madeira, a igreja depois de venderem a primeira para a comunidade católica (CIDADELA, 24 nov. 1979, p. 14).

A participação efetiva da IELB na educação local pode ser dimensionada ao constatar que a esposa do Pastor Valentin Kuhn, Elsa, também promovia a educação escolar. Ela era a Presidente da Associação “Liga das Senhoras Evangélicas” e foi uma das fundadoras do Jardim de Infância na área urbana de Joaçaba.

A escola na comunidade evangélica da (IELB) aqui exemplificada, também era organizada por sociedades escolares. O Estatuto do Jardim de Infância também foi registrado em cartório da Comarca Local. No Registro do

¹⁹ Este jornal se encontra no acervo particular de Cecilia U. Diesel.

Estatuto, que se denomina “Deutsch-Evanlgelisch-Luth Franeuverein”, de Cruzeiro do Sul sobre a sociedade e seus fins, consta:

Associação Deutsch-Evanlgelisch-Luth Franeuverein fundada em 6 de dezembro do anno de 1933, na Villa de Cruzeiro do Sul, Estado de Santa Catharina, tem por objetivo o seguinte:

Empregar todos os esforços para a fundação de um Jardim de infância.

Promover a união entre as famílias allemãs propagando seus costumes e sentido Christão.

Na Associação não se tratarão de assumpto de natureza privada porquanto o seu fim e o interesse colectivo.

A associação não promoverá reuniões dansantes (esta clausula estava datilografada com tinta rocha enquanto as demais estavam com tinta preta).

É destaque a preocupação na associação, essencialmente feminina, com a criação de Jardim de Infância, com a união das famílias e com a proibição de fazer reuniões dançantes. Na declaração de direitos e deveres das associadas, claramente está registrado o pertencimento étnico.

Dos Direitos e Deveres dos Associados:

a) Poderão fazer parte da associação todas as senhoras de nacionalidade ou de origem allemã e que levam uma vida christã, que em escrutina secreta forem aceitas por mais de $\frac{3}{4}$ dos associados.

b) A Joia de admissão será de 3\$000 (tres mil reis) para as pessoas que já residiam em Cruzeiro do Sul ou Herval, até a data de 1 de julho de 1933 e que não aceitarem sua inclusão no quadro social, apesar de convidados, a joia será de 20\$000 (vinte mil reis). Excepções a esta regra serão admitidas somente por deliberação da Assembléa Geral. A contribuição mensal será de 1\$000 (um mil reis) no pagamento das mensalidades não será admitido mais a tres meses o que importa na illiminação o quadro social. Somente poderá ser readmittida a Associação do iliminado or falta de pagamento quando pagar todos os atrasados.

c) As associadas se compromettem a empregar todos os esforços para o progresso da Associação cumprindo estes Estatutos e deliborações da Directoria e da Assembleia. As que agirem de maneira diversa serão illimnadas do quadro social. Todas as Associadas emprestarão o maximo concurso para o éxito da festa e tudo quanto a Associação promover.

A directoria da associação era composta por uma presidente, uma tesoureira e uma secretária, eleitas pelas associadas. O cargo de tesoureira era relevante, pois além de uma joia a ser paga no momento da associação, havia uma contribuição mensal de cada associada. Tal como nos estatutos das sociedades escolares, a formalidade de funcionamento, a importância das assembleias, a obtenção e gestão de recursos são normatizadas em detalhe.

III – Da Directoria: a) A Directoria será composta de uma presidente, uma Thesoureira, e um asecretaria. Os cargos de Thesoureira e secretaria podem ser acumulados . A eleição da Directoria será efetuada por maioria de votos, elegendo-se também para cada

membro da Directoria um suplente. Os cargos da Directoria não serão remunerados. Todas as associada submeter-se=ão às decisões da directoria cuja eleição será effectuada no fim do anno, terminndo o respectivo mandato sempre a 31 de Dezembro:b) A Presidente compete convocar assembléas a presidir as mesmas, reuniões essas obrigatórias quando a metade dos associados quites o exigir em requerimento escripto dirigido à Presidente. Essas assembleas serão convocadas com oito dias de antecedência. A presidente representara a Associação: A presidente não poderá dispendar mais de 30\$000 (trinta mil reis) sem o consentimento previo da assemblea; c) A secretaria compete organizar as listas das associadas dirigir a correspondencia social e secretariar as reuniões e assembleas; b) A thezoureira compete, arrecadar e gerir todas as rendas da Associação administrando seu patrimonio não podendo recusar o exame da escripta e documentos a seu cargo e documentos a seu cargo nem a Directoria nem a qualquer associada. No fim do anno na assemblea que for eleita a nova directoria, será apresentada pela Thezoureira um balancete sobre sua gestão.

O funcionamento e processo decisório atendem igualmente ao critério de maioria presente, organizada na forma de assembleia.

IV – Das Reuniões e Assembleas: a) As assembleas só poderão funcionar com a presença mínima das metade das associadas quites; b) As associadas que sem motivo justificado faltarem às reuniões da assemblea pagarão para os cofres sociaes a título de multa a importancia de \$500 (quinhentos reis) e um mil reis (1\$000) nas reincidencias; c) Os presentes estatutos so poderão ser alterados por deliberação de $\frac{3}{4}$ partes de todas as associadas quites.

A criação do Jardim de Infância era uma decisão coletiva e uma imposição de quem fosse associada.

V – Do Jardim de Infância: a) Todas as associadas se compromettem a matricular os seus filhos na idade conveniente no Jardim da Infância que será mantido pela Associação contribuindo com o que for deliberado em assemblea.

A dissolução da sociedade era também prevista nas normas de funcionamento.

VI – Da dissolução da sociedade: a) A Asscoiação so poderá ser dissolvida quando o quadro social contar menos de sete associadas; b) O patrimonio social será indivisível e não poderá ser repartido. No caso de dissolução esse patrimonio será incorporado aos bens de outra sociedade Evangélica Luth nesta villa cujos fins cristãos forem identicos aos desta Associação e isso a escola da maioria dos associados remanescentes. Caso não exista na ocasião sociedade nas condições, acima prevista será eleito por maioria de votos um depositário que administrará o patrimonio até que se organize uma sociedade nas condições exigidas; c) No caso de completa dissolução da presente sociedade reverterão dos bens imóveis de sua propriedade para a Comunidade Trinitais, desta villa, qual comunidade terá também a preferencia na aquisição dos bens imóveis.

As normativas expressas nos estatutos²⁰ da sociedade foram modificadas dois anos depois, em 1935, no sentido de assegurar, em caso de dissolução da sociedade, o encaminhamento de seus bens.

Como destacado anteriormente, além do trabalho do pastor da IELB, sua esposa Elsa esteve à frente da coordenação da Liga das Senhoras Evangélicas de Joaçaba.

Cecília, em publicação no Jornal Cidadela (1979), informa dados sobre os membros do grupo e assim destaca em sua crônica: sobre a Liga das Senhoras Evangélicas “Foi sempre um grupo pequeno, mas unido e forte. Trabalhando, conversando sobre os temas mais variados, sem atas ou estatutos ou qualquer outro registro, tomando seu cafezinho com gostosos docinhos, tortas, salgados, já vão quase 50 anos, meio século, com uma única desistência”.

A curiosidade de Cecília a respeito desse grupo se deu ao observar o local da igreja e da sua atividade.

Quantas vezes, sentada naquele cantinho verde, aspirando o ‘cheirinho agradável’ do mato que rodeava o rio Tigre e deixava cair suas frutinhas na água clara onde os peixinhos pulavam na disputa das mesmas, eu ficava olhando tempo aquela igreja entre árvores e flores: era um encanto!

O que iriam fazer ali aquelas senhoras? Acabei descobrindo: era a ‘Liga das Senhoras Evangélicas’, em união e alegria - estavam felizes. Veio, então, uma nuvem negra: faleceu a Sr^a Elza Khuen, esposa do pastor que dirigia o trabalho que foi interrompido. Ficou a tristeza e a lembrança das horas boas entre as amigas que choraram sua perda.

A entrevistada continua indicando como o grupo se recupera da perda da liderança e institui outra pessoa para continuar com a articulação coletiva.

²⁰ Os presentes estatutos foram aprovados na assembleia geral especialmente convocada para este fim e realizada em 6 de Dezembro de 1933. A Presidente: Else Kuehn. A Secretaria: Johanna vom Hroch. A thesoureira Emma Mühlhams; do que dou fé. 29/05/1934.[...] Na coluna de averbação contém o seguinte registro: ‘Estatutos de Deutsch-Evanlgelisch-Luth Franeuverein’ de Cruzeiro do Sul. Na Assembléia Geral realizada no dia 24 de Maio último e especialmente convocada para a reforma do Estatutos ficou deliberada a supressão do dispositivo c) Capituli VI que reza: “No caso de completa dissolução da presente sociedade reverterão os bens immoveis de sua propriedade para a comunidade Trinitais desta villa, qual comunidade tera tambem a preferênciã na aquisição dos bens moveis”. Supprimido esse dispositivo ficou como inexistente continuando os Estatutos referidos na outra parte tal qual o que consta no Registro de Inscricção de Pessoas Jurídicas da Comarca. A presente modificação foi aprovada por unanimidade da Assembleia Geral geral referida, Cruzeiro do Sul, 17 de Junho de 1935. (As) A presidente: Ursula seebergewr. A Secretaria: Emma Mühlhaus. A thesoureira Johanna von Hroch. 18/06/1935

Não, na era possível deixar terminar coisa tão boa, começada pela amiga que partira e deixara saudades, crescendo a cada dia. Foi então que Dona Gertrudes Specht procurou Dona Clara Khuen para num preito de saudade à amiga tão querida, continuarem as reuniões e os cafezinhos.

Em agosto de 1936, reuniram-se as senhoras Gertrudes Specht, Clara Khuen, Ursula Zeeberger, Paula Khuen (2ª esposa do pastor) Ema Müelhaus, Edwiges Volbrecht. Esta reunião foi o marco inicial de uma nova amizade no mais puro sentido da palavra; nem a agrura da morte poderia destruir.

Observa-se que questões mais voltadas para a educação vão sendo minimizadas e o social, o convívio, se impondo como elementos importantes no grupo.

Mesmo sem exigência outra que a presença de todas, às quintas-feiras, ao café. Independente de religião ou raça, numa casa numa semana e noutra casa na outra, fizeram trabalhos manuais com fim beneficente. Adquiriram tapetes e outros utensílios para a igreja. Depois cada uma passou a fazer o trabalho que desejasse para si, uma ensinando a outra o que sabia. Admirando-se e incentivando-se. Depois as reuniões passaram a ser a cada quinze dias, festejando seus aniversários na quinta-feira próxima da data, quando era entregue uma lembrancinha com o dinheiro dado por todas. (p. 16)

Em contrapartida no Baixo Vale do Rio do Peixe, ocorreu uma articulação social diferenciada. Por volta de 1935, os moradores, sentindo necessidade de um local para a educação das crianças menores de sete anos, começaram a idealizar a criação de um Kinder garden (Jardim de Infância)

O cuidado com crianças de tenra idade é evidenciado quando a Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas se mobiliza para criar o Jardim de Infância.

Assim a OASE (Ordem Auxiliadora de Senhoras Evangélicas, ligada à Igreja) empenha-se e consegue criar em 15 de fevereiro o Jardim de Infância de Ipira, que inicia seu funcionamento em março deste ano. Sua primeira professora Hedwig Matte Werner. (LOPES, 1997, p.153)

O registro oficial da escola como estabelecimento escolar público deu-se muito tempo depois. O sistema de mensalidades para a manutenção do Jardim de Infância de Ipira era para a manutenção, para equipamentos pedagógicos e outras necessidades. De acordo com Lopes (1997, p. 153)

Nesta época, os pais contribuíam com uma mensalidade e a OASE cobria o restante dos gastos com a professora, a compra de brinquedos e materiais, bem como a sala para o seu funcionamento.

Em 1978, o Jardim passa a funcionar com registro oficial. Como, para isto, havia necessidade de designar uma diretora, a pessoa escolhida foi a professora América Arvalda Bender Ritter, Embora

jamais tenha sido empossada de fato, nem tampouco recebido salário, a professora Arvalda, com dedicação e eficiência, orientava e auxiliava nas questões pedagógicas e burocráticas que surgiam.

Com o passar do tempo a prefeitura Municipal passou a subsidiar financeiramente a manutenção e posteriormente assumiu complementemente a responsabilidade pela estrutura e funcionamento a Jardim de infância de Ipira que, desde 1996, funciona com a denominação de Escola Infantil Chapeuzinho Vermelho (ver 250)

O que pode ser dimensionado é o fato de que não havia uma diferenciação em termos de organização das escolas e fomentação do processo escolar comunitário no Vale do Rio do Peixe, por exemplo, Independente do pertencimento religioso, os alemães e seus descendentes promoveram a abertura e funcionamento de escolas em Joaçaba, até a nacionalização do ensino.

A presença dos esforços comunitários é o *leitmotiv* do processo escolar local nas primeiras décadas de colonização em Joaçaba. Como se apresentou ao longo deste capítulo, o vínculo Escola e Igreja foi constante em Joaçaba entre 1917 e 1938. Concorde-se com Kreutz, quando afirma que, historicamente “tratava-se de escolas comunitárias, porque foram criadas e mantidas pelas comunidades teuto-brasileiras. Porém, na maior parte dos casos, eram consideradas também escolas confessionais, porque estavam diretamente vinculadas a uma confissão religiosa”. (KREUTZ, 1994, p. 149-150).

CAPÍTULO 3 – ELEMENTOS DA CULTURA ESCOLAR DA ESCOLAR PÚBLICA A PARTIR DA NACIONALIZAÇÃO DO ENSINO

REFORMA DE ENSINO - ESCOLA DE ENSINO PRIMARIO SC (1911 – 1961)

A escola pública na área rural de Joaçaba é resultante de uma política pública, a nacionalização do ensino que ocorreu em 1938. Nesse momento, o poder público toma para si o direito normatizar, regulamentar e imprimir uma finalidade educativa à escola instituindo, assim, a escola leiga, pública, gratuita e obrigatória.

A necessidade de nacionalizar o ensino não foi tema de discussão apenas no contexto do Estado Novo em Santa Catarina, pois desde o início do regime político Republicano, era uma das problemáticas que marcava as ações da política pública: "Além do analfabetismo, a escola catarinense que principiou a instalar-se com a advento da República, teve outro problema a considerar: o da assimilação, pela língua principalmente, dos imigrantes europeus que ali se instalaram" (MOREIRA, 1954, p.19).

A partir de 1911, no governo de Vidal Ramos, houve uma reforma efetiva na educação, através da atuação do professor Orestes Guimarães, contratado pelo governo estadual para organizar a educação pública catarinense.

Ao assumir o cargo de inspetor geral do ensino, Orestes Guimarães deparou-se com uma estrutura educacional deficitária. Seu compromisso, ao chegar no estado catarinense, era "criar um sistema educacional e não o de renovar ou continuar ou expandir algo já estabelecido" (MOREIRA, 1954, p. 14).

A nacionalização do ensino ocorria, portanto, de forma efetiva desde 1911, sob a responsabilidade de Orestes Guimarães, considerado por Fiori (1991), como o responsável pela nacionalização do ensino em Santa Catarina até 1931. Das estratégias adotadas para nacionalizar as escolas com conotação étnica, a principal foi a "criação de grupos escolares e de escolas complementares, nos municípios de origem colonial, e pela imposição do ensino de português nas escolas de imigrantes". (LUNA, 2000, p. 40).

As escolas isoladas de Santa Catarina, nessa ocasião, eram numerosas e típicas da zona rural. Para instrumentalizar os estabelecimentos de ensino de nível primário da área rural, foi aprovado um programa, através do Decreto n.º 587, de 22 de abril de 1911. O programa educacional catarinense foi oficializado em 1914, juntamente com o programa referente aos grupos escolares (FIORI, 1991, p. 87).

A partir de 1917, ocorreria a primeira intervenção no nível de ensino primário com a participação do governo federal, intervenção essa amparada pelo Decreto 13.014, de 4 de maio de 1918 – “Por este dispositivo legal, a união poderia subvencionar escolas primárias para população de origem estrangeira” (MONTEIRO, 1984, p. 87), passando, segundo Fiori (1991), a criar escolas para substituir as unidades escolares particulares, fechadas durante a Primeira Guerra Mundial, nas zonas de nacionalização nos Estados do Sul.

Conforme Luna (2000, p. 50), “após a saída de Orestes Guimarães da campanha de nacionalização, em 1930, o sistema escolar do Estado, no tocante ao ensino de português nas zonas de imigração, começou, aos poucos, a ser guiado unicamente por dispositivos legais”.

Em 1935, às vésperas da implantação do Estado Novo, uma nova reforma de ensino foi promovida em Santa Catarina. O mentor dessa reforma foi o professor Luiz Sanchez Bezerra da Trindade.

Ela, de acordo com Fiori, é oposta, em sua organização e implantação ao trabalho elaborado por Orestes Guimarães, pois esteve voltada para uma montagem de uma superestrutura administrativa.

Já, quanto à assimilação da parcela da população considerada estrangeira, através da nacionalização do ensino que se processava de forma gradativa, com possibilidade do ensino bilíngüe nas escolas das áreas de colonização, surgiram novos contornos, com uma fiscalização e ação mais ostensiva e coercitiva.

A nacionalização do ensino em Santa Catarina como política de assimilação cultural gradativa durante o Estado Novo (1937- 1945), encontra momentos decisivos de sua resolução, envolvendo ações dos Ministérios como o da Educação.

No ano de 1938, decreto federal criara a Comissão Nacional do Ensino Primário, estando entre as suas atribuições a responsabilidade de organizar um plano de nacionalização do ensino

primário, nos núcleos de população de origem estrangeira. Esse plano previa a cooperação dos governos federais, estaduais e municipais, havendo subvenção de União para as escolas primárias dessas zonas (21)

Em Santa Catarina, a partir de 1938, leis e decretos foram derrubando a reforma de ensino de 1935. Nesse período de regime político autoritário, a educação seguia orientações de cunho centralista e homegeneizadora regida por um conjunto de leis, regulamentos, decretos e vários dispositivos legais, pois buscava-se garantir a unidade nacional.

Em Santa Catarina, a nova e rígida política de nacionalização do ensino iniciou-se com o decreto-lei n. 88 de 31 de março de 1938. Esse dispositivo legal encerra a fase de nacionalização do ensino inicial no ano de 1911 e concretizada sob a influência básica das ideias de Orestes Guimarães, que tinha concepções consideradas liberais, a respeito do tema em questão. (FIORI, 1991, p. 13)

Em janeiro de 1946, após ser decretados dispositivos legais de ordem federal, que objetivavam organizar o ensino primário e o ensino normal, em âmbito nacional, o poder público efetivou as adaptações em relação às Leis Orgânicas Federais do Ensino Primário e Normal..

O poder público em conformidade com as normatizações do ensino de âmbito federal realizou outra reforma de ensino em 1946 sob a responsabilidade de Elpídio Barbosa.

Em 1946, em Santa Catarina, havia no Estado os seguintes estabelecimentos de ensino: os Cursos Complementares, os Grupos Escolares, as Escolas Reunidas e as Escolas Isoladas” (Fiori, 1991).

Os princípios orientadores da educação em Santa Catarina, a partir de 1944, eram de orientação da Escola Nova.

Mas havia uma contradição entre a orientação da Escola Nova e a excessiva centralização e processo burocrático e de formalização que orientavam as unidades escolares.

Após a implantação da reforma Elpídio Barbosa, ocorreram importantes inovações como a reorganização da Secretaria da Educação efetuada no ano de 1961, a aprovação do Sistema Estadual de Ensino e a instalação do Conselho Estadual de Educação. (FIORI, 1991, p.161).

Assim, pode-se considerar que a política de ensino de 1911 manteve-se, por largo tempo, em padrões de comportamento profissional e em concepções educacionais, vigentes entre os docentes catarinenses.

Em 1946, ao ser reestruturado o sistema de ensino de Santa Catarina, Elpídio Barbosa afirmou que respeitara 'as regras básicas em que se inspirou a reforma Vidal Ramos' empreendida por Orestes Guimarães.

Contudo, em 1970, o planejamento da educação pública catarinense afastou-se de certas situações fundamentais, introduzidas ou enfatizadas por Orestes Guimarães e que ainda estavam vigentes (FIORI, 1991, p.161).

As políticas públicas educacionais, nesse período histórico e contexto cultural da área rural de Joaçaba, incidem na cultura das escolas com pretensão em sua inserção na sociedade. O ensino é obrigatório e vinculado ao projeto político de nacionalização do ensino com o objetivo de formar a identidade nacional brasileira.

A escola pública é instituída em regime autoritário por força de uma legislação escolar, os programas escolares, os métodos, a relação da identidade do professor são direcionado para a escola obrigatória, laica, pública e gratuita.

A institucionalização do ensino foi progressivo e de lenta afirmação do lugar do Estado como principal regulador da educação local e regional, como será apresentado a seguir.

ORGANIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ESCOLA

A seguir, serão abordadas ações instituídas pelo poder público como forma de angariar recursos para o funcionamento e manutenção das escolas públicas, apresentar as ações e funções das diretorias escolares e tipos escolares. Esses tipos constituíam-se em uma forma de instituição complementar dos estabelecimentos de ensino com o objetivo de prover materiais didáticos e inclusive uniformes para alunos com poucos recursos. As diretorias escolares, também designadas de Associação de Pais ou Sociedades Escolares, eram articulações de cooperação da comunidade, elementos importantes na administração e apoio das escolas públicas isoladas rurais desempenhando funções semelhantes, embora não no aspecto pedagógico, às associações comunitárias vinculadas às escolas étnicas rurais da região.

CAIXA ESCOLAR

A caixa escolar já possuía respaldo na comunidade local em função dos moradores contribuírem na manutenção das escolas em área rural desde a doação de terrenos, construção do prédio escolar, construção de mobiliários...

A Caixa Escolar era um órgão criado pelo próprio poder público catarinense em 1911. Quando da criação e construção de Grupos Escolares, foi acionada como um dos dispositivos para contribuir com a manutenção e organização da escola.

Foi “uma forma engenhosa de envolver parte da sociedade e fazê-la contribuir direta e financeiramente nesse projeto, sem revelar o quadro de fragilidade financeira” (SILVA, 2006, 350).

Para Pereira, as funções da Caixa Escolar, quando de sua criação e inserção nas escolas públicas, correspondia a vários objetivos:

- # 1º. – fornecimento de vestuário e calçado aos alumnos indigentes;
- # 2º.- assistência medica e fornecimento de livros, papel, penna e tinta aos mesmos alumnos;
- # 3º. – aquisição de livros, estojos,medalhas, brinquedos, etc. para serem distribuídos, como prêmios, aos alumnos mais assíduos, mais applicados ou de maior mérito;
- #4º. – fornecimento de lanches aos alumnos pobres.

Com as novas regulamentações que ocorreram no ensino público catarinense, como a aprovação da lei nº 1.130, de 28 de setembro de 1916, a forma de operacionalizar, “A receita e o patrimônio da Caixa Escolar viriam de joias e subvenções pagas pelos sócios, produtos de quermesses, festas, espetáculos, etc., e auxílios votados pelas câmaras municipais”. (SILVA, 2006, p. 350, 351)

Em função de reclamações e de recusas dos catarinenses para efetuar o pagamento da joia, conforme determinado pelo poder público estadual “[...] o pagamento de joia foi tornado facultativo pouco depois de aprovado; tendo em vista as reclamações que chegaram ao governador. Sociedades idênticas foram estabelecidas nas escolas isoladas. (SILVA, 2006, p. 350-351).

A Caixa Escolar teve permanência como um aparato na educação em Santa Catarina, ao longo de décadas. Consta, na mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em 15 de abril de 1950, pelo governador da ocasião,

Aderbal R. da Silva, que a Caixa Escolar estava incluída entre as Associações Auxiliares da Escola. Dentre as 3.418 unidades escolares o número de Caixas Escolares no Estado soma um total de 2.622. (MENSAGEM, 1950 p. 20). Esse número representava quase 80%, portanto, a maioria das escolas com caixa escolar.

Para Carvalho (2003), essas iniciativas podem ser compreendidas como práticas escolares no período de renovação do ensino e a sua criação como forma da escola interagir com a sociedade em que estava inserida.

No mesmo documento citado anteriormente, consta que as Associações Auxiliares da Escola, como a Caixa Escolar, eram administradas em Santa Catarina pela Inspeção das Associações Auxiliares.

Moreira(1954), na Campanha de Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (Cileme), Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, publicou A educação em Santa Catarina: sinopse apreciativa sobre a administração, as origens e a difusão de um sistema estadual de educação. Para Daniel (2005), ele é considerado um intelectual imprescindível para as questões educacionais de 30 e 40 e, em Santa Catarina, sua ação e atuação foi intensa.

Moreira (1954,) sobre a ação das Associações Complementares nas escolas de Santa Catarina, enfatiza que, por conta da administração centralista da educação, ocorreram dificuldades de interação entre as escolas e as comunidades, ao longo da década de quarenta e cinquenta, embora tais associações tivessem também a proposição de integração com as comunidades. Entre as Associações Auxiliares da Escola Moreira, ele cita: Bibliotecas, Clubes de Leitura, Jornais, Pelotões de Saúde, Clubes Agrícolas , Orfeões, Ligas Pró-Língua Nacional, Ligas de Bondade, Círculos de Pais e Mestres, Museus e Sopas Escolares.

Em Santa Catarina, a centralização das Associações Escolares, desde a diretoria escolar até a caixa-escolar, era reconhecida e nomeada pelo próprio governo: “a centralização administrativa das associações extra-curriculares, e com ela, a fixidez e a obrigatoriedade que por certo reduziu de muito a espontaneidade e a iniciativa locais” (MOREIRA, 1954, p. 73)

Nas escolas da área rural de Joaçaba, as Associações estavam presentes. Conforme Cecília, uma das ex-professoras, havia Caixa Escolar na década de quarenta. Ela fez menção a isso quando foi solicitada a falar sobre os materiais escolares dos alunos e como eram adquiridos ou fornecidos pelo poder público. Assim ela explicou:

O material didático nos forneciam. A prefeitura dava um pouco de cadernos pra caixa, como chamavam no tempo, para os alunos que não podiam pagar a cartilha. Tinha lápis, caneta, apontador, giz, tinteiro.

A função da Caixa Escolar na área rural, informa Cecília, era complementar o material escolar e vestuário conforme a necessidade dos alunos:

A gente tinha a caixa escolar, que era uma quantia que se pagava mensalmente por aluno, uma oferta livre, não era obrigatório. Com esse dinheiro da caixa ou a gente podia fazer uma promoção, um teatrinho. Orientava os pais a comprar casaquinho de pelúcia pros filhos no inverno. Mas não compravam caderno, não compravam... Em Dois Irmãos, era um auxílio que os pais prestavam. Eles caprichavam. Nessa região tinha pouco pobre, todos tinham o seu pedaço de terra. Já em Ponte Serrada, eles tinham colônia, mas não achavam necessidade em fazer alguma coisa pelo conforto dos filhos que passavam frio.

A Caixa Escolar era uma ação no sentido de atender a população que tinha poucos recursos através de uma contribuição dos pais de alunos da escola. Não havia outra ação mais ampla para arrecadar recursos na escola.

Se necessário, a professora também poderia utilizar o dinheiro da Caixa Escolar para confeccionar o uniforme dos alunos, que era de uso obrigatório nas escolas municipais.

Tinha uniforme. Na época, todas as escolas tinham o uniforme previsto, mas os pais não queriam dar e as professoras tinham que mandar de volta, porque não poderiam entrar na escola sem o dito uniforme, havia uma lei em que o uniforme era obrigatório. Entrava uma duas três vezes e daí a coisa pegava. A professora não podia deixar, que se chegasse o inspetor, era chamada severamente a atenção. Então, nós tínhamos o dinheiro da caixa escolar. (CECILIA)

Como informa a professora, a obrigação primeira era dos pais quanto a providenciar o uniforme escolar, contudo, para a criança que não tinha condições, a Caixa Escolar auxiliava.

As pessoas compravam e mandavam fazer. A obrigação dos pais era mandar as crianças uniformizadas na escola, salvo esses casos em que a pessoa não podia comprar. Em Dois Irmãos, não se teve problema com isso. (CECILIA)

Em outra Escola Isolada Municipal, também era a própria professora que providenciava o uniforme escolar se o aluno não tinha condições de adquirir, como informa a professora Luiza.

Esse é o uniforme com que aprendi [foto] no colégio onde eu estudei, em Nova Trento. Então, lá as meninas tinham blusinha branca e saia azul pregueada. Quando eu comecei a lecionar, tinha pobrezinho que não podia comprar, daí eu ajudava todos. Não era diário o uniforme, só em dia de encontro, e festinha, de desfile e de uma visita importante.

Havia, na década de cinquenta em Santa Catarina, segundo Moreira (1954), 45 Circunscrições Escolares. A de Joaçaba correspondia à 7ª Circunscrição Escolar. No termo de visita emitido pela Secretaria de Educação e Cultura Inspeção Regional de Educação que dizia respeito a 7ª Circunscrição Escolar, registrado no dia 31 de outubro de 1966, pelo inspetor de ensino na Escola Isolada Barra do Estreito, na qual era professor Uberto Dezanet, consta que funcionavam as seguintes associações escolares: Caixa Escolar, Associação de Pais e Professores e Clube Agrícola. Ademais, o inspetor chamava a atenção: 'faça funcionar o pelotão de saúde'.

A Caixa Escolar foi uma das iniciativas da escola pública em área rural em que os pais eram solicitados a contribuir, com uma taxa mínima, e colaborar, propiciando condições de permanência na escola dos alunos com menos recursos.

CARACTERÍSTICAS DAS DIRETORIAS ESCOLARES

Será realizada uma análise sobre a participação dos pais na organização e manutenção da escola primária pública rural. Será enfatizado algumas de suas características e ações. O sistema de diretorias escolares permaneceu mesmo após a nacionalização do ensino. Na região de Joaçaba, as famílias de área rural permaneceram contribuindo com a escola, mesmo transformada em instituição pública. Ou seja, a Escola Isolada rural pública, continuou recebendo os benefícios de ações comunitárias, através de diretorias

escolares, mesmo quando a escola já não tinha mais vínculo explícito com a Igreja e estava destituída de marcas de identidade étnica.

Um das Associações Auxiliares na organização e manutenção da escola no meio rural entre 1938 e 1961, foi a Diretoria Escolar ou Sociedade de Pais. Na fonte oral e documental, a nomenclatura varia, incluindo Associação de Pais, Diretoria Escolar, Sociedade de Pais.

As ações eram amplas, incluindo a construção de prédio escolar, a doação de terreno para a escola, normalmente feita por um dos moradores em favor do poder público, moradia para o professor, cuidado com a horta e fundos de caixa para realização de manutenção do prédio da escola, registro da escola em cartório, escrituração e acompanhamento da aplicação de exames escolares e interferência junto ao poder público na escolha do professor.

A participação de moradores, inclusive, é enfatizada por um dos administradores públicos de Joaçaba, na década de quarenta. Newton da Luz Macuco (1941-1946), ao destacar as ações do poder público à educação municipal,

A Educação Pública do Município, sempre foi, como se diz vulgarmente – a menina de nossos olhares - Além de copioso material didático adquirido, cuidava no aumentar o número de unidades escolares, aperfeiçoando o seu professorado, melhorando os prédios construídos pela ação patriótica dos laboriosos colonos, que além de nos prestigiarem, não abandonavam qualquer iniciativa do poder público e que deles dependesse algum mister na respectiva realização (MACUCO apud SILVA, 1948,, p.173).

A ação laboriosa dos moradores para com a escola em área rural, ocorria na individualmente, mas através da organização coletiva em forma de diretorias escolares. A escola de ensino público, a partir de 1938, também recorreu à institucionalização do órgão como coadjuvante do poder público na manutenção da educação local, embora com designação diferente.

A contribuição de moradores quanto à doação de terrenos para a construção de escola no meio rural de Joaçaba, é recorrente na documentação consultada mesmo antes da escola se tornar uma instituição pública, ou seja, era uma prática usual quando havia a escola teuto-brasileira e que não foi interrompida com a implantação da escola pública.

A doação de terreno consistia numa das iniciativas dos moradores como se pode exemplificar a escola de Dois Irmãos conforme relata um dos ex-alunos, cujo pai foi professor naquela escola:

Foi fundada uma escola particular numa área de terra cedida pela família Stobber de 1938 para 39. Então funcionava a escola particular e de lá pra frente, foi fundada a escola pública. De 39 em diante, num outro lugar. Ela foi desmanchada e trazida mais para o centro, para a Linha Dois Irmãos (HARALD).

Posteriormente, a Escola de Dois Irmãos, juntamente com as demais escolas da região transformadas em públicas, não apresentou ruptura ou solução de continuidade, conforme o ex-aluno, no momento de transição do modelo de escola.

A escola teuto-brasileira era mantida pelas sociedades escolares e os pais de alunos mantinham a escola com o pagamento de mensalidade. Na passagem da escola particular com conotação étnica para uma instituição pública, na percepção do ex-aluno não houve a alteração por conta dos seguintes fatores:

Eram os pais que pagavam uma mensalidade. [...] E depois que passou para a escola pública era o município que pagava o professor. É, eles não sentiram, assim, muita diferença, porque a mensalidade que eles pagavam era baratinha e tantos deixavam de pagar. Depois que passou efetivamente para a escola pública, as aulas eram ministradas em português. Lógico, sempre utilizando o alemão também. Então, passou como é que diziam, a ser escola do governo (HARALD)

A professora Cecília, professora contratada pelo poder público, após a transformação da escola teuto-brasileira em Escola Isolada Municipal de Dois Irmãos, no seu relato, reafirma a presença ativa de sociedades escolares no meio rural de Joaçaba, após a passagem para escola pública. Assim descreve a professora:

[...] À noite, nesse lugar, houve uma reunião com o pessoal da diretoria da escola, hoje seriam pais e mestres. Comunicaram a todos os moradores da comunidade que eu estava ali. Eles se reuniram no clube. Em Dois Irmãos, todos só falavam alemão, poucas palavras sabiam falar em português. Em tempo de guerra, eles viviam na maior ansiedade e no maior medo.

Os membros da diretoria escolar, naquela ocasião, segundo a professora, eram “o Welibaldo Mergener e o Armin Port e o senhor Erni Bauermann”.

Ainda de acordo com ela, o terreno para a construção da escola também fora doado por moradores:

Eles tinham a escola lá embaixo, que já foi de Dois Irmãos. O senhor Edmundo Spier doou um pedaço do terreno dele, que era colônia e aquela escola foi transferida de onde estava para o terreno dele que confrontava com o do clube.

No relato, observa-se que o poder público municipal manteve a forma de organização da escola em área rural com a contribuição das famílias.

Eles tinham a escola lá embaixo que era de Dois Irmãos, agora, com a permissão do prefeito [...] que propôs que eles reformassem a escola. Eles propuseram ao prefeito que abandonariam o lugar antigo e dariam a reforma, levariam mais ali no centro, contanto que o prefeito desse professora. Então, comecei a lecionar dia primeiro de fevereiro. Me antecipei uns dias para preparar a matrícula e, nesses poucos dias, eles reconstruíram a escola.

A doação de terrenos e a construção do próprio prédio escolar era, segundo a professora, prática recorrente no meio rural local “A comunidade reconstruiu sozinha a escola, não tinha isso da prefeitura dar o prédio para a escola. Antigamente, quase que em geral era assim”

A ação dos moradores do meio rural para a construção do prédio da escola, bem como a doação de terreno pode ser constatado nos registros de escritura de terreno, assentadas em cartório local e consultadas para a realização desta pesquisa.

O prédio da escola construído com madeira não era resultado da ação individual de um dos moradores, mas da localidade que organizava a escola com ações em conjunto.

Na Escola Isolada Estadual, o prédio servia também para a moradia do professor, segundo a professora Maria:

Era a casa que era escola. Então, depois, mais tarde, compramos do Estado isso aqui [casa] e fizemos uma permuta. Lá era o nosso terreno, daí fizemos escola no terreno e onde é onde estou morando era do Estado. Então, duas escrituras.

Pesquisa de Zago (1980), sobre o professor unidocente em área rural de Joaçaba apresenta os seguintes dados sobre o número de escolas e ano de construção:

Atualmente, encontram-se na área rural do município, escolas recentemente construídas, outras já antigas e em más condições de funcionamento e ainda as que foram reconstruídas com material da escola que existia anteriormente. A época de construção e/ou reconstrução dessas escolas é variada, como pode-se observar no quadro abaixo: (ZAGO, 1980, p. 77)

Período	Nº de escolas
1940 -50	2
1951-60	3
1961-70	9
1971 em diante	14
Sem informação	2

Outras ações da diretoria escolar e dos moradores na área rural para a manutenção da escola podem ser registradas como, por exemplo, a doação de móveis e materialidades para o trabalho escolar. A professora Cecília descreve como era a materialidade de sua sala de aula:

Tínhamos uma mesa com uma gaveta, um armário para guardar os livros, um lixeiro no canto, o quadro negro, e tínhamos assim uma régua e o esquadro. Os tinteiros eram da escola, o apontador, eu comprei e deixava lá na minha mesa. Comprei aquele com uma manivela, porque os deles ou deixavam em casa ou perdiam. [...] Coisas velhas, eu penso que foram dadas pelo povo. A estadual era mais fornecida pelo governo, mas a municipal geralmente era o povo que fornecia.

Na Escola Isolada Estadual da Linha do Cedro, o mobiliário, enfim, a materialidade escolar, não apresentava um diferencial significativo em relação à Escola Isolada Municipal, conforme descreve a professora Maria:

No começo, eram aqueles bancos grandes compridos, sabe, sentavam quatro a cinco alunos cada um. E daí tinha um recipientezinho onde eles colocavam o tinteiro, às vezes derramavam porque três ou quatro alunos usavam o mesmo tinteiro, Não eram essas canetas, que nem hoje, era caneta com pena precisava usar mata-borrão para secar a escrita, tanto os alunos como eu.

A professora Maria aposentou-se no final da década de setenta e nesse período já tinham sido alterados os móveis escolares de longos bancos para a introdução das carteiras escolares, conforme ela destaca:

Mais tarde, veio o mobiliário de dois alunos, as carteiras. Ficou bem mais prático. Então, aquelas ficaram até o final, eu me aposentei com as carteiras de dois alunos. Mas no começo, aquele bancão! Meu Jesus amado! Para lavar a escola, arrastar aqueles bancos, arear tudo...

A seguir, será apresentada uma análise sobre as funções das diretorias escolares na educação pública em meio rural de Joaçaba entre 1938 e 1961.

FUNÇÕES DAS DIRETORIAS ESCOLARES

As descrições sobre a função da diretoria escolar forma são diferenciadas em relação a ação na Escola Isolada Estadual e na Escola Isolada Municipal, de acordo com os relatos de professoras.

É importante destacar que logo após a nacionalização do ensino em Santa Catarina, ocorrida através do decreto-lei n. 88, de 31 de março de 1938, houve severa intervenção em relação aos professores: “incidiu diretamente sobre as escolas particulares obrigando-as a se adaptarem às novas diretrizes da política nacional, principalmente no que tange ao corpo docente”. Em muitas localidades, nas quais lecionavam professores considerados estrangeiros, no caso alemães ou descendentes, ocorreu a inserção de professores contratados pelo poder público em substituição aos que ou foram impedidos de lecionar pela dificuldade de domínio da língua portuguesa.

A inserção, no magistério, da professora Cecília da Escola de Dois Irmãos, deu-se justamente nesse contexto. A comunidade representada pela diretoria escolar continuava mobilizada nas ações em prol da educação no meio rural e queria continuar intervindo na escolha do professor. A forma de intervenção era por meio de ações da diretoria escolar conforme descreve Cecília:

Eu estava com dezenove anos. Eu fui falar com o prefeito¹, que já era conhecido de minha família. Eu pedi pra ele a escola mais próxima à Joaçaba que tivesse vaga. Aí ele disse: “a escola mais perto agora já está ocupada, hoje de manhã, uma moça, que era a Altiva, esteve aqui, ocupou o lugar mais perto”. Diz: “aqui tem aula na escolinha de Dois Irmãos, mas é uma loucura você ir morar num mato desses. Você não vai se acostumar no meio dos colonos, falam só alemão.

Conforme o relato da professora, após acertos com o poder público em relação ao seu contrato, ela dirigiu-se para a localidade para conhecer a escola:

[...] Fiquei para ver a escola, naquela mesma tarde. Arranjei uma companheirinha para ir comigo, me informei do horário do ônibus, ali mesmo e fui com a menina Renate Volbrecht, que tinha na época oito anos, para olhar a escola de Dois Irmãos.

Após a chegada da professora na localidade, houve, no mesmo dia, uma reunião com os moradores e uma das pautas da reunião foi em relação à moradia, como citado pela professora:

A reunião foi no clube. Ficou acertado naquela noite, que eu ficaria morando no clube. A própria comunidade construiu na parte superior, onde não era um sótão era um telhado, construíram um quarto, onde morei mais ou menos um ano.

Na escola do meio rural, ainda conforme Cecília, o professor que não tinha família constituída, normalmente, residia junto a uma das famílias da localidade e pagava uma contribuição mensal, um aluguel.

Nesses poucos dias, eles reconstruíram a escola. [...] Eles construíram um quarto para mim embaixo do telhado e foi feito um escadão, o meu quarto foi feito sem forro em cima, então em dias de temporal o medo era grande parecia que as telhas iam voar e em dia de frio demais não conseguia me aquecer, porque o frio era muito intenso, geava em cima do telhado e nos dias de calor não dava para permanecer no quarto, era tão quente que era insuportável. Mas mesmo com tudo isso, eu me sentia em casa, me sentia feliz, os meus alunos eram a minha família, era uma alegria com aquela criançada.

Nesse sentido, para o professor adaptar-se, a condição da moradia era um dos dificultadores para a permanência dos que se deslocavam da área urbana para lecionar em escola em área rural.

Moça da cidade, de Florianópolis ia querer ir no mato dar aula? Não queria, né? Uma, porque elas tinham medo, outra, porque não tinha luz elétrica.

[...] Eu, por exemplo, vim de outra cidade. Mas aqui do nosso interior ou mesmo de Joaçaba ou aí, tinha a Altiva que lecionava na Pitoca, voltava para casa que não era longe, tinha pessoas de Bom Retiro, como a Rosa. Agora, o que eu digo é trazer pessoas de uma cidade maior como a Julinha e a Júlia Velha que eram lá de Florianópolis, e não se adaptaram aqui. Então, aquela coisa não funcionava bem certo, funcionava certo se elas casassem com alguém daqui, aí elas formavam família, a adaptação era até em relação à alimentação, ao vestuário.

Era um desafio para o professor, sobretudo quando se sobrepunham outras dificuldades, como em relação à precariedade da moradia. A professora solteira, para permanecer na escola em área rural, se residente na área urbana de Joaçaba, além da distância em relação às localidades, enfrentava o empecilho da falta de transporte coletivo para o deslocamento. É peculiar a característica de a professora da área rural dessa região residir na casa de pais de alunos numa condição de pensionista.

Essa situação não se diferencia de outros locais do Brasil, como na Paraíba conforme citado a seguir e que diz respeito à década de trinta a sessenta do século passado.

Na verdade, uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos gestores da educação pública na Paraíba foi o de fixar, no interior do Estado- principalmente, na região sertaneja -, os professores. Muitos dos quais, ao atingirem melhor nível de qualificação, com frequência solicitavam transferência para cidades maiores do agreste ou da região do Brejo (Campina Grande, Areia, etc.) e, principalmente, para a capital, João Pessoa. (PINHEIRO, 2006, p.141)

Os membros da diretoria escolar se responsabilizavam e assumiam o compromisso de providenciar aposentos para o professor que vinha de outra localidade. A professora Cecília residiu em casa de pais de alunos na área rural e pela sua descrição, o professor assumia cuidados e afazeres, no caso, havia a participação na rotina familiar onde residia.

Não havia dificuldade. Eu me adaptei logo à família. Para eles, eu morar lá era uma vantagem, sempre que eles precisavam sair eu cuidava das crianças, tanto foi que no fim a criança menor me chamava de mãe e avançava no meu marido quando eu casei e, mesmo quando noiva, quando ele ia me visitar ela dizia: “Ela é minha mãe”.

Uma das funções da diretoria escolar era a de providenciar local de moradia para o professor, e contribuir com taxas para sua remuneração.

A comunidade era obrigada a fornecer estadia do professor ou da professora, então cada um dava uma taxa para a duração da escola, para a manutenção do professor, isso na época, eu recebia cento e cinquenta mil que era um bom dinheiro, pois um guarda-livro ganhava duzentos e cinquenta trezentos mil réis. Eles me pagavam sessenta e cinco mil réis por mês. Aí, eles traziam um pão diferente, uma manteiga ou linguiça ou um assado de porco ou de gado ou galinha e pato vivo. E para a família onde morava, dava essas coisas, então se tornava um pouco mais barata a minha pensão.

As ações da diretoria escolar na escola da área rural eram amplas: auxiliavam na construção do prédio da escola, na moradia para o professor bem como de sua remuneração, e também interferiam nas questões de funcionamento da escola.

O professor, para permanecer na escola mesmo com moradia fixa, enfrentava várias limitações. Quanto ao salário, Maria diz o seguinte:

Meu Deus! Era uma tristeza. Cheguei aqui ganhando trezentos e cinquenta cruzeiros naquela época, e Joinville eu já ganhava mil e duzentos. Saí de lá feito louca, fiz a maior das besteiras, sair do meu emprego em Joinville, meu Deus do céu! Mas é o amor, o casamento, sabe como acontecem essas coisas? Depois não tem mais volta, tive que seguir em frente. Aí, por sorte que eu consegui essa escola, porque minha vocação era dar aula.

E, para o professor deslocar-se, por exemplo, para reuniões, ele enfrentava dificuldades em relação ao transporte.

[...] Fiquei na maior alegria, porque eu pude pegar, nem que fosse aqui no mato. Não tinha estrada, não tinha nada, quando a gente ia para Joaçaba era a cavalo. Meu Deus do céu, eu enfrentei as maiores dificuldades, sabe? Porque a minha escola pertenceu para Joaçaba. Então, tinha que ir às reuniões lá no final de mês. Depois, esse canto pertenceu para Água Doce. Política, sabe? Aí eu tinha que ir às reuniões em Água Doce, vinte e cinco quilômetros a cavalo,

grávida, todo, todo ano eu tive um filho. Então, eu ia montada num cavalo daqui a Água Doce, chegava lá e não podia apeiar do cavalo.

Na década de quarenta, quando Cecília lecionou, observa-se a ação da diretoria escolar:

Não, quando a gente explicava, as famílias entendiam, porque de vez em quando a gente fazia uma reunião com os pais, avaliando o desempenho da gente em primeira mão, se eles estavam satisfeitos, o que eles achavam se a gente estava ensinando bem, os horários, se eles preferiam que mudasse, por exemplo, da manhã para tarde, de manhã para tarde, pois quando se mora numa colônia, você tem que seguir muito o ritmo das plantações e da colheita para favorecer as pessoas, as férias não, não tinham como mudar, era aquela geral. Então, tudo isso a gente fazia com os pais e mestres, a diretoria da escola, como era chamada.

Na Escola de Linha do Cedro, segundo a professora Maria, a diretoria escolar tinha as seguintes funções:

Era cuidar do pátio, cuidar se não faltava nada e trabalhar nas festas junto, ajudar. Nós sempre fazíamos promoções no fim do ano para dar um presentinho ou uma lembrancinha para cada aluno, mesmo que não passassem de ano, todo, todo aluno ganhava uma lembrancinha. Então, isso era o serviço da diretoria.

A professora afirma que não havia a interferência da diretoria escolar, no trabalho pedagógico em sala de aula.

Eles sabiam que a gente estava sendo correta, estava dando tudo direitinho. Meu Deus, eles ficaram na maior alegria quando chegou uma professora adequada! Porque antigamente tinha um professor nem a língua sabia falar certo, era o [...] ele falava tudo errado, quando eu cheguei aqui. Nossa Senhora! Isso foi uma evolução que tá louco! Os meus pais me fizeram aplicar um exame para ver que classe os alunos poderiam ficar. Eles passavam de livro sem mais nem menos.

Contudo, observa-se que havia o acompanhamento do trabalho escolar em relação aos resultados de ensino e aprendizagem dos alunos. Com a solicitação dos pais, a professora realizava a reavaliação dos alunos, pois havia muita defasagem no aprendizado no momento em que assumiu a referida escola no final de 1950.

O fato que chama a atenção é que o professor da escola primária pública estava subordinado a instâncias como a família, representada pelas diretorias escolares e a própria Igreja, mas ao mesmo tempo ele era vinculado ao Estado.

A forma de contratação do professor e de sua permanência na escola em área rural estava sobre o crivo da diretoria escolar, que fazia a mediação com o representante do poder público para solicitar ou delatar o trabalho do

professor, se esse estava correspondendo ou não aos anseios dos moradores daquela localidade.

Em relação ao descontentamento com professores, a diretoria escolar se dirigia ao poder público para negociar e fazer acertos. Há indícios de que interferiam no contrato e até mesmo na dispensa de professores quando havia alguma forma de descontentamento, seja em relação ao aspecto pedagógico, como o da interação do professor com a localidade, como descrição da professora quando justifica por que interferia na indicação do professor, quanto seu contrato com a descendência. Era um aspecto observado tanto pelo poder público como pelos moradores de maneira geral.

Ficou muito prejudicado! Ficou muito prejudicado! Porque eles não tinham como explicar. A professora italiana, a Luiza, ia explicar para um alemão o quê? Nós queremos a fulana aqui, pode ser professora lá, escolhemos ela. Então, o prefeito colocava, não é? Faziam assim. No Estado já era um pouco mais complicado, mas através do prefeito acabava, então eles pegavam as professoras indicadas conforme convinha. Nem era pelo estudo, pouquíssimas tinham conhecimento! Mas elas eram indicadas pela conveniência da vila, é uma pessoa comportada, não briga com o marido em casa, não tem filhos desordeiros, não isso, não aquilo, e ela é uma pessoa assim como precisa ser uma professora. Porque o comportamento de uma professora na época era quase o requisito número um. Depois tinha que ver se ela também sabia ensinar. O que eles olhavam mais pelo que podia transmitir do que você tinha estudado. Eles davam muita importância ao transmitir. Como o médico formado que não tem experiência, ele não é um bom médico, qualquer um, vamos dizer, um fisioterapeuta que só se forma de livros não é um bom fisioterapeuta. E ali vai. Assim era a professora, naquele tempo ela não precisava ter muito estudo. E, quando a gente vinha de fora, como eu vim, então houve aquela reunião e tudo, houve indicação do prefeito e as famílias todas me aceitarem, se eles achassem que eu não estivesse ensinado bem eles iam fazer abaixo assinado e o prefeito tinha que tirar daquele lugar e colocar no outro ou talvez até na rua. Contava muito o procedimento de cada pessoa. [...] Então, o professor levava ferro mesmo, porque às vezes era ótimo, mas a família nem tanto, não é? Então, qualquer coisinha que ele fazia chamava a atenção de um aluno um pouco mais severamente. “Você não tem moral para puxar a orelha do meu filho! Não tem moral para castigar meu filho, olha teu pai, olha teu irmão!” (CECÍLIA)

Na escola em que Cecília foi lecionar, em Dois Irmãos, não lembra que tivesse alunos de outras descendências, todos eram filhos de alemães, assim como ela.

Monteiro, na análise que realizou sobre a nacionalização do ensino em Santa Catarina, salienta as dificuldades iniciais das localidades em aceitar e se adaptar ao professor que não era mais o professor teuto-brasileiro,

A contratação destes novos professores, sem nenhum vínculo com aquela área colonial, em que iriam atuar e, muitas vezes sem o

conhecimento da língua alemã chegou de início a causar alguns transtornos (MONTEIRO, 1984, p. 87)

A dificuldade de aceitação do professor, no caso contratado pelo Estado, pode ser compreendida segundo Monteiro “O professor que vinha para as áreas coloniais, pelo menos de início, era tido como intruso, imposto pelo Departamento de Educação que, em muitos casos não conhecia a língua alemã e muito menos as tradições e costumes da região” (MONTEIRO, 1984, p. 87)

O pertencimento étnico do professor poderia ser um dos motivos para a troca constante de professores, bem como a entrada de professores que se deslocavam da área urbana para a rural e havia várias limitações como a dificuldade de moradia e meios de transporte que dificultavam a permanência na escola. Conforme a professora Cecília, as diretorias escolares intervinham exigindo a troca de professores, pois:

[...] eles transferiam. Afinal, os pais se queixavam fez isso e aquilo, não ensinou bem, iam lá na prefeitura ou no Estado. Ou, se faziam política contra o governo eram transferidos imediatamente. Afinal, não queriam nem saber, facilitou, iam pra rua.

Presumo que as professoras hoje também recebem informações: “Olha, mudou isso, mudou aquilo”. Hoje é a coordenadoria fazendo aquele estudo. Então, passavam as coisas novas pra gente. Passavam sobre a guerra, olha, estão matando os judeus e fazendo isso. Passavam para as professoras que não pode apoiar alemão que tem que aprender a língua brasileira, porque nós moramos no Brasil/. “Tá sujeito à cadeia, olha o que eles estão fazendo com o povo lá fora!” Nós recebíamos os cadernos sobre a ortografia, a troca de livros escolares. Tudo isso era comentado, os mapas de frequência escolar.

Corsetti (2004, p. 57), ao analisar a educação na Primeira República no Rio Grande do Sul, salienta que o poder público gaúcho organizou um sistema em que “os dirigentes educacionais do Rio Grande criaram conselhos escolares, formados por chefes de famílias que tinham seus filhos nas escolas, os quais desempenharam, gratuitamente, diversas tarefas de fiscalização, atividade que era considerada de ‘relevante serviço público”.

A fiscalização era realizada pelos próprios moradores da localidade, ou seja, a própria população efetivava a atividade de fiscalização sem ônus públicos. Para a autora:

A constituição de um sistema inédito de inspeção escolar caracterizou a experiência educacional dos dirigentes gaúchos, que conseguiram reunir os funcionários do Estado às próprias comunidades, nas tarefas fiscalizadoras do ensino. (Idem)

A escola pública na área rural de Joaçaba entre 1938 e 1961 apresenta uma organização similar à referida no estudo de Corsetti, semelhante à ação do poder público gaúcho sobre o trabalho de inspeção escolar. As escolas eram administradas e geridas pelas sociedades escolares com a participação das famílias embora houvesse uma instância maior que determinava os sentidos do fazer-se daquela escola.

A diretoria escolar era um órgão que não era remunerado, era uma iniciativa de pais da localidade que faziam um trabalho de comunitarismo em prol da escola e educação da localidade. Era uma ação ampla, incluindo acompanhar o funcionamento cotidiano da escola.

A característica da organização pautada no comunitarismo permaneceu nas práticas dos moradores em área rural. Participavam da construção do prédio da escola, do pagamento do professor, promoviam trabalho de mutirão para garantir escola na comunidade em auxílio ao poder público.

Há indícios de certo estremecimento da ação das diretorias escolares, no caso, formada por alemães e descendentes, no contexto da Segunda Guerra Mundial, como descreve Cecília. Considere-se que na localidade de Dois Irmãos a maior parcela da população era constituída por descendentes de alemães. A professora salientou uma situação de afastamento de membros da diretoria da escola o que demonstra que ocorriam também conflitos e desentendimentos

Com a situação da guerra, a família que era ecônoma do clube mudou para uma propriedade deles. Eles tinham um terreno e construíram uma casa. A gente tinha uma amizade muito grande, e nos dávamos muito bem, eles fizeram questão que eu continuasse morando com eles, não é?

Embora a escola fosse instituída e estivesse sob a responsabilidade do Estado ou do município, a Escola Isolada Rural Municipal e Estadual, não necessariamente, deixou de apresentar características das anteriores escolas comunitárias que contavam com a participação de pais, moradores em área rural para sua organização e manutenção.

No meio rural de Joaçaba houve a permanência da formação e ação de diretoria escolar como órgão coadjuvante do público no provimento e manutenção da educação em área rural. Foi nítida a participação da sociedade civil com o que era espaço de ação do poder público.

O poder público era o educador responsável pela normatização, os fins e princípios, os conteúdos da escola de ensino primário. As diretorias escolares apresentavam diferenças em relação às sociedades escolares teuto-brasileiras. Além de perder a conotação étnica, não havia intervenção na organização do trabalho pedagógico da escola. Em termos administrativos - das famílias organizadas sob a forma de diretorias escolares -, permaneceu um sistema de contrato interno entre famílias, instância pública e o professor. Em muitos casos, o professor precisava do auxílio moradia o que era providenciado pelas famílias. Essas iniciativas das diretorias escolares indicam que as comunidades mantiveram um certo poder sobre a ação do professor.

A escola era gerida em termos administrativos, permaneceu um sistema de contrato interno entre famílias, instância pública e professor.

CAPÍTULO 4 - PRÁTICAS ESCOLARES AVALIATIVAS E COMEMORATIVAS

Neste capítulo, serão analisados alguns elementos da cultura escolar pública em área rural local, que constituíram a escola pública a partir de 1938. A abordagem recorre ao uso da legislação escolar, outros documentos escolares e dados colhidos nas entrevistas com ex-alunos e professores,

ESCOLA DE ENSINO PÚBLICO NA ÁREA RURAL

A escola da área rural era uma instituição obrigatória através do Decreto-Lei nº 301 de 24 de fevereiro de 1939. Logo após a nacionalização do ensino, o governo tomou medidas mais rígidas para garantir a escolarização da criança em áreas de colonização, como nas localidades formadas por alemães e descendentes. Assim explica Monteiro:

[...] A obrigatoriedade escolar para as áreas de colonização alemã revestia-se de singular importância, tendo em vista o número elevado de faltas às aulas. Antes deste decreto-lei, os pais se viam obrigados a matricular seus filhos na escola primária. No entanto a frequência era bem menos que a matrícula (1984, p. 68)

Em Santa Catarina, a legislação escolar tornou obrigatória a escola primária. E a instalação do Estado Novo e o conseqüente espírito nacionalizador, que tomou conta da política do governo de República, abriram novas perspectivas para a aplicação da obrigatoriedade escolar (Monteiro, p. 71).

Ainda para o autor:

Era preciso, no entanto, evitar, por todos os meios, a evasão escolar, pois só assim os resultados poderiam ser satisfatórios. Nestas condições o decreto-lei de 24 de fevereiro de 1939 tinha uma função diretamente ligada à nacionalização do ensino, exigir a frequência dos alunos às escolas, punindo os infratores e garantindo a plena execução de uma legislação capaz de colaborar, de uma forma eficiente para a nacionalização das áreas coloniais do nosso estado (MONTEIRO, 1984, p. 71)

Para garantir a frequência nas escolas das áreas de colonização, o governo catarinense instituiu, através do Decreto-Lei nº 301 de 24 de fevereiro de 1939, a quitação escolar.

A quitação escolar seria uma forma de controle das possíveis resistências do envio de alunos à escola de ensino público em áreas de colonização.

O documento Quitação Escolar não era obrigatório, mas sem ele havia muita dificuldade e impedimento na realização de uma infinidade de procedimentos, como ressalta Pereira (2004, p. 189):

Decreto-Lei n.º 301 restringia aos que residiam em Santa Catarina e que não portassem tal documento:

- a) ser admitido em qualquer serviço do Estado ou Município;
- b) ser promovido em cargo público estadual ou municipal;
- c) receber dinheiro do Estado ou do Município a qualquer título e ainda em remuneração de cargo público; com eles celebrar qualquer contrato ou transação, sem tomar parte em concorrência pública ou administrativa;
- d) adquirir estampilhas de vendas e consignações;
- e) extrair certidões negativas ou obter atestados de quaisquer repartições estaduais ou municipais.

Seria importante observar também que dessas restrições sofriam todos os que, multados por infração aos preceitos de obrigatoriedade ou de nacionalização, não honrassem as multas que lhes foram impostas.

Com essas medidas e com a proibição do ensino domiciliar, o Estado dificultou o que tinha se tornado uma prática constante, a ausência das crianças nas escolas públicas. Além disso, a severa repressão imposta aos pais ou aos representantes legais também evitou que crianças, uma vez matriculadas, deixassem de frequentar a escola durante o período obrigatório.

Contudo, havia outras dificuldades que estavam envoltas na relação da criança com a escola em área rural, que resultavam em infrequência escolar. “O mercado de trabalho foi outro desses fatores. A criança, já bem cedo ajudava o pai nas lides agrícolas, principalmente na época do plantio e da colheita”. (Monteiro, 1984, p. 72)

Na escola em área rural de Joaçaba, entre 1938 e 1961, desde muito cedo, as crianças participavam das tarefas domésticas, desdobrando-se entre o tempo da escola e o da casa.

A criança conciliava a atividade do trabalho e do estudo. A escola adequava-se ao horário estabelecido pelas famílias para atender-lhes as necessidades.

De modo geral, as famílias na área rural eram numerosas. A professora Maria relata que teve dezesseis filhos. Lecionou vinte e seis anos na mesma escola na Linha do Cedro, na região de Joaçaba, até se aposentar em 1978. Ao longo desse período, lecionou para seus filhos e também para alguns netos: “Dezesseis. Eu mesma, de todos eles. Até de meus netos, ainda teve neto que eu fui professora.”

A escola em que ela lecionava era a Escola Linha do Cedro, “na época tinha uns cinquenta moradores, mais ou menos. E todos eles com bastantes filhos. Então, a minha escola, olha, era uma maravilha de tantos alunos que tinha.

Para a criança, a escola, naquele período, era importante, pois, inclusive, servia como intervalo entre os afazeres domésticos. Ir para a escola era o espaço para brincar.

A escola, de certa forma, servia como um parâmetro de divisão entre as atividades domésticas e as escolares. A distância para se chegar até a escola, muitas vezes, era muito longa e demandava longas caminhadas. Os alunos relatam que caminhavam três, até sete quilômetros subindo e descendo ladeiras até chegar à escola. O aluno/a, para garantir seu aprendizado, migrava de uma comunidade para outra. Na área rural, era sempre uma das alternativas.

Nós íamos pra aula com aqueles tamancos de madeira. Então, quando tinha geada, nós caminhava uma eitada e daí o tamanco já ficava dessa altura, né, e o que nós fazíamos? Pegávamos os tamancos, enfiávamos lá dentro de qualquer mato lá, e íamos descalços. E quando voltávamos, pegávamos eles e íamos pra casa, né.?(Paulo)

Os alunos eram faltosos, em algum período do ano, mas isso era raro, segundo Maria, uma das professoras: “Não, não, mas aquilo era só por doença mesmo que eles não viriam. Senão, eles vinham diariamente. Você olhava para esses cantos, despencava aluno de tudo quanto era morro. De longe, de longe, verdade. Tinha aluno que tinha quatro quilômetros de distância e vinha na escola.

Outra localidade na área rural em que Cecília foi professora entre 1942 e 1944:

Em Dois Irmãos tinha uma coisa de bom que todas as famílias, ou quase todas, achavam que os filhos precisavam aprender, era necessário que eles tivessem um pouco mais de instrução, ainda mais falando-se em guerra, porque eles estavam em guerra. Não se

sabia do futuro de ninguém. As pessoas estavam bastante inseguras quanto ao futuro, então era necessário aprender a língua e mesmo saber viver de outra forma, se um dia fosse necessário e a gente tinha plena colaboração dos pais. Isso era muito valioso, te apoiando, te dando incentivo, que estava certo, estava ensinando bem, se prontificando a corrigir os erros dos filhos em casa e fazendo os filhos verem que a professora ou professor tinha que ser respeitado.

A criança auxiliava no trabalho desde cedo, mas os pais conciliavam essas atividades às escolares. Havia um acordo tácito com a professora em relação aos ajustes de horário, como explica Cecília:

Criança pequenina já colaborava com a mão-de-obra, tirando leite, colhendo ovos e outros. Mas não faltava a aula, não tinha jeito! Vinham com os temas feitiños sempre. As pequeninas de manhã tiravam o leite e tudo, mas na hora da aula, estavam lá. O que tinha de bom que você podia dizer 'amanhã avise em casa que a professora vai dar aula de manhã', eles já sabiam que ou eu tinha reunião em Joaçaba ou então eu estava levando os alemães para fazer os negócios deles em Joaçaba. Todos eles eram ajudados, todos eles concordavam. O dia que eu precisava trocar, podia trocar, mas tinha que dar aquele turno de aula às 4 horas.

A criança, na área rural, então, assumia funções para auxiliar nos afazeres, como explicita uma das ex-alunas: "Naquela época, minha querida, quando tinha três aninhos, tinha que começar a trabalhar, todos aqui da região. As crianças tinham que ajudar os pais; meio-dia a gente ia na aula e meio-dia ajudava o papai em casa, ia na roça, tratar o porco, tirar o leite, tratar o terneiro..." (ELIZABETH)

Ainda para a ex-aluna:

Eu chorava quando tinha que faltar, quando tinha que ajudar a mãe em casa, chorava de vontade de ir. Às vezes, acontecia que tinha que faltar à aula por causa do trabalho em casa, né? Eu sempre gostei de estudar. Infelizmente, estudei pouco, só fiz o primário. Meus pais não tinham condições de me mandar estudar fora. (ELIZABETH)

Contudo, era um desafio conciliar trabalho e estudo, como pode ser observado no relato de outro ex-aluno:

Isso seria depois da janta, meio dormindo de cansado! Às vezes fazia, às vezes não fazia, aí chegava na escola e ia pro castigo, ia fazer em cima de grão de milho, se não fizesse, o professor castigava. O primeiro dia o professor tolerava, mas no outro dia ele dava. (MAX)

Ah, não tinha! Chegava em casa, jogava a roupa e a mochila no canto e já ia pra roça. Direto para a roça. Brincava depois da hora, como agora (entardecer), ficava brincando de esconder, ainda depois de tratar os porcos e as vacas. Daí, brincar. Brincar de se esconder... Puxava lenha pra dentro, o irmão mais velho cortava, picava lá, daí a gente tinha que puxar a lenha e enquanto isso dava umas brincadinha de se esconder, de pega-pega, como dizem hoje, era assim. (MAX)

Para garantir a frequência escolar, o poder público catarinense interveio e sancionou leis e decretos, condicionando aos pais a obrigatoriedade de seu cumprimento, ou seja, enviar a criança à escola. A escola pública passa a ser uma instituição obrigatória a partir da sua institucionalização, em 1938.

Logo após a nacionalização do ensino, o governo tomou medidas mais rígidas para garantir a escolarização áreas de colonização, como nas localidades formadas por alemães e descendentes.

Para garantir a frequência nas escolas das áreas de colonização, o governo catarinense instituiu, através do Decreto-Lei nº 301 de 24 de fevereiro de 1939, a Quitação Escolar.

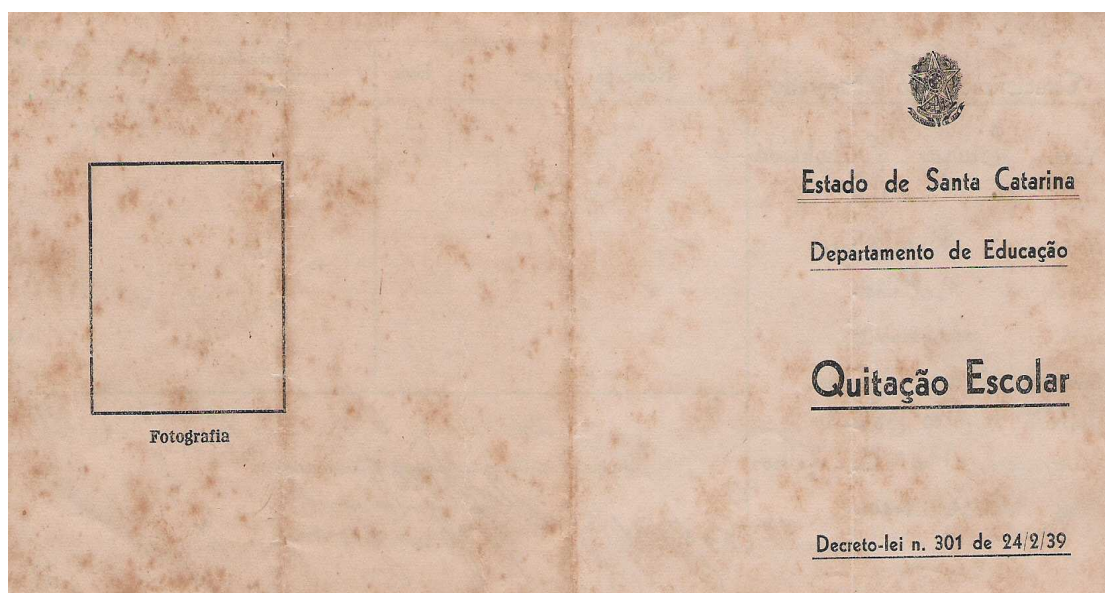


FIGURA 4 - Quitação Escolar - Frente

Fonte: Acervo Pessoal – Luiza Palharin – doado Célia C. Martinson

A quitação escolar seria uma forma de controle das possíveis resistências do envio de alunos à escola de ensino público em áreas de colonização.

Caracterização do interessado	Nome das crianças	Idade	Estabelecimento Escolar	
			Nome e localização	Classe
Nome: <i>Luiza Dalabrida</i>				
Nacionalidade: <i>Brasileira</i>				
Estado civil: <i>Solteira</i>				
Profissão: <i>Professora</i>				
Residência: <i>São Marcos</i>				
distrito de <i>Rio Bonito</i>				
Observações: <i>Não tem filhos</i>				
em idade escolar.				
Registrado sob o N.º <i>6</i> em <i>30</i> de <i>junho</i> de 19 <i>41</i> Assinatura do Diretor ou Professor do Estabelecimento <i>Roberto</i> em <i>30</i> de <i>junho</i> de 19 <i>41</i>				

FIGURA 5 - Quitação Escolar - Verso

Fonte: Acervo Pessoal – Luiza Palharin – doado Célia C. Martinson

As aulas na Escola Isolada Municipal local, normalmente, iniciavam em fevereiro. A matrícula era aceita se a criança completasse sete anos até meados do mês de julho. Contudo, segundo as professoras, na escola havia alunos que tinham menos de sete anos, bem como maiores de doze anos.

A escola até então era uma instituição que se adaptava à vida das pessoas – daí as escolas isoladas insistirem em ter seus espaços e horários próprios organizados de acordo com a conveniência da professora, dos alunos e levando em conta os costumes locais- (MONTEIRO, 1984, p.69).

A frequência escolar era importante e obrigatória. Dessa forma, para contornar ajustes de horários e para atender a demanda dos pais, havia, segundo indícios da fonte oral, acordo com os pais e a sociedade escolar para que o funcionamento da escola se adequasse à necessidade da localidade.

FESTAS ESCOLARES

As festas escolares eram consideradas um momento em que a escola “se encontrava na encruzilhada de duas dinâmicas culturais: de um lado, a invenção e a expressão da cultura tradicional compartilhada pela maioria; de

outro, a vontade disciplinante e o projeto aculturante da cultura dominante” (CHARTIER, 2004, p. 23).

Na escola isolada da área rural de Santa Catarina, área em que havia escola étnica, a orientação do Estado se refletia no cotidiano das escolas, voltada para a formação da criança.

Nodari (1999), na sua tese, aborda aspectos do processo de imigração nessa região de Santa Catarina, apresentando aspectos socioculturais, por exemplo, da cidade de Joaçaba, sobre o período de nacionalização na região. Segundo ele, havia uma invenção do nacional através das comemorações cívicas.

Na região Oeste, ainda de acordo com a autora, a memória pública nacional prevaleceu após a sua institucionalização em momentos de solenidades públicas, que eram um ritual como forma de internalizar os valores de civismo.

Era uma invenção ainda não naturalizada por uma comunidade que vivia mais sob o primado de outros valores culturais e religiosos identificados à não-cultura nacional brasileira. Embora na área rural, as localidades apresentassem formação heterogênea, as festas escolares não eram restritas ao grupo étnico de alemães e descendentes. Nesse momento de construção de invenção de tradições para o enaltecimento de vultos e personagens públicos brasileiros, esses deparavam-se com a tensão entre o sentido de pertencimento e a identidade cultural.

Nodari (1999), afirma que, inicialmente, as festas aconteciam nos púlpitos, palanques, e posteriormente foram inseridas no cotidiano das escolas. Conforme consulta à imprensa, localizou programas de festas escolares divulgando o evento, convocando a população joaçabense para participar de tal atividade.

A introdução da festa era um elemento da cultura escolar para cultivar e desenvolver a consciência nacional através da escola pública. Uma estratégia para despertar o encanto e o respeito ao sagrado, ao estado nacional, no espaço escolar.

Nas práticas escolares da escola em área rural, há a inserção do canto, do hino, da bandeira como um símbolo permanente em sala de aula e nos

eventos culturais e sociais da escola. Festas de Sete de Setembro, hasteamento da bandeira, aula de civismo, aplicação de exames escolares públicos, foram atividades permanentes até o início de década de 1961.

Arlindo, ex-aluno que estudou no final da década de trinta em escola pública, ainda vibra ao rememorar o verso que aprendeu e não mais esqueceu. E relata que ele era um dos alunos que ensaiava para fazer a apresentação no dia da festa e, que às vezes, acontecia na escola e algumas vezes na área urbana para a participação em festividades cívicas.

Eu me lembro que um dia eu tinha que falar nem me lembro mais:
É o orgulho a terra em que nasceste,
Criança, não verás nenhum país como esse.
Olhe que céu, que mar, que luz, que floresta!
E assim continuava.

A festa em que ele representava o grupo, como um dos declamadores de poesias, era realizada na escola. Na festa, estavam as autoridades do município:

Sim. Era o prefeito de Joaçaba que estava lá e já era naquela vez que a gente tinha 10 anos por aí, isso. Faz sessenta e tantos anos, aquilo, ainda gravei um pouco.

A festa acontecia em vários momentos do ano:

É, mais foi Sete de Setembro, ou se tinha uma festa na escola também, às vezes, como aniversário.

E no dia da festa não poderia faltar a simbologia “Sim, o Hino Nacional, o Hino à Bandeira, tudo isso, ali. Do Ipiranga e salve o lindo pendão da esperança, tudo essas coisa” (ARLINDO)

Elizabeth, que estudou a partir de 1938 em escola Isolada Municipal, na localidade de Santa Clara, em Joaçaba, ao ser indagada sobre momentos cívicos em sala de aula, levantou-se e demonstrou na parede como e o que aprendiam:

Tinha! Tinha um mapa (Levantou e demonstrou como estava colocado na parede e como era usado). Era 2, 3 de altura e 2 de largura, lá tinha todo o Brasil naquele mapa, ali cada um de nós tinha que ir falar a capital: Pará, capital Belém; Maranhão capital São Luiz; Piauí capital Terezina, tá, tá, mostrando e aprendendo no quadro e os outros todos prestando atenção. Uma vez por semana, uma aluna ia ali e os outros prestavam atenção. E isso a gente nunca mais esqueci, tinha que aprender lá no quadro.

A ex-aluna referia também à bandeira nacional como algo incorporado ao cotidiano, aceito e apropriado pela comunidade local.

Mas, que coisa mais linda aquela Bandeira do Brasil! Época de festa e [...] feriado nacional levava a Bandeira lá fora, uma baita Bandeira bonita, erguia lá, tinha a armação pra pendurar a Bandeira. Tinha a Bandeira do Brasil. Cada aluno tinha que dizer um verso ou uma poesia para a Bandeira do Brasil, não era que nem hoje em dia que os alunos passam perto e dão coice na Bandeira. Nós fazíamos continência e cada um tinha que dizer um verso.

A escola pública em área rural não era apenas o lugar do aprendizado dos saberes, mas de saberes escolares, práticas com a finalidade de formar hábitos, incorporar comportamentos conforme a necessidade dos instituidores da Escola. Nesse momento, ela era a instância pública que tomava para si o direito de legislar sobre o ensino primário em âmbito nacional, corporificando símbolos nacionais, de modo particular nos núcleos considerados estrangeiros para o poder público.

Houve maior preocupação, intervenção para a criança descendente de grupos étnicos como a dos alemães e descendentes de Joaçaba. Isso é o que refere o excerto do jornal a seguir, pois a necessidade de formação da consciência nacional era ressaltada pela imprensa local:

‘... ensinar às crianças o amor à terra em que nasceram, e integrar ao seio da nacionalidade as de origem estrangeira, que são brasileiras apenas pelo espaço geográfico em que nasceram... mas pela língua, sentimentos e hábitos são estrangeiras. [...] Além de que há o descaso dos colonos para com as festas escolares e as datas nacionais’. (Bleichuvel, 2000, p. 196)

Era preciso que fossem ensinados os símbolos nacionais pela comemoração das datas cívicas, nos momentos cívicos, para construir a memória e a identidade nacional ‘brasileira’. Esse era o trabalho pedagógico de professores e inspetores escolares, por serem agentes que espalhariam os valores da república através das práticas escolares.

Dentro ainda do trabalho da nacionalização, cabia ao inspetor fiscalizar o material didático-pedagógico utilizado nas escolas. Como por exemplo: livros, mapas, programas de ensino, filmes, revistas, gravuras, bandeiras, etc (FIORI, 1991, p. 80)

O inspetor De Sisti, na década de cinquenta, após fiscalizar e verificar a escola em que lecionava a professora Luiza, faz menção da falta de um elemento didático importante para divulgar e conhecer o Brasil, o mapa escolar. “7.º que tive, em geral, boa e muito boa impressão [...] 4.º que do material didático faltava um mapa do Brasil”. (1952).

Na década de quarenta, as atenções estavam voltadas para a cultura nacional.

Era através de livros didáticos e tinha mais uma educação moral e cívica que era o patriotismo, que era muito importante. Tudo tinha seu livro próprio. Ainda fazia parte de nossa obrigação ensinar a

horta pras crianças, a agricultura que as crianças sabiam muito mais que qualquer um de nós, limpar a horta, essas coisas assim e o trabalho manual fazia parte. Além de que, todos esses alunos estavam presentes na mesma sala de aula, dava uma cópia, uma redação, ou fazendo trabalhos. (CECILIA)

Na década de cinquenta, ainda eram ressaltados os valores e símbolos do Brasil, nas práticas escolares, que nem sempre eram orientações de inspetores escolares. A professora Maria explica como era o seu procedimento em relação às comemorações e festas escolares e datas comemorativas:

Estava inclusive no plano de aula, eu ensinava o Hino Nacional, o Hino da Bandeira, o de Sete de Setembro o da Independência, versos, poesias, meu Deus do céu! Mas isso as crianças adoravam! Eu ensinava o que era ser patriota. Naquela época os próprios pais, às vezes aos sábados pela manhã faziam o hasteamento da bandeira na frente da escola, passavam lá na estrada, eles tiravam o chapéu, porque a gente ensinava para os alunos, olha se passarem na frente da bandeira tem que tirar o chapéu e eles tiravam. Mas olha, era uma coisa linda! Então aquilo era gratificante, porque a gente via que estava sendo aproveitado aquilo que ensinava.

Ao ser questionada sobre o fato de o inspetor escolar orientar ou exigir a realização dessas atividades, ela diz o seguinte:

Não, ele nem orientava tanto. Eu tinha isso na minha mente, eu aprendi isso quando eu estava na aula. Eu aprendi, eu trouxe isso da minha sabedoria. Nem estava tanto nos planos de aula.

Nesse sentido, a professora Maria tinha internalizado em seus hábitos pedagógicos a prática que vinha de seu tempo de estudante e que no momento, se a escola pública cultuava mais ou menos os valores republicanos, ela incorporava na rotina escolar.



FIGURA 6 - Festa Cívica - década de Sessenta

Fonte: Acervo pessoal de Maria Kasteller

Olha [foto] esta é a nossa escola antiga ainda. Assim eram as nossas festas de Sete de Setembro. Olha, quanta brincadeira nós fazíamos com os alunos, olha aí! Mas isso aí era a coisa mais linda. Olha que turma de alunos! A escola nova foi inaugurada nos anos sessenta por aí, eu acho.

Na parte da manhã nós fazíamos só a parte cívica, aí era iniciada com o Hino Nacional, depois só poesias referentes à bandeira e ao país, não é? Depois, era outro tipo de versos, mas eu tinha um programa que eu acho que uns trinta ou quarenta alunos que declamavam. Ao meio-dia, eu fazia a merenda, os alunos todos comiam merenda, à tarde, eram as brincadeiras, era isso aí [foto], fazia todos esses brinquedos.



FIGURA 7 – Festa 7 de setembro – década de sessenta

Fonte: Acervo pessoal de Maria Kasteller

Meu Deus! E como participava! Olha ali [foto] quanta gente tinha aqui!

Ah, mas era a coisa mais linda! Como eles gostavam de fazer estas ações! Aqui [foto] era o jogo da cadeira, quem ficava o último para sentar na cadeira.



FIGURA 8 – Festa 7 de setembro – década de sessenta

Fonte: Acervo pessoal de Maria Kasteller

Não. Nessa época não, porque era Sete de Setembro e eles tinham o programa da cidade, então aqui eu reunia só da minha comunidade mesmo. Olhe aqui tem outro brinquedo [foto].

Sim, cada pai dava o uniforme para os seus filhos. Aqui a gente vê o uniforme deles [foto]. Eu até na época usava um bibi na cabeça. Era tão bonito!

A escola pública era para ser vista como um espaço que proporcionava momentos de conclamar a população para observar incorporar o que era vivido, veiculado na escola e que deveria ser disseminado na sociedade.

As comemorações cívicas que no decorrer do período do Estado Novo eram organizadas pelo poder público executivo municipal, subordinado ao poder do Governo Federal, agora eram em sua maioria organizadas pelas escolas e o programa incluía esportes e lazer, não se constituindo mais em momentos de pompa e rituais onde as autoridades públicas tinham que mostrar uma constante lealdade ao Presidente. Eram as escolas que se mostravam para a comunidade, claro que não deixado de lado, o que havia sido incutido. A memória pública nacional havia atingido o principal alvo, a lealdade de jovens à Pátria. (NODARI, 1999, p. 289)

Assim, a escola em área rural de Joaçaba, através das atividades comemorativas e festivas, estendia os valores da República, sendo espaço para despertar e formar a consciência nacional.

FUNÇÃO DOS INSPETORES EM SANTA CATARINA

Para a garantia da efetivação da nacionalização do ensino no período que refletia grande efervescência política em Santa Catarina, os inspetores escolares exerceram função estratégica no governo de Nereu Ramos. Era necessário alterar a forma de intervenção após a nacionalização do ensino em Santa Catarina. Dessa forma, [...] o inspetor escolar passou a exercer um papel de proa no processo, orientando, fiscalizando e aplicando as penalidades, quando necessário. (MONTEIRO, 1984, p. 63).

Sua função revestia-se de importância pela necessidade de controlar, fiscalizar e padronizar a escola pública catarinense tendo aos seus cuidados uma diversidade de procedimentos para a garantia da centralização do ensino público. Entre os cuidados:

Cabia ainda, ao Inspetor Escolar, orientar e fiscalizar os livros de escrituração da escola, a matrícula, a frequência, a disciplina, o aproveitamento, os recreios, os planos de aula, o desenvolvimento do programa de ensino, as provas mensais, os cadernos de exercícios diários dos alunos e os trabalhos manuais. (FIORI, 1991, p.156)

A coordenação do trabalho dos inspetores de ensino em Santa Catarina estava sob a responsabilidade de Departamento de Educação, mediante a atuação do Inspetor Geral do Ensino. Entre as suas atribuições figurava, cumprir e fazer cumprir leis e regulamentos orientar (FIORI, 1991, p. 56).

A partir da reforma de ensino que ocorreu em Santa Catarina, resultante da adaptação da Lei Orgânica do Ensino Primário e Normal, foi regulamentado o Serviço de Inspeção Escolar, através do decreto n. 3.733 de 12 de dezembro de 1946.

Em Santa Catarina o professor Elpídio Barbosa foi o reformador da educação nesse período até a década de cinquenta, e “considerava que esse Regulamento era uma consolidação de leis anteriores, referentes à inspeção escolar”. (FIORI, 1991, p. 15).

A atividade do inspetor escolar era mais de cunho administrativo e não de uma ação pedagógica junto às escolas, como a escola em meio rural, o que era justificado como uma necessidade com os cuidados dessa ordem.

Não era significativo o número de inspetores escolares para abarcar as necessidades das escolas catarinenses que aumentavam quantitativamente em relação às unidades escolares. De acordo com Fiori (1991), o número de inspetores entre 1930 e na década de cinquenta correspondia:

No ano de 1933, havia em todo o Estado, 7 Inspectores Escolares; em 1936 esses profissionais eram em número de 15. No correr do ano de 1948, plano do Departamento de Educação previa a atuação de 54 Inspectores Escolares, que deveriam atender administrativa e pedagogicamente a 4.244 escolas. Cada Inspetor teria sob sua responsabilidade, em média, 79 estabelecimentos de ensino, entre urbanos e rurais (FIORI, 1991, p. 151)

A educação adquiriu um formalismo. Uma circular do Departamento de Educação do ano de 1944, estabeleceu a padronização da escrituração escolar, que deveria ser fielmente cumprida pelos Professores e Diretores de estabelecimentos de ensino (FIORI, 1991 p.130) o que corroborava esses padrões de escrituração minuciosa para a normatização escolar no período.

A escola catarinense se tornou burocrática em função do excesso de formalismo que chegou a afetar mesmo aspectos intimamente ligados à qualidade do ensino, como os planos de aula e as reuniões pedagógicas (FIORI, 1991, p. 130)

No período de 1935 a 1950, em Santa Catarina, a instrução pública esteve sob a liderança dos Inspectores Escolares Luiz Trindade, João dos Santos Areão e Elpídio Barbosa. Os dois primeiros fizeram parte da equipe de trabalho de Orestes Guimarães.

Em função do número reduzido de inspetores de ensino, diretores e professores em área rural também estavam autorizados pelo Estado a exercerem funções auxiliares de inspeção escolar junto às escolas.

No item a seguir, será abordado o trabalho de acompanhamento e fiscalização das escolas em área rural local.

ATUAÇÃO DOS INSPETORES DE ENSINO NA ESCOLA DE ÁREA RURAL

A escola na área rural local entre 1938 - 1961 apresentava uma regulamentação. A escola pública era fiscalizada e inspecionada de acordo

com o recorte deste estudo e localização de documentos escolares desde 1938. Foi intensa a ação dos inspetores escolares como mediadores dos administradores no trabalho de fiscalização, sobretudo, do aspecto administrativo das escolas, conforme a documentação consultada.

A escola em área rural a partir de 1938 passou a fazer parte da rede de ensino público catarinense, dessa forma [...] conduz ao exame do papel do Estado na produção de uma escrita normativa e pedagógica, por um lado, leis orientações, formas de controle burocrático, inspeção, relatórios, diários de classe, mapas de frequência, escrituração escolar, entre outros (SOUZA, 2000, p.8)

A ação dos inspetores era importante para mediar a relação da escola, professor e comunidade após a nacionalização do ensino. Após 1938, houve a inserção do professor contratado pelo poder público para atuar em muitas escolas de localidades que tiveram escolas étnicas, como escola teuto-brasileira de Joaçaba.

As professoras que lecionavam em escolas em área rural de Joaçaba, nas décadas de quarenta a setenta salientam a atuação de vários, inspetores escolares nesse período histórico.

A professora Cecília que lecionava na Escola Municipal de Dois Irmãos conheceu os seguintes inspetores escolares em Joaçaba:

Que eu me lembre, não. O primeiro inspetor foi o Euclides Barbosa na década de 30. Era no tempo em que minha mãe morreu, em trinta e pouco. Depois, teve o Neilor e o Antônio Lúcio, que tinha uma livraria onde hoje é o prédio do doutor Antônio Carlos Pinto (oculista). A imprensa era dele e tem livros escolares escritos por ele. O Antônio Lúcio foi inspetor escolar por muito tempo.

A professora Maria, que lecionava na Escola Estadual entre 1956 e 1978, cita os seguintes inspetores escolares: "... o seu Romeu de Sisti, tinha a dona Zelândia, tinha o seu Rômulo Malaquias e tinha o delegado regional que agora eu não me lembro o nome dele"

Já para a professora Luiza que lecionou no período anterior a passagem das escolas para pública num município próximo a Joaçaba, relata "de Joaçaba o Romeu de Cisti foi meu inspetor. Ah, devo ter o meu atestado aqui, não sei onde foi. Muito querido"

As escolas locais, tanto a municipal como a estadual, eram regulamentadas e seguiam orientações do Estado.

A inspeção, no que diz respeito à parte pedagógica e à escrituração processava-se de uma forma semelhante em todo o estado. O inspetor ao ministrar aulas aos alunos e professores da classe, colocava-se como modelo, apresentando novas técnicas de ensino e de avaliação. (MONTEIRO, 1984, p. 79)

Havia regularidade no controle, por exemplo, através das visitas de inspetores escolares que, após a vistoria das unidades escolares e do trabalho do professor, emitiam um parecer. Os itens de termos de visitas das escolas dessa região de Santa Catarina variam conforme o contexto educacional, ou seja, as questões emergentes que devem ser trabalhadas e observadas nas escolas públicas locais.

Ao questionar a professora Luiza se os inspetores visitavam as escolas, ela respondeu:

Visitavam. Eles visitavam três vezes durante o ano ou quatro. Se tu demorar, eu vasculho; eu quero ver os meus termos de visita, eu acho que tenho que ter. Eu emprestei, também dei por causa da aposentadoria, porque lá tem umas quantas em Joaçaba que lecionaram, foram minhas alunas. Então, pra aposentadoria precisou e elas não tinham aquela quitação escolar. Então eu dei, mas eu tenho ainda dois ou três termos de visita, não sei onde.

Um ofício da Luiza, professora de uma escola do município de Campos Novos próxima a Joaçaba, na época de atuação é utilizado para exemplificar o trabalho de inspeção e fiscalização do ensino das escolas na região Meio Oeste de Santa Catarina. A partir de 1938 as escolas eram fiscalizadas pelos representantes do poder público.

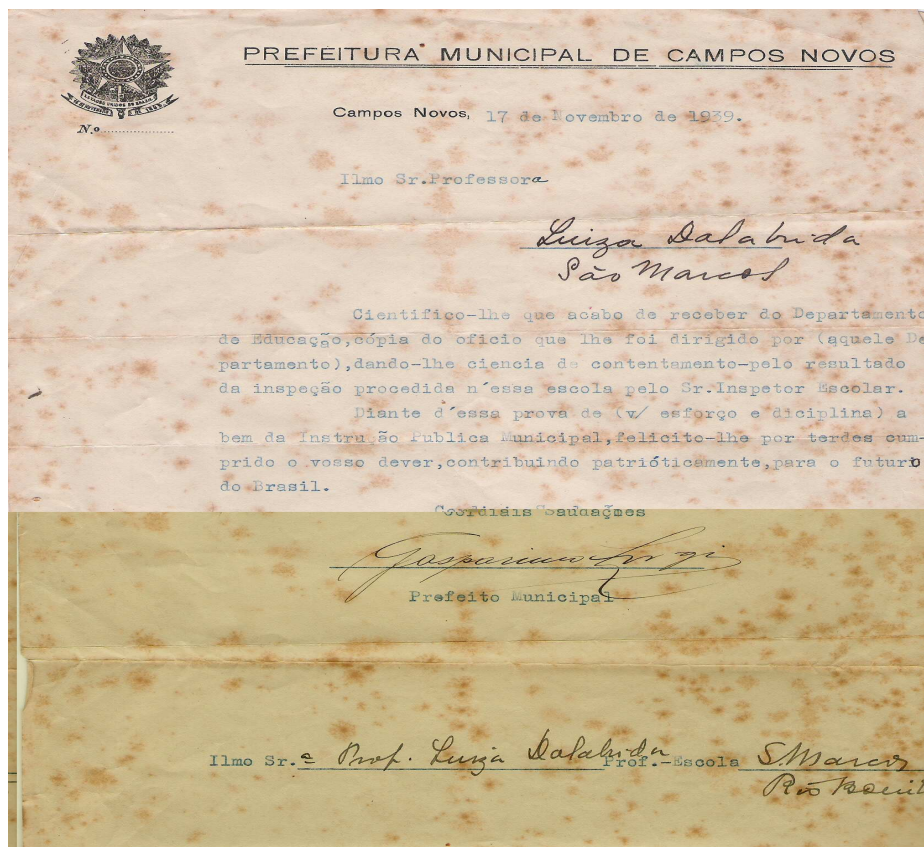


FIGURA 9 – Ofício

Fonte: Acervo pessoal de Luisa Palharim

Campos Novos, 17 de novembro de 1939.
 Ilmo Sr. Professora Luiza Dalabruda – São Marcos
 Científico-lhe que acabo de receber do Departamento de Educação, cópia do ofício que lhe foi dirigido por (aquele Departamento), dando-lhe ciência de contentamento pelo resultado da inspeção procedida nessa escola pelo Sr. Inspetor Escolar.
 Diante dessa prova de (vosso esforço e disciplina) a bem da Instrução Pública Municipal, felicito-lhe por terdes cumprido o vosso dever, contribuindo patrioticamente, para o futuro do Brasil.

Cordiais Saudações
 Prefeito Municipal

Ilmo Sr.ª Prof. Luiza Dalabruda – Prof. Escola São Marcos – Rio Bonito

QUADRO 1 – Transcrição do Ofício (FIGURA 8)

Fonte: Acervo pessoal de Luisa Palharim

O conteúdo desse documento (FIGURA 8, QUADRO 1), contribui para exemplificar como a educação no contexto do Estado Novo refletia o conteúdo patriótico nacional brasileiro na menção que o prefeito Gasparino Zorzi faz ao felicitar a professora, enaltecendo o trabalho pela causa da instrução pública.

Embora o termo de visita referido a seguir corresponda a uma extensão de período longa, entre 1939 e 1958, é aqui apresentado para exemplificar formas de realização de inspeção das escolas e do trabalho docente nas escolas no meio rural de Joaçaba.

Como consta, o inspetor escolar orientava verbalmente e o professor deveria enviar a cópia do documento também ao Prefeito Municipal e à Inspeção Escolar de Joaçaba. Observa-se que os termos de visita foram analisados e elaborados por diversos inspetores, mas notou-se que todos possuem uma estrutura geral idêntica, mesmo sendo escritos em diferentes épocas.

O termo de visita resultou de uma das visitas do inspetor escolar, Romeu de Sisti à Escola Municipal de Santa Terezinha no meio rural de Joaçaba numa das inspeções àquela unidade escolar, Alguns itens do termo de visita são citados a seguir:

No dia 26 de março de 1952 visitei a escola municipal simples de Sta. Terezinha, distrito de Luzerna no município de Luzerna, regida pela professora Snra. Luiza Palharin e observei o seguinte:

1.º que a matrícula total era de 34 alunos, sendo 18 do 1.º ano, 9 do 2.º ano e 7 do 3.º ano.

2.º que faltaram 4 alunos, 3 do 1.º ano e 1 do 3.º ano.

3.º que a sala de aula e o mobiliário são bons. O prédio que necessita de algum conserto, pertence à sociedade escolar.

4.º que do material didático faltava um mapa do Brasil.

5.º que a escrituração estava em dia era feita com muito asseio e capricho.

6.º que o aproveitamento dos alunos foi bom a muito bom em todas as matérias do programa e séries do curso.

7.º que tive, em geral boa e muito boa impressão.

Recomendações: A) que continue proceder com o mesmo capricho e interesse até hoje revelados; b) que siga minhas recomendações verbais; d) que envie cópia deste termo ao Snr. Prefeito Municipal e à Inspeção Escolar em Joaçaba. S.ta. Terezinha, 26 de março de 1952, Romeu de Sisti, Insp.

Observa-se que esse documento escolar de inspeção correspondia a uma supervisão das escolas no aspecto administrativo e pedagógico, como ao citar frequência escolar, matrícula, mobiliário, material de apoio e escrituração.

Para Monteiro [...] à escrituração da atividade escolar a tarefa era muito mais de orientação, do que de fiscalização. Eram olhados os livros de matrículas e os movimentos mensais, concluindo-se sobre os índices de frequência apresentados (MONTEIRO, 1984, p.70).

Conforme determinação do departamento da educação, no acompanhamento da escrituração das unidades escolares, o procedimento

pelos indicativos do termo escolar era realizado pelas diretorias escolares que faziam o registro.

Contudo, na década de sessenta é recorrente a inspeção sobre matrícula escolar, material didático, campanha de vacinação, do cuidado com o prédio escolar, mobiliário e higiene corporal e uniforme escolar.

Ao referir sobre aproveitamento escolar, subentende que o mesmo tenha realizado determinadas atividades avaliativas aos alunos.

O inspetor escolar, de certa forma, era um tanto temido por alunos quando de suas visitas às escolas. A ex-aluna Elvira, que estudou em escola no meio rural de Joaçaba em torno de 1945, ressalta a apreensão dos alunos no momento da aplicação dos exames escolares:

Vinha um inspetor lá de Joaçaba, a cavalo. Daí aquele dia “olha amanhã temos prova, aquele que passou passou. Daí reunia tudo, não cabia tudo na aula; uma parte então ia fora do recreio, e a outra ele chamava dentro. **Mas nós tinha um medo, um medo dele que nossa!** Daí ele era brincalhão, não era ruim.

O dia das provas, mencionado pela aluna, correspondia a uma das ações ou função do inspetor escolar que era a de acompanhar a aplicação dos exames escolares que ocorriam nos finais do ano letivo nas unidades escolares que eram de sua jurisdição.

Pelos indícios dos relatos, não era frequente a inspeção nas escolas, como relata a professora Cecília:

[...] De Sisti, que era o inspetor escolar, da minha escola ele sempre dizia: “Sabe, professora, a sua escola não tem necessidade de inspetor, porque você já dá aula até a quarta série que é obrigado até a terceira, aula pra cinquenta e poucos alunos e; a tua cota seria entre vinte cinco e trinta no máximo quarenta, tu já está com cinquenta e poucos alunos; e toda a papelada está sempre certinha e bem em ordem; e todos os pais lá quando a gente tem a associação de pais e mestres que tem que ter por escola, quando a gente fala com qualquer um deles, é só elogio.

Uma forma do poder público acompanhar o trabalho nas unidades escolares era através da entrega do “Resultado da Avaliação de Rendimento Escolar”. Na década de sessenta, havia uma ficha específica para fazer esse registro e era padronizada para todas as escolas em área rural.

Contudo, Harald, filho e ex-aluno do professor Germano, que lecionou na Escola de Dois irmãos antes da nacionalização do ensino e retornou posteriormente à saída da professora Cecília, faz menção a forma de avaliação que não era através de boletins.

Ah, ele fazia por conta; ele mesmo que dava a nota e de acordo com os conhecimentos do aluno ele era aprovado. Não, no tempo em que ele lecionava, não havia boletim. Eram dadas as notas em cima de uma folha, mais tarde foram chamadas de folhas de exame. As folhas de avaliação. Então, ele dava a nota onde havia a relação dos alunos, a série em curso e todo mês, ou de quinze em quinze dias, dava uma nota. E, daí, no fim do ano, tirava a média e se aprovava ou não.

No relato desse aluno sobre o que teria alterado em relação à, escola que era comunitária da localidade de Dois Irmãos, além da questão do aproveitamento escolar, era o fato de pai e professor mensalmente dirigir-se à prefeitura para prestar contas ao poder público de seu trabalho.

Tinha, então, que prestar contas ao poder público. Que daí também já tinha, não vou dizer as reuniões pedagógicas, mas então o professor tinha que ir para Joaçaba, levava o boletim mensal, ia receber o seu ordenado. Isso quando tinha dinheiro em caixa, que eu me lembro até o falecido pai, já no tempo em que ele era paraplégico de um lado, muitas vezes ele voltava de Joaçaba sem receber o seu salário, mas todo mês tinha que levar o boletim mensal.

O trabalho de orientação pedagógica mencionado anteriormente também era uma das funções do inspetor escolar. Ele era desenvolvido nas reuniões pedagógicas que ocorriam em Joaçaba, de acordo com Cecília:

Lá em Joaçaba onde hoje é a prefeitura. Tinha uma prefeitura velha, numa sala grande. Ali a gente apresentava o trabalho. Às vezes, o inspetor criticava, às vezes, elogiava. Ele só me elogiava, porque eu falava perfeitamente e, os outros, falavam quebrado. Uma vez fiquei incomodada e disse: “Por favor, seu Romeu, não faça mais esse elogio para mim, eu não concordo com isso”. Mas como é que eu podia falar? Mas por que se a professora é assim? Eu nasci na cidade e me criei na cidade. Estudei em São Paulo, em Florianópolis, Laguna e outros lugares como Mafra. Qual seria o motivo pra falar mal? Hoje eu falo tudo quebrado, já me acostumei com o povo, entrei na deles, como costume dizer. Mas na época, que desculpas tinha pra falar tudo quebrado? As meninas que tinha aqui como a Erna Schóia, eram do interior.

Uma das orientações e exigências nas reuniões pedagógicas feitas pelo inspetor escolar aos professores, era o da necessidade de falar corretamente a língua portuguesa, pois conforme prescrevia o Estado, era proibido outro utilizar outro idioma nas escolas. É importante enfatizar que a professora Cecília lecionou entre 1942 e 1944, e segundo indícios de sua fala, os professores em área rural apresentavam dificuldade em colocar em prática as recomendações do inspetor.

Muito! Tanto que eles comentavam que as professoras falavam errado que tinham que deixar de ser quinta coluna, deixar de ser alemã, ou italiana, que tinham que pensar que estudar para passar as coisas certinhas. Porque não era permitido ninguém falando

alemão, falar em política senão elas estavam sujeitas ir pra rua. Falava duro! O De Sisti era filho de italianos da segunda geração, não era muito bom, chamava a atenção direto não fazia questão de não chamar a atenção.

Em relação à intervenção do inspetor na escola sobre política enfatiza a ação do inspetor escolar da seguinte forma:

O De Sisti era italiano, então ele já não se metia, não é? Não se metia, ele procurava, neste ponto, amenizar. Mas ele queria que as pessoas falassem o português correto, o que nem sempre era possível, não que elas não sabiam; ainda dar graças que tinha as professoras porque ninguém queria ir ao interior lecionar. As professoras não tinham pronúncia, esta era a dificuldade delas. Elas se criaram nos lares, é difícil corrigir.

Monteiro salienta a ação do inspetor era a de ser um mediador no processo de inserção de professores nas comunidades, por conta das tensões em torno do fechamento das escolas e a proibição do uso do idioma materno havia necessidade de intervenção.

Como salienta Monteiro, que em Santa Catarina a entrada de novos professores nas comunidades foi aos poucos sendo amenizada. Pois as escolas, para funcionarem, precisavam de professores e com o tempo todos entenderam que o processo de nacionalização era irreversível, havendo mesmo boa vontade da população em aceitar a política nacionalizadora posta em prática pelo governo (MONTEIRO, 1984, p. 87).

A organização do trabalho de inspeção era acompanhada pelo prefeito que se pronunciava através de ofícios dando retorno ao professor sobre as observações que o inspetor escolar havia efetivado.

O que se pode verificar é que a escola na área rural de Joaçaba entre 1938 e 1961 teve fiscalização regular dos inspetores escolares, como na sua participação na aplicação dos exames escolares ao término do ano letivo, nas inspeções das escolas. Relatórios, mapas de frequência, termos de visita foram documentos escolares que normatizaram as escolas de acordo com os preceitos do poder público.

EXAMES ESCOLARES DE FINAL DE ANO

A partir de 1938, o ensino primário público foi institucionalizado na região em estudo como instituição laica, obrigatória, ministrado em língua única. Portanto, a partir daí a escola pública na área rural era a Escola Isolada, a estadual ou a municipal, ambas regulamentadas pelo poder público.

A escola primária, segundo o regime instituído no país, o republicano, tinha como função a formação integral do cidadão compreendida como formação física, intelectual e, sobretudo, moral e cívica. Esse ideal foi perseguido durante décadas no país.

Em Santa Catarina, “a 17 de dezembro de 1946, pelo Decreto nº 3.735, era aprovado um novo regulamento para os estabelecimentos de ensino primário no Estado de Santa Catarina, o qual está em vigor até agora, 1954” (MOREIRA, 1954, p. 60). O autor salienta que o Departamento de Educação, conforme art. 26 do referido Decreto, “determina, também, com infalível rigidez a forma de verificação da aprendizagem e promoção dos alunos”. Deveriam ser realizados exames finais nas escolas isoladas, escolas reunidas e nos grupos escolares incluindo as disciplinas Leitura, Aritmética, Linguagem Escrita, Geografia e História do Brasil e conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho.

Tratava-se de um sistema de ensino com “regulamento burocrático-administrativo, estabelecendo livros e fichas de escrituração escolar, com modelos invariáveis, inclusive para registro de punições a alunos e, também, a professores” (MOREIRA, 1954, p. 65)

Figurou na educação catarinense, após as modificações de acordo com a Lei Orgânica Federal do ensino primário, na organização do Estado com esta nova organização do ensino da escola primária: “Uma confusão entre o espírito da escola ativa e a tendência centralista e autoritária de administração dos serviços de educação”. (MOREIRA, 1954, p. 65)

A escola seguiu o padrão determinado pelo poder público estadual com essas características assinaladas por Moreira (1954), marcadas por um sistema burocrático-administrativo, como pôde ser verificado através da

regularidade de aplicação de exames finais comuns a todas as escolas da rede pública local.

Consta na mensagem apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1950, pelo governador, na ocasião Aderbal R. da Silva, que o ensino primário abrange duas categorias de ensino. Aqui é citado somente o primeiro nível, que é “destinado às crianças de sete a doze anos, ministradas através dos Grupos Escolares, Cursos Primários Complementares, Escolas Reunidas e Escolas Isoladas”. Acrescenta ainda a mensagem que o ensino municipal “...está sujeito à mesma regulamentação do ensino primário estadual” (MENSAGEM, 1950 p. 14).

O ensino primário público, implantado a partir de 1938, apresentava procedimentos burocrático-administrativos que serviam, concomitantemente, para avaliar o aproveitamento escolar de alunos e o exercício da docência. Refiro-me à realização de exames escolares no final do ano letivo.

A escola pública na área rural local, fosse ela Escola Isolada Municipal ou Estadual acompanhava o sistema avaliativo, e os documentos consultados demonstram que os professores e essas escolas seguiam as normatizações.

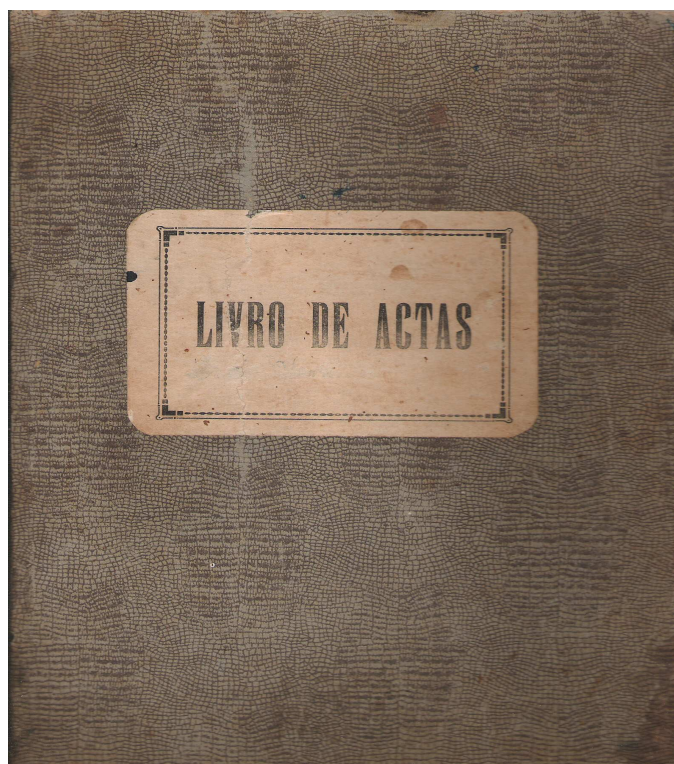


FIGURA 10 – Livro de Actas

Fonte: Luisa Palharim

Um documento importante, livro de atas, que exemplifica o que está sendo afirmado, foi localizado no acervo particular de uma das professoras entrevistadas, a professora Luiza. Esse foi o documento escolar mais antigo referente à educação pública de Joaçaba e tem como título “Quadro Geral do Resultado dos Exames” da escola de Santa Terezinha de Bom Retiro, que inicialmente pertencia ao distrito de Herval. Esse livro de atas contém 26 páginas, incluindo sete (7) registros de “Atas de Exames”, sendo os primeiros deles datados de 5/12/1938 da Escola Mista Municipal de Bom Retiro, município de Campos Novos.

Nesse documento escolar está o exemplo de que havia uma regulamentação, pois numa das páginas consta que os exames prescritos estavam em conformidade com o art. 114 do Regulamento Geral.

O livro contém o registro de exames realizados entre 1938 a 1943. A última ata, número 21 do livro, corresponde ao primeiro ano em que Luiza lecionou naquela escola. É importante destacar que o registro é manuscrito. A seguir, há um excerto do que consta na abertura da página na Ata número 21 escrita pela professora Luiza:

Quadro Geral do resultado dos exames da Escola Isolada Municipal de Santa Terezinha Bom Retiro, distrito de Herval, Município de Campos Novos, realizados em 20 de novembro de 1943, professora regente Luiza Dalabrida Palharin, provisória Interina, com exercício na mesma escola desde 1.º de fevereiro de 1943 não tendo gozado licença alguma no corrente ano.

O procedimento quanto ao exame escolar acontecia no término do ano letivo nas escolas em área rural da região de Santa Catarina, constituindo um ritual nas escolas desde 1938.

Nem sempre o inspetor escolar acompanhava pessoalmente a aplicação do exame no término do ano letivo em cada uma das unidades escolares, entretanto, sempre fazia um registro no livro de ata nos quais cada um dos estabelecimentos de ensino deveria ter registrado aquela atividade pedagógica.

nome de "Escola Municipal Isolada de Santa Terezinha, Bom Retiro, distrito de Joaçaba e Município de Joaçaba. A última ata, número 21 do livro, corresponde ao primeiro ano em que Luiza lecionou naquela escola.

Notas dos exames finais
Escritas

N.º de matrícula	Nome do aluno	Sexo	Curso	Data em que se matriculou	Data em que se examinou	Exames			Média	Situação
						1.ª	2.ª	3.ª		
25	Edmundo Franchini	M	1.ª	1.ª	1.ª	30	30	-	30	-
26	Luiz de Matta	M	1.ª	1.ª	1.ª	60	60	-	60	60
27	Antonio Affrezzani	M	2.ª	1.ª	1.ª	70	100	85	70	75
28	Osvaldo Beal	M	2.ª	1.ª	1.ª	70	100	85	70	75
29	Estevão Enrichowski	M	2.ª	1.ª	1.ª	90	100	95	90	85
30	Alfido Sienogol	F	2.ª	1.ª	1.ª	100	100	100	100	100
31	Leobino Modari	F	2.ª	1.ª	1.ª	100	95	95	100	95
32	Joanna Pelarini	M	3.ª	1.ª	1.ª	95	100	95	100	100
33	Luiza Krainscato	M	3.ª	1.ª	1.ª	90	100	95	90	95
34	Alfido Bevilacqua	M	3.ª	1.ª	1.ª	70	80	75	80	80
35	Olga Laska	F	3.ª	1.ª	1.ª	90	90	90	90	90
36	Luiza Beal	F	3.ª	1.ª	1.ª	95	100	100	100	100
37	Isolda Dalabida	F	3.ª	1.ª	1.ª	95	100	100	100	100
38	Edmundo Enrichowski	F	3.ª	1.ª	1.ª	100	100	100	100	100
39	Luiza Laska	F	3.ª	1.ª	1.ª	100	100	100	100	100
40	Luiza Mattussi	F	3.ª	1.ª	1.ª	100	100	100	100	100

Visto, 7/6/1944
Luiza Jancig
Inspector Escolas

Escritas

regulamentares nos alunos atualmente matriculados nesta escola, conforme o resumo de Educação. Compareceram 38 alunos sendo 12 meninas e 26 meninos do 1.º ano seguinte; aprovados 4 meninas e 3 meninos do 1.º ano ou seja 20 por cento da matrícula do 3.º ano; ou seja, 100 por cento, que dá o total de 19 alunos promovidos a cada foram registradas de pleno acordo com o resultado das provas; em Bom Retiro em 20 de novembro de 1943.

Escola Municipal de Santa Terezinha

FIGURA 12 – Ata de exame escolar
Fonte: Acervo pessoal de Luisa Palharim

Conforme Luiza, durante o exame de final de ano, normalmente no momento de sua aplicação, a sociedade escolar, as famílias e demais autoridades poderiam estar presentes na escola. O exame de final de ano era um dos mecanismos de avaliação que servia de passaporte para o aluno seguir seus estudos, passar ou não para a série seguinte.

No começo do ano, a gente iniciava com uma prova mais simples. Fazia as provas, estudava, marcava para as crianças, porque era em conjunto. Enquanto eu atendia de geografia, outro estudava história. Depois, então, quando terminava, assim que chegava o fim do mês, a gente fazia prova mensal. Uma prova todos os meses. Então, naquela prova repetia tudo o que eles estudaram: geografia, história, ciências, matemática, tudo. A gente fazia um caderno e marcava. Dava cinco perguntas pra cada aluno. Então eles pegavam o papel, papel almaço com linha, faziam aquela provazinha, e aquela prova valia pra aquele mês. A nota que eles ganhavam valia pra aquele mês e no fim do ano. Fazia tudo junto, conforme que as provas mensais, no fim do ano. Tinha nota final, com aprovado. Se não alcançava até sete, ficavam reprovados. Tinham que repetir o ano seguinte. Poucos rodavam no fim do ano. Não era eu que fazia os exames, não. Vinha professora de fora fazer a prova das crianças, pra ver se mereciam.

O exame de final de ano, como explicou Luiza, não era aplicado pela professora regente. Normalmente, havia nas escolas da área rural a troca de professores para desenvolver essa atividade.

Ah, daí trocava. Eu ia à escola de um, pegava a classe daquele e o outro vinha na minha e assim era trocado. Às vezes, o próprio inspetor, se ele tinha tempo aplicava, se não tinha, só tomava uns pitos, lá no termo de visita. Precisa mais capricho, mas era só isso.

A prática de troca de docentes na aplicação do exame final é relatada também pela professora Cecília:

Aqui, no caderno da Luiza você vai ver como era. Na minha escola veio a Rosa, a Amáble Giselene, um professor que eu encontrei, era da Vila Kenedy ou aquela do Salto. Eu não me lembro mais, aquela que estava na vila Kenedy, foi trocada comigo. Era uma senhora um pouquinho de mais idade, acho que foi quando saiu a Apolônia. Um Port que tinha um moinho, este lecionou também um tempo lá, ele veio fazer os exames. A gente convidava a diretoria de pais e mestres.

A professora também descreve como era a aplicação do exame, dá detalhes sobre a posição dos alunos na sala de aula naquele momento:

Era feita uma ata, uma palestra. Todos sentados nas próprias carteiras, ali não alterava. Então agora é a prova do primeiro ano. Aí vem a prova do segundo, do terceiro e, como eu tinha o quarto, eu fazia também os exames do quarto ano, e não eram obrigatórios, que eram só os primeiros três anos. Em todas as escolas do interior o ensino era somente até a terceira série.

Olha, todo mundo sentava lá na frente e tinha o exame oral e o exame escrito. Então apresentava na mesa: professor, eu já fiz.

Então a gente dava as questões de matemática, continhas pra resolver, cada um dentro de sua possibilidade, um tema para uma composição ou coisas assim e era feito em papel almaço, depois era assinado por toda a comissão de examinadores que estavam presentes. Pode ver aqui no livro da Luiza.

No dia da aplicação do exame havia uma mobilização na escola para sua realização. O exame era uma prestação de contas do que fora aprendido e ensinado, mas também um momento que associava o saber escolar e o patriotismo pela obrigatoriedade de hastear a bandeira na escola, de acordo com as narrativas citadas a seguir:

No dia do exame escolar, havia a bandeira, a do município, do estado e a brasileira, então era colocada perto da mesa examinadora, que era uma banca examinadora. E tinha escola que a bandeira do Brasil era hasteada na frente da escola. Eles hasteavam a bandeira na semana da pátria, todos os dias. A bandeira nacional era hasteada também nos dias quinze de novembro ou feriados nacionais; a bandeira estava presente, não podia pendurar uma bandeira rasgada, cortada, eles tinham que trocar. Isso era contra o que previa a moral e cívica.

A escola primária na área rural de Joaçaba, para a professora Maria era importante para as famílias:

Ah, os pais só queriam que eles soubessem fazer contas e ler. As quatro operações eu tinha que esmiuçar diariamente, problemas, problemas, todos os dias eu dava três problemas praticamente para eles levarem para casa e aí os pais ajudavam. Os pais, com aquilo também evoluíam, sabe? Então por isso que eles gostavam, sabe? Eu ensinei a divisão sem aquela escadinha, aquilo para poupar o caderno, o papel, eles sabiam de outro tipo, de escadinha e eu dizia não, vocês têm que saber a tabuada que vocês já sabem diminuir e não precisa fazer isso, eles ficavam com uma conta desse tamanho grande. Assim vocês estão poupando e economizando tempo também.

Para Cecília:

Em Dois Irmãos tinha uma coisa de bom que todas as famílias ou quase todas que achavam que os filhos precisavam aprender, que era necessário que eles tivessem um pouco mais de instrução, ainda mais se falando em guerra, porque eles estavam em guerra, não se sabia do futuro de ninguém. As pessoas estavam bastante inseguras quanto ao futuro, então era necessário aprender a língua e mesmo saber viver de outra forma, se um dia fosse necessário e a gente tinha plena colaboração dos pais. Isso era muito valioso, apoiando, dando incentivo, que estava certo, estava ensinando bem, fazendo o que sempre...se prontificando a corrigir os erros dos filhos em casa e fazendo os filhos verem que a professora ou professor tinha que ser respeitado, porque estava ali para o bem deles. Incutiam essas idéias nos filhos que eram coisas que colaboravam, porque muitas vezes as famílias... o professor repreende e chegam em casa, não, esse professor é ignorante, vou tomar satisfação. Em muitos lugares que o povo é assim, conheci muita gente fazendo isso e já aqui em Dois Irmãos tínhamos a inteira colaboração dos pais.

O número de alunos da escola era um elemento importante para que a mesma se mantivesse funcionando e o ensino precisava ser adequado às necessidades de aprendizagem da criança da área rural, seguindo abordagens específicas, embora os exames obrigatórios.

É importante enfatizar que na área rural de Joaçaba, embora tivesse predomínio de alunos filhos de alemães, não eram comunidades totalmente homogêneas, havendo italianos e seus descendentes. A relação da escola com cada grupo étnico, entretanto, não é objeto de análise neste momento.

TABELA 5 - Número de alunos examinados

	Total	1º Ano	2º Ano	3º Ano
Masculino	12	8	2	2
Feminino	6	2	1	3

Fonte: Luisa Palharim

No documento, o resultado da avaliação é separado em seção masculina e a seção feminina. Sendo três séries apenas:

TABELA 6 - Resultado dos exames escolares - Seção masculina

Ano Escolar	Matrícula Máxima	Matricula Final	Realizaram Exames	Aprovados
1º	8	9	7	7
2º	4	3	2	2
3º	5	4	2	2

Fonte: Luisa Palharim

TABELA 7 - Resultado dos exames escolares - Seção feminina

Ano Escolar	Matrícula Máxima	Matricula Final	Realizaram exames	Aprovados	Reprovados
1º	6	6	2	2	1
2º	4	2	1	1	
3º	3	4	3	3	

Fonte: Luisa Palharim

Como consta, a classificação, se aprovado ou não, vem acompanhada pelos termos “Simplesmente” e “Plenamente” tanto para o gênero masculino

quanto para o feminino. Os nomes de alunos são registrados conforme o grau atingido. Em destaque, o maior e menor grau de aproveitamento.

Segundo o que foi possível apurar na escola em área rural de Joaçaba e o que as fontes possibilitam inferir sobre esse elemento, desde a década de quarenta, já estava em ação a aplicação de exames escolares. Os alunos, ao término do ano letivo, eram avaliados publicamente por uma comissão formada pelo professor regente, o professor de uma escola próxima e, algumas vezes, quando possível, pela presença do inspetor escolar.

A professora Maria, da Escola Isolada Estadual, descreve detalhadamente o sistema avaliativo de sua escola.

Tinha. Todo mês tinha a avaliação mensal e depois no fim do ano tinha o exame final. Aí então vinha um professor de fora para avaliar.

A recorrência da aplicação do exame escolar acontecia no final do ano letivo.

Daqui da minha região vinham as professoras de Gramado dos Leite. Eu ia lá e aqui na Linha Olinda, em São Judas Tadeu eles que mandavam, a gente tinha que ir. Se eu tivesse que ir lá à Linha Tadeu, tinha que ir examinar aquela escola, naquele dia de exame.

O momento da aplicação era vigiado pelo professor assistente.

O professor da escola passava os temas das provas todas, a gente cuidava para ver se ninguém copiava um do outro. Ficava atenta caminhando entre eles, só que, eu achava isso, uma besteira, porque a criança ficava tão nervosa, tão nervosa por causa do professor estranho, até que nós nos reunimos mais tarde e falamos aos coordenadores que isso não deveria ser feito, porque, pra que vir um professor de fora? E além dos professores de fora, os pais ainda junto, aí é que a criança ficava mais.... Acabava prejudicando.

O exame era somente escrito, e não lembra que se realizasse prova oral com os alunos naquele período,

Não, era só escrito. Oralmente só quando ele lia, só a leitura. Aí lê o livro, lê a parte e explicar o que ele leu.

A professora Maria destaca que, no início da década de sessenta, os professores fizeram um movimento para que cada um aplicasse o exame em sua escola, por conta do resultado, pois o aluno ficava apreensivo e não acreditava que dessa forma tivesse bom aproveitamento escolar.

Era difícil, muito difícil! Aí nós achamos que o professor sabia, conhece muito bem o aluno, trabalhou com ele o ano inteiro, imagine, pra que vir gente de fora? O próprio professor tinha que saber, porque no próximo ano era ele que ia trabalhar com o aluno novamente. Ele não ia passar o aluno que não estava apto. Então, isso não devia ser feito como estava sendo feito.

A professora ressalta que isso, posteriormente, não mais aconteceu. Inclusive, foi dispensada a presença da diretoria das escolas.

Aceitaram. Aí nós mesmos, professores, fazíamos os exames com os nossos alunos. [...] Isso foi em sessenta, sessenta e cinco por ali, daí a gente já trabalhou sozinho com os alunos, não precisava mais vir nem examinador e nem os pais. A diretoria até tinha que vir. Ih! Bobagem, minha nossa!

Havia uma padronização na organização da escola da área rural no aspecto pedagógico, o que é demonstrado no sistema de aplicação de exames de final de ano. Acompanhava um conjunto de procedimentos que indicavam a conotação de seriedade e objetividade que desejavam dos exames: o professor de outra escola aplicava o exame, um inspetor como avaliador externo acompanhava o trabalho, a objetividade ficava registrada com muitas assinaturas em livro de atas. Essa era uma atividade que deslocava os professores da sua escola para outras unidades escolares com a responsabilidade de avaliar os alunos e, de forma indireta, o trabalho efetivado pelo professor regente. Interessante que, depois de um certo tempo, os professores manifestaram sua inconformidade com a situação, reivindicando reassumir a avaliação dos alunos como parte de seu trabalho.

Para verificar a aprendizagem do aluno e também, segundo indícios, avaliar o trabalho docente, o exame de final de ano foi um dos mecanismos utilizados e que teve efetividade até os anos de 1970.

CAPÍTULO 5 – CONDIÇÕES CONCRETAS DO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA NA ESCOLA PÚBLICA EM ÁREA RURAL – 1938-1961

DESAFIOS DA DOCÊNCIA EM ESCOLA ÁREA RURAL

O exercício da docência do professor que lecionava na escola da área rural de Joaçaba na década de quarenta, cinquenta e sessenta apresentava vários desafios, pois ele não era apenas responsável pelo ensino, mas também desempenhava outras funções, exercendo a docência de forma similar aos resultados do estudo de Fischer em Professores: histórias e discursos de um passado presente:

Como atividade missionária ou como extensão da maternidade – eis como o exercício do magistério foi para elas sempre assumido, justamente na mesma dimensão tantas vezes identificadas em mensagens de jornais e revistas (FISCHER, 2005, p. 136)

Como atividade missionária, o professor que atuou na escola na área rural de Joaçaba, de modo geral, quando era de confissão católica, exercia a atividade paralela à de catequista e outras atividades na igreja. Ou seja, junto ao trabalho pedagógico escolar, exercia o de cunho moral. O que também não era uma especificidade dessa região, em Porto Novo, região também com experiência de escola teuto-brasileira: “apesar do ensino público implantado pelo governo, a identidade entre escola, comunidade e clero persistiu através das funções religiosas do professor” (EIDT, 1999, p. 46).

Por que professores contratados pelo poder público na escola em meio rural mantiveram o elo entre a família, a escola e a igreja, através de funções, como as imbricadas com a igreja, no caso a católica?

A função do professor na escola teuto-brasileira era imbricada com a igreja, pois a função de uma poderia ser exercida pela outra, condicionando as atividades escolares ao calendário e aos preceitos religiosos, tanto no contexto evangélico como no católico. A função e a própria natureza da escola comunitária foram discutidas por Rambo (1994), e a função do professor, por

Kreutz (1991). Esse autor demarca as diferenças em relação à atuação do professor paroquial²¹ da escola teuta.

As diferenciações se apresentavam na nomenclatura – a expressão “professor paroquial” era consagrada no contexto católico e dava-se em função da representação do professor junto à Igreja Católica, ou seja, ele era considerado uma espécie de extensão do padre. Já em relação ao professor da comunidade evangélica luterana, não havia uma expressão única. Alguns preferiam chamá-lo de professor comunitário, pois essa seria a expressão consagrada pelos evangélicos luteranos.

Na região de Joaçaba, com a passagem da escola em área rural para o poder público, com a nacionalização do ensino, ocorreu o afastamento das igrejas evangélicas luteranas da participação do processo escolar comunitário teuto-brasileiro.

Na era Vargas havia uma disputa pela educação entre Estado e Igreja. De acordo com Corsetti (2004), no Rio Grande do Sul, a disputa entre Estado e Igreja Católica era acentuada nas áreas coloniais. A Igreja retoma a sua força a partir da região colonial alemã e italiana no Rio Grande do Sul.

Especialmente nas regiões coloniais, o Estado estabeleceu um processo de disputa com a Igreja Católica, no que concerne ao ensino primário. Essas regiões eram fundamentais para o projeto de desenvolvimento dos dirigentes republicanos, que não hesitaram em avançar num terreno em que a Igreja considerava sua absoluta prerrogativa. As desavenças tornavam-se mais acirradas quanto mais se expandia o ensino público. (p. 53)

Em função dos acordos no contexto da nacionalização entre Estado e Igreja Católica [...], foi nesse período do contexto nacional que foram construídas relações particularmente originais entre Estado e Igreja. Trata-se de um constante e ardiloso imiscuir-se um nos assuntos do outro, tendo sempre em vista a garantia de defesa de espaço de cada um. (FILIPPIM, 2001, p. 172)

Ainda segundo Filippim: “A presença dos padres franciscanos é intensa junto às colônias de imigrantes europeus, atuando na catequese, distribuindo os sacramentos e organizando a Igreja local”

²¹ “O professor paroquial é o personagem típico da colonização teuto-brasileira no Sul do Brasil. Ele é fruto da iniciativa dos imigrantes alemães e seus descendentes na tentativa de estabelecerem-se econômica e culturalmente nas colônias que lhes eram destinadas” (KREUTZ, 1991, p.7).

E quanto ao bispado de Joaçaba, fora criada a Diocese na década de setenta.

O primeiro bispo de Santa Catarina foi D. João Becker, em 1914, D. Joaquim Domingues de Oliveira. Quando em 1927 foi criada a Província Eclesiástica de Santa Catarina, d. Joaquim foi tornado Arcebispo, foram criados os bispados sufragâneos de Joinville e Lages. Em 1954 foi criado o Bispado de Tubarão, em 1958 o de Chapecó, em 1969 os de Caçador e Rio do Sul e, a 12 de junho de 1975, o bispado de Joaçaba (Filippim, 2001, p. 188).

Mas desde o atendimento eclesiástico de 1929, a região de Joaçaba era assistida pelo Bispo D. Daniel, e, segundo Filippim, a igreja dá início a uma política de visitas pastorais a todo interior da diocese, sendo que já em janeiro de 1930 faz sua primeira visita pastoral a Campos Novos e Cruzeiro (atual Joaçaba). (Filippim, 2001, p. 188).

O Bispo de Joaçaba, Dom Daniel, demonstrava inclinações para a política e esteve aliado ao governo de Santa Catarina, Nereu Ramos, conforme Felipini:

Quanto às suas preferências políticas, após 1930 D. Daniel foi aliado da família Ramos da qual era muito amigo. Chegou mesmo a ser indicado para senador por Santa Catarina, não aceitando, porém, essa indicação. Grande orador, voltou seus discursos contra o comunismo, contra os protestantes e contra tudo aquilo que fugia às doutrinas da Igreja Tridentina (p. 192)

Com a aproximação Estado/Igreja Católica no contexto do Estado Novo ocorreu o afastamento da matriz luterana na educação do município. E o marcante na área rural foi o aumento do número de congregações católicas em Joaçaba e, na área urbana, a educação esteve sob a responsabilidade das congregações religiosas.

Para apreender a função do professor em escola do meio rural, no exercício da docência, de acordo com os princípios do Estado educador, é importante ouvir a voz dos professores, sobre como a docência está contextualizada na sua trajetória pessoal. Muitas pesquisas dão ênfase apenas ao aspecto da prática docente e tomam como banais ou não dotadas de muito significado o autobiográfico “vida”, e esse é de grande importância quando os professores falam de seu trabalho. GOODSON (1992, p. 10)

Para a professora Maria (2006), as funções do professor na escola em área rural não se restringiam à docência. Ele desempenhava atividades paralelas na escola e na comunidade em que residia. Como relata Maria: “Aqui

no mato, no interior, a gente era tudo! Era professor, médico, enfermeiro, merendeira, faxineira, porque tinha que fazer todo o serviço da limpeza.”

De acordo com Cecília, que lecionou na Escola Isolada Municipal de Dois Irmãos nos primeiros anos da década de quarenta, havia a participação do professor também nos cuidados com a saúde dos moradores da localidade onde ela residia e era professora.

Na comunidade, eu fui tudo! Eu aconselhava a tomar um remédio, a vacina; a primeira que teve na região fui eu que fiz e já nem era na minha linha como eles chamam, porque era do outro lado do Estreito, mas eu não podia deixar o povo com uma dúzia de crianças virem para Joaçaba sem poder falar uma palavra em alemão. Então, eu acudi diferente, fui no posto direto, conversei e me deram a vacina e permitiram que eu fizesse.

Luiza lecionou numa das escolas da região de Joaçaba, na Escola Santa Terezinha e iniciou as atividades no magistério com indicação do Bispo:

Município de Tangará. E lá fiquei e estudei, fiz o primeiro ano de curso primário e depois continuei estudar. Quando tinha dezesseis anos, um rapaz me deixou, daí me desgostei, fui pro convento. Cheguei ao convento das irmãs. Eu era muito aplicada, meu Deus! Olhe, eu tirava sempre nota boa, mas meu pai ficou doente, ia falecer e a madre Paulina me disse: Filha, vai pra casa cuidar dos teus irmãos.” Eu tinha 9 irmãos, nove comigo. Fiquei em casa e o bispo achou que era suficiente pra lecionar, pegar uma escolinha. Aí comecei a lecionar. Com dezesseis anos eu lecionava. Faltavam dois anos pra ser efetiva, então tive que fazer o curso. O curso eu fiz em Campos Novos. Aquele curso não era segundo grau, naquele tempo, era outro. Fiz, passei, fui bem, daí continuei lecionar. Lecionei em São Marcos, em Tangará, sete anos. Como apareceu uma vaga, eu tinha outro noivo aqui, nessa escola Santa Terezinha, da Linha Gaúcho. Agora é Santa Terezinha, fui nomeada aqui, pertencendo a Joaçaba. Pedi a transferência, aí pertenci a Joaçaba... Uns oito anos, sete, oito anos, já tinha o município de Herval, quer dizer, Herval D'Oeste passou a município e lá fiquei. Lá me deram a transferência pra prefeitura, porque eu sou da prefeitura, aposentada. Sempre lecionei pra prefeitura de Herval D'Oeste. Então, entre Joaçaba e Herval D'Oeste, lecionei 22 anos, só numa sala, na Linha Santa Terezinha. Depois, então, continuei: lecionei na escola Perpétuo Socorro, que fica onze quilômetros retirado e Estação Luzerna mais dois ou três anos, como substituta. Também lecionava e ainda substituía meio-dia. Depois aqui no Padre Nóbrega era só palestra então pras crianças, uma vez cada quinze, vinte dias. Eu sei que, entre tudo, até que ganhei aposentadoria, lecionei 29 anos. Me aposentei e continuei mais cinco anos. Foi assim sofrendo, trabalhando, subindo morro. Ih, eu sofri! Pegando, assim... tinha sempre quatro classes. Hoje em dia, a professora tem só uma classe e se vê louca e eu, eram quatro classes!

Maria, que veio da área urbana do município de Joinville para a região de Joaçaba, foi contratada pelo poder público na década de cinquenta e

aposentou-se lecionando com o esposo na escola de Linha do Cedro. Assim explica:

Ele era de Blumenau. Ele nasceu em Blumenau. Nós dois somos daquela região. Eu vim pra cá, porque eu queria lecionar, eu tinha escola em Joinville, mas aí nós casamos, eu larguei a escola. Depois me arrependi. Me arrependi amargamente de ter largado o meu ofício. Eu falei pra ele: se surgir algum lugar que tiver uma escola, nem que seja num cantinho mais escondido, vou lecionar. E surgiu oportunidade aqui em Joaçaba. Essa escola em que eu lecionei era municipal e aí passou para o Estado, Eles precisavam de uma professora que tivesse competência, uma professora estadual, aí me procuraram.

Maria teve a indicação para a docência correspondendo a uma especificidade daquele momento histórico da educação em Santa Catarina, momento em que as professoras residentes em área urbana deslocavam-se para a área rural em função da oportunidade de vaga para ser docente.

Na localidade de Linha do Cedro, ela exerceu a docência de forma paralela com atividades na Igreja Católica. Informou que eram frequentes as visitas de padres à sua localidade e escola: “De Luzerna, sempre, sempre. A nossa comunidade aqui pertenceu para Luzerna, vinham na escola muitas vezes”. E ela exerceu a função de catequista por mais de trinta anos na localidade de Linha do Cedro em Joaçaba:



FIGURA 13 – Confirmação

Fonte: Acervo particular (MARIA)

Católica. Eu dava a doutrina, dei doutrina acho que uns trinta anos, eu e ele [esposo]. E aí ultimamente eu dava doutrina só para a crisma. Com os outros, começamos a formar equipes, [...] outras moças para dar aula para a perseverança, aí eu fiquei só com a crisma, eu era a catequista da crisma. Mas eu é que começo os cantos até hoje, sou ministra, ajudo o padre.

Ela diz que continua participando das atividades da Igreja: “Nossa! E como! A igreja sem eu, até hoje, sem eu não é nada. Eu tenho que estar atenta a tudo”.

Maria foi professora de seus filhos e também catequista “São José. [...] Aqui é uma primeira comunhão [foto] com três filhos meus, eu era professora, catequista deles, era tudo! Que pena que não tem data [foto], nada...

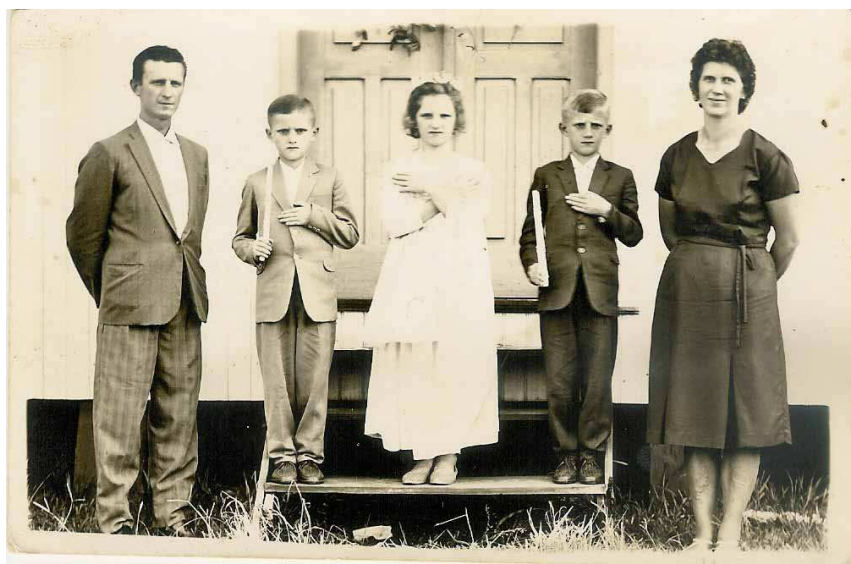


FIGURA 14 – Maria, o esposo e os filhos

Fonte: Acervo particular (MARIA)

E sobre o sentido, a opção pelo magistério, Maria explica que “Eu só queria dar aula, eu achava que não sabia fazer outra coisa. Queria era dar aula. Isso eu me dediquei, basta que meus alunos, meu Deus! eles se deram bem na vida”.

E ainda complementa:

Gostava. Por isso que eu fazia tudo aquilo, porque eu gostava. Apesar do meu ordenado que era desesperador, mas era o que eu gostava para poder criar a minha família. Depois, nós compramos terra, aí meu marido já trabalhava na roça, os filhos mais velhos ajudavam aí a gente foi progredindo. Sei que compramos, fizemos casa nova e tudo, aí a gente melhorou de vida, graças a Deus! Mas no começo, foi duro! E por azar, no primeiro ano de aula eu fiquei um ano sem ganhar o meu ordenado, porque não saiu a minha

nomeação eu não recebi nenhum centavo. Trabalhei um ano sem ganhar um tostão. Até hoje não ganhei, até hoje não sei onde ficou aquele dinheiro. Isso foi em cinquenta e quatro.

De acordo com o relato a seguir, a remuneração do professor em área rural em relação à urbana apresentava diferença significativa:

Meu Deus! Era uma tristeza. Cheguei aqui ganhando trezentos e cinquenta cruzeiros naquela época, e Joinville eu já ganhava mil e duzentos.

Outro desafio para a professora era aliar a maternidade à docência. Maria afirma que o esposo tornara-se professor em função de suas substituições. Assim explica:

Ele, de tantas licenças que eu pegava na minha gestação, me substituía quatro meses de licença cada vez, ele se efetivou no cargo, ele ficou sendo professor também. Ai mais tarde quando eu estava bastante cansada, já eu dei um turno para ele, e foi o meu erro, porque aí eu me aposentei com vinte horas aulas, podia ter me aposentado com quarenta horas aula.

A indicação para as substituições de Maria veio da própria coordenadora da educação de Joaçaba.

A dona Zelândia foi uma coordenadora, olha, fora de série! Ela me deu muito apoio, muito, muito, tanto para mim como para o meu marido. Até foi por ela que ele se efetivou no Estado. Ela que deu esse apoio, "Seu José, aqui não vem professor da cidade, é muito no interior, e o senhor, a dona Maria faz as tarefas, faz os planinhos de aula e o senhor vai administrar nos tempos que ela está de cama e quando ela já está mais fortinha para ir dar aula, já ia dar aula outra vez".

Naquele período, há indícios de que a formação não era tão relevante e procurava-se ajustar um professor às necessidades de cada localidade. O casal permaneceu no magistério até o final da década de setenta.

As dificuldades na área rural não atraíam professores para lecionar como rememora a professora Cecília, e justifica que, para permanecer em escola na área rural, uma condição era o casamento, caso contrário, havia dificultadores para a permanência.

Não, não sempre. Eu, por exemplo, vim de outra cidade. Mas aqui do nosso interior ou mesmo de Joaçaba ou aí, tinha a Altiva que lecionava na Pitoca, voltava para casa que não era longe, tinha pessoas de Bom Retiro, como a Rosa, também era professora em diversos lugares por aí. Agora, o que eu digo é trazer pessoas de uma cidade maior como a Julinha e a Júlia Velha que eram lá de Florianópolis, elas não se adaptaram aqui. A região mais baixa. O litoral, então, não se adaptaram, elas ficaram um tempo. Não era assim, não dava bem certinho, elas começaram a ficar saudosas da praia isso e aquilo. Então, aquela coisa não funcionava bem certo, funcionava certo se elas casassem com alguém daqui, aí elas

formavam família, a adaptação era até em relação à alimentação, ao vestuário.[...] A Amábile era da comunidade, o Frâncio, que era pai do doutor Frâncio, morava na comunidade, tinha serraria e tudo, lecionou um tempo, tinha uma certa cultura, a mulher dele até era italiana da Itália.

Para o professor que não constituía família, uma possibilidade era a de residir em área rural, morando junto com uma das famílias de alunos como pensionista.

Neste sentido, a ação do professor que lecionou na escola da área rural de Joaçaba na década de quarenta, cinquenta e sessenta não restringiu-se a atividade no espaço escolar mas desempenhou outras funções, atrelando à docência o envolvimento com a comunidade nas atividades sociais e religiosas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisa a escola pública na área rural de Joaçaba entre 1938 e 1961, focalizando o processo de sua institucionalização progressiva. O tema situa-se na área das políticas públicas educacionais e da cultura escolar.

A escola pública, instituída em área rural local, é resultado de uma política do Estado, o projeto de nacionalização do ensino no momento de sua resolução. O poder público, através da campanha de nacionalização do ensino, empreendeu uma política educacional com o objetivo de promover a assimilação cultural gradual de grupos étnicos presentes em seu território.

Após a implantação do Estado Novo no ano de 1937, a nacionalização do ensino se impôs de forma repressiva no ganhando contornos específicos, conforme as políticas locais. Esse processo de resolução da nacionalização do ensino marcou a escola e a educação na região Oeste de Santa Catarina e acarretou na interrupção do funcionamento da escola teuto-brasileira.

Após o fechamento das escolas étnicas, era necessário, através da abertura da escola pública, instituir outros valores, formar a alma nacional, o que seria viabilizado pela formação da criança.

Nesse momento histórico, através da campanha de nacionalização do ensino, promovida pelo poder público estadual com repercussão local, a educação em área rural passou para égide do poder público que tomou para si a responsabilidade na regulamentação e normatização do ensino primário. Nesse sentido, a escola tornou-se acessível a todos na área rural local.

A educação, na área rural de Joaçaba até 1938, era uma iniciativa particular, como o processo escolar comunitário promovido por alemães e descendentes com a participação de igrejas como fomentadoras da educação escolar.

Através da legislação escolar, são montados os programas escolares, o método de ensino e o sistema de avaliação e de inspeção escolar. É uma cultura escolar forçada que vai provocar uma alteração na cultura escolar por conta do projeto repressivo.

Para regulamentar esse nível de ensino, instaurou-se o sistema de inspeção escolar, um trabalho atribuído pelo Estado para ser desempenhado

pelos inspetores de ensino e pelos professores na sala de aula. No caso das escolas em área rural, os professores que passaram a ser contratados pelo Estado deveriam executar o programa educativo conforme sua prescrição.

Dentre eles, se destacam os exames escolares e a fiscalização realizada por inspetores, que eram elementos externos às escolas. Inclusive, devido ao reduzido número de inspetores, instaura-se uma fiscalização entre pares, o próprio professor fiscaliza o seu colega professor na medida em que a aplicação de exames é feita não em sua turma de alunos, mas na do colega. Esse sistema era estratégico, econômico para o poder público que não instituía mais inspetores e com isso, não despendia mais salários.

O inspetor escolar, desde o princípio da institucionalização da escola pública, conforme fonte oral, documentos escolares e outros materiais consultados, orientou e fiscalizou a escola, por meio dos livros de escrituração, de matrícula, a frequência, disciplina, aproveitamento, recreios, planos de aula, desenvolvimento do programa de ensino, provas, exames escolares ao término do ano letivo.

O professor, contratado pelo Estado, aplicou em sala de aula os valores determinados nessa institucionalização, como por exemplo, a realização de festas escolares, homenagens cívicas, datas comemorativas, o vulto nacional, a simbologia que emanava dos símbolos republicanos, a Bandeira e o Hino Nacional que foram atividades permanentes até o início de década de 1960 na escola pública local.. Desse modo, foi possível observar que as escolas na área rural local, entre 1938 e 1961, efetivaram trabalho para a formação da identidade nacional.

A escola de ensino público foi utilizada como um dos mecanismos para impor outra memória para a parcela de população, a memória nacional. A nacionalização necessitava ir para além da legislação escolar, ir para as práticas escolares.

É uma escola que interfere na cultura de determinada parcela de população na área rural de Joaçaba, em vários aspectos, em função do aspecto religioso, a língua e questões de identidade étnica. O aprendizado da língua é caminho para a assimilação de valores.

Quando a cultura escolar, presente numa determinada região e sociedade é rompida, através de um processo legal, como foi o caso da escola

teuto-brasileira de Joaçaba, no momento histórico em que a educação em área rural tornou-se pública, questionava-se, quanto permanece da cultura escolar no efetivo da escola e não propriamente no imaginário do legislador.

Nesse contexto, houve ainda um rompimento entre a escola e a igreja, mas os professores católicos permaneceram sendo catequistas e a igreja católica estrategicamente estruturou-se próxima aos interesses do Estado. As igrejas evangélicas, entretanto, foram afastadas dos processos escolares na área rural.

Como atividade missionária, o professor que atuou na escola na área rural de Joaçaba, de modo geral, quando era de confissão católica, exercia a atividade paralela de docência e a de catequista. Ou seja, junto ao trabalho pedagógico escolar, exercia também o de cunho moral.

No aspecto pedagógico, o professor continuou realizando o trabalho de docência em muitas comunidades da área rural paralelo à atividade de catequista na Igreja católica. Uma das evidências de que isso permanece, é a manutenção das escolas pelas sociedades escolares organizadas pelas famílias.

Assim, o que a pesquisa possibilitou constatar foi que as ações do público e do privado estiveram entrelaçadas no fazer-se da escola em área rural, entre 1938 e 1961. Compreendeu-se o quanto, na educação pública no Brasil, estão presentes ações da educação privada, mesmo na escola em área rural desde a década de quarenta.

A força da articulação comunitária, na manutenção das escolas, o papel relevante da comunidade de pais das localidades rurais em que se situavam as escolas teutas, a simbiose entre escola e igreja, permanecem mesmo com a instalação da escola pública. A associação escolar ou sociedade escolar, como forma institucional de articulação da comunidade local, continua atuando e se responsabilizando pela escola.

As sociedades escolares redesenharam sua forma de atuar, uma vez que, deram continuidade na contribuição com materialidade da escola e interferiram também no contrato do professor. Foi uma prática de comunitarismo na educação em área rural, similar às sociedades escolares de conotação étnica.

A abertura de escolas públicas não foi imediata, não houve construção de novas escolas pelo poder público, conforme a necessidade da população em área rural, nem mesmo foram destinados recursos para a manutenção do professor e outras necessidades materiais que a escola isolada necessitava naquele período.

Algumas das ações instituídas com a escola pública, as caixas escolares, constituíam-se numa instituição complementar das escolas de ensino público local, com o objetivo de prover materiais didáticos e inclusive uniformes para alunos com poucos recursos.

Reafirmo que a escola pública em área rural de Joaçaba recriou e preservou, ou ainda, manteve muitas das características da prática escolar, o que se deve por alguns fatores: as políticas públicas foram mais no âmbito da normatização e não para as práticas escolares e nem mesmo em termos de destinação de recursos para a educação em área rural local e regional. Ou seja, uma reforma escolar e uma legislação escolar, não representam necessariamente a força para o apagamento de práticas culturais internalizadas em diferentes formas de fazer a educação escolar.

REFERÊNCIAS

AZANHA, José Mário Pires. **Cultura Escolar. Um programa de Pesquisa.** Revista USP, nº 65, Dez/Jan 1990-1991.

BLEICHUVEL, E. de F. **Dois instituições e um projeto: igreja, escola e nacionalização no vale do Rio do Peixe em Santa Catarina (1917-1945).** Porto Alegre, 2000. 218f. (Dissertação Mestrado no curso de Pós-Graduação em História) - PUC/RS.

BOMENY, M. B. H. Três decretos e um ministério: a propósito da educação no Estado Novo. In: PANDOLFI, D. C. (Org.). **Repensando o Estado Novo.** Rio de Janeiro: FGV, 1999. p. 137-166.

BOSI, Ecléa. **Memórias e Sociedade: lembranças de velhos.** São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

BRASIL. CARTÓRIO DE REGISTRO CIVIL DE TÍTULOS, DOCUMENTOS E PESSOAS JURÍDICAS. Município e Comarca de Joaçaba-SC: 1930-1938. **Estatutos das sociedades escolares teuto-brasileiras.** Joaçaba.

_____. 1927-1941. **Estatutos da Comunidade Eclesiástica** – Joaçaba.

CAMPOS, C. M. As intervenções do Estado nas escolas estrangeiras de Santa Catarina na Era Vargas. In: BRANCHER, A. (Org.). **História de Santa Catarina.** Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1999. p. 149-166.

CARVALHO, M. M. C. **Saber teórico/saber escolar: perspectiva de pesquisa no campo da história cultural.** São Paulo: FEUSP, 1991. (Estudos e Documentos, v. 30)

_____. **Quando a história da educação é a história da disciplina e da higienização das pessoas.** In: FREITAS, M. C. de (Org.). História social da infância no Brasil. São Paulo: Cortez, 1997. p. 269-287.

_____. **Por uma história cultural dos saberes pedagógicos.** In: SOUZA, C. P. de; CATANI, D. B. (Orgs.). Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente. São Paulo: Escrituras Editoras, 1998. p. 31-40.

CHARTIER, Roger. **Leituras e leitores na França do Antigo Regime.** São Paulo: Editora UNESP, 2004.

COLÉGIO SANTÍSSIMA TRINDADE. **Histórico: 40 anos de envolvimento com o meio oeste catarinense.** Joaçaba, 2000. p. 1-11. Desenvolvido por um grupo de estudantes.

CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.) **Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

CORSETTI, Berenice. **Fontes para a Pesquisa da História da Educação no Rio Grande do Sul na Primeira República**. História da Educação, Pelotas, v. 6, n. 11, p. 193- 222, abr. 2002.

_____. **A Construção do Cidadão: Os Conteúdos Escolares nas Escolas Públicas do Rio Grande do Sul na Primeira República**. História da Educação, Pelotas, v. 4, n. 8, p. 175- 192, set. 2000.

_____. **Modernidade no Rio Grande do Sul: a expansão da escola pública (1889-1930)**. Revista Educação, Unisinos, Centro de Ciências Humanas, São Leopoldo, v. 8, n. 15, p. 39-59, 2001.

CORSETTI, Berenice; KISTEMACHER, Dilmar; PADILHA, Alessandra Vieira. **A política educacional no Rio Grande do Sul e a questão da nacionalização do ensino**. In: História da Educação (UFPel), v. 11, p. 173-192, 2007.

DALLABRIDA, Norberto (Org.). **Mosaico de Escolas. Modos de educação em Santa Catarina na Primeira República**. Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

DANIEL, Leziany Silveira. **Destinatário: João Roberto Moreira. As relações constituídas por esse intelectual/educador em terras catarinenses (décadas de 1930 e 1940)**. In: DAROS,] et al. (Org.) **Fontes Históricas: contribuições para o estudo de formação de professores catarinenses (1883-1946)**. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, p. 77-97, 2005.

DE BONI, L. A.; COSTA, R. **Os italianos do Rio Grande do Sul**. 3. ed. Porto Alegre/Caxias do Sul: EST/EDUCS, 1984.

DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri. **Memórias na Educação**. Educação & Linguagem.. Ano 8, n. 11, p. 18-30, jan-jul, 2005.

DREHER, M. N. **Igreja e germanidade: estudo crítico da história da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil**. São Leopoldo: Sinodal; Porto Alegre: Est; Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

EIDT, Paulino. **Porto Novo: da escola paroquial ao projeto de nucleação – uma identidade em crise**. Ijuí: Ed. UNIJUI, 1999.

ERRANTE, Antoinette. Mas Afinal, **A Memória é de quem? Histórias Orais e Modos de Lembrar e Contar**. História da Educação. ASPHE/FAE/UFPel, Pelotas (8): 141 – 174, set. 2000.

FARIA FILHO, L. M. **Dos pardieiros aos palácios: cultura escolar e cultura urbana em Belo Horizonte na Primeira República**. Passo Fundo: UFP, 2000.

_____. **Cultura escolar e cultura urbana: perspectivas de pesquisa em História da Educação.** In: Congresso Brasileiro de História da Educação, 2., 2002, Natal. Não publicado.

_____. **O processo de escolarização em Minas Gerais: questões teórico-metodológicas e perspectivas de análise.** In: VEIGA, C. G.; FONSECA, T. de L. e F. (Orgs.) História e historiografia da educação no Brasil. Belo Horizonte: Autêntica/CNPq, 2003a. p.77-98.

FÁVERI, Marlene de. **A guerra e o clero: disputas e intrigas durante a Segunda Guerra em Santa Catarina.** In: Simpósio Temático Muitas faces de uma guerra, 2005, Florianópolis. **Anais eletrônicos ...** Santa Catarina: Centro de Ciências da Educação – Faed – UDESC, 2009. Disponível em: <<http://www.cce.udesc.br/cem/simposioudesc/>> Acesso em: 03 mar.2009.

FILIPPIM, Eliane Salete. A romanização da igreja católica apostólica no Meio_Oeste catarinense – 1920 a 1960. In: HEINSFELD, Adelar. (Org.) **A região em perspectiva: diferentes faces da história catarinense.** Joaçaba: Edições UNOESC, 2001.

FIORI, N. A. **Aspectos da evolução do ensino público:** ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina. Os períodos Imperial e Republicano. 2. ed. Florianópolis: UFSC, 1991.

FISCHER, Beatriz Daudt. **Professoras: Histórias e Discursos de um Passado Presente.** Pelotas. Seiva Publicações, 2005.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Escrita acadêmica: arte de assinar o que se lê.** In: Caminhos Investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras. Marisa Vorraber Costa , BUJES, Maria Isabel (Org.). Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 117-140.

GOODSON, Ivor. **Dar voz ao professor: as histórias de vida dos professores e o seu desenvolvimento profissional.** In Nóvoa, António (org). Vidas de Professores, Porto: Porto Editora, 1992. P. 63-79.

HACK, J. R. A colonização Alemã do Vale do Rio do Peixe-SC: algumas considerações. **Revista Roteiro**, Joaçaba, v. 18, n. 35, p. 82-89, jan./jun. 1996a.

_____. **A Colonização Alemã no Vale do Rio do Peixe (1923-1950).** 1996b. 0 f. Iniciação Científica - Universidade do Oeste de Santa Catarina, Cnpq Programa de Iniciação Científica. Orientador: Adelar Heinsfeld.

HEINSFELD, A. **A Educação em Joaçaba; da Ditadura Vargas ao início da Ditadura Militar (1937 – 1964).** Relatório de Pesquisa. Joaçaba: Unoesc, 2003.

_____. **A questão de Palmas entre Brasil e a Argentina e o início da colonização alemã no Baixo Vale do Rio do Peixe.** Joaçaba: Unoesc, 1996.

_____ et al. O sentido geopolítico-estratégico da colonização germânica no Vale do Rio do Peixe. **A Região em Perspectiva: diferentes faces da história catarinense.** Joaçaba, 2001. p. 95-137.

HOPPEN, A. **Formação de professores evangélicos no Rio Grande do Sul.** São Leopoldo: Gráfica Sinodal. Parte 1 (1909-1939).

_____. Fundação do Ginásio Sinodal no contexto do sistema escolar do Sínodo Riograndense. In: SIMPÓSIO DE HISTÓRIA DA IGREJA. São Leopoldo: Rotermond Sinodal, 1986. p. 123-144.

INSTITUTO MARTIUS-STADEN. **Questionário sobre a vida escolar alemã no Brasil, 1930.** Preenchido por Bernardo Sieberichs. Tradução: Wilson Kaiser. São Paulo.

JORNAL Cidadela, Joaçaba, 24 nov. 1979. Recordações e Sugestões Ceci, p. 14.

JULIA, D. A cultura escolar como objeto histórico. Tradução: Gizele de Souza. **Revista Brasileira de História da Educação,** Campinas, n. 1, p. 9-43, 2001.

JUNGBLUT, A. L. O protestantismo luterano dos teuto-brasileiros: algumas considerações necessárias para uma abordagem antropológica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELOS, Naira (Org.). **Os alemães no sul do Brasil.** Cultura, etnicidade e história. Canoas: ULBRA, 1994. p. 139-147.

KLUG, J. A Escola Alemã em Santa Catarina. In: DALLABRIDA, Norberto. (Org.) **Mosaico de escolas: Modos de Educação em Santa Catarina na Primeira República.** Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

_____. **A escola teuto-catarinense e o processo de modernização em Santa Catarina: a ação da igreja luterana através das escolas (1871-1938).** São Paulo, 1997. 261f. Tese (Doutorado em História Social) - USP/ São Paulo.

KREUTZ, L. Escolas étnicas na história da educação brasileira: a contribuição dos imigrantes. In: STEPHANOU M. et al (Org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2005. p. 150-165.

_____. **O Professor Paroquial: Magistério e imigração alemã.** 2. ed. Pelotas: Seiva, 2004.

_____. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação,** São Paulo, n. 15, p. 158-175, set./dez. 2000.

_____. Modelo de uma Igreja imigrante: educação e escola. In: DREHER, N. M. (Org.). **Populações rio-grandenses e modelos de Igreja**. Porto Alegre: EST, 1998. p. 201-217.

_____. Escolas da imigração alemã no Rio Grande do Sul: perspectiva histórica. In: MAUCH, C.; VASCONCELOS, Naira. (Org.). **Os alemães no sul do Brasil**. Cultura, etnicidade e história. Canoas: Ulbra, 1994, p. 149-161.

_____. Imigração alemã e processo escolar na Argentina, no Brasil e no Chile, de 1824 a 1939. **Estudos Leopoldenses**, São Leopoldo, v. 4, n. 6, p. 23-36, 2000. Série Educação.

_____. **O professor paroquial: magistério e imigração alemã**. Porto Alegre: UFRG; Florianópolis: Ed. da UFSC; Caxias do Sul: EDUCS, 1991.

LOPES, A. V. **A educação matemática e a colonização teuto-brasileira no oeste de Santa Catarina**: o caso da região de Ipira. Rio Claro (SP), 1997. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação Matemática) - Universidade Estadual Paulista.

LUNA, J. M. F. **O português na escola alemã de Blumenau**: da formação à extinção de uma prática. "Ensinávamos e aprendíamos a Língua do Brasil". Itajaí: Ed. da Univali; Blumenau: Furb, 2000.

MARRE, Jacques. História de vida e método biográfico. **Cadernos de Sociologia**, Metodologias de pesquisa, Porto Alegre, v.3, n.3, p. 89-141, 1989.

MARTINSON, Célia C. **A Escola Teuto-Brasileira na Zona Rural e a Participação da Igreja Evangélica no Processo Escolar Comunitário Bom Retiro – Joaçaba – SC (1917 a 1938)**. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, 2002.

MENSAGEM. Estado de Santa Catarina. Apresentada à Assembléia Legislativa, em 15 de abril de 1950, pelo governador Dr. Aderbal R. da Silva.

MONTEIRO, J. **Nacionalização do ensino**: uma contribuição à história da educação. Florianópolis: UFSC, 1984.

MOREIRA, R. **A educação em Santa Catarina**: sinopse apreciativa sobre a administração, as origens e a difusão de um sistema estadual de educação. Campanha de Levantamentos do Ensino Médio e Elementar (Cileme). Ministério da Educação e Cultura, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, 1954. Publicação n. 2.

NODARI, E. **A renegociação da etnicidade no oeste de Santa Catarina (1917-1954)**. Porto Alegre, 1999, 320 f. (Tese de Doutorado – Curso de Pós-Graduação em História) - PUC/RS.

NUNES, Clarice. **A escola primária numa perspectiva histórica.** Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, vol. 65, n. 151, set/dez, 1984.

_____. **A escola redescobre a cidade. Reinterpretação da modernidade pedagógica no espaço urbano carioca/1910/1935.** (Tese de Avaliação do Concurso de Professor Titular), Universidade Federal Fluminense (UFF), Niterói, 1993.

_____. **(Des)encantos da modernidade pedagógica.** In: TEIXEIRA, Faria Filho, et. (ORG.). 500 anos de Educação no Brasil, Belo Horizonte. Autêntica, 2000.

OTTO, Clarícia. As escolas italianas entre o político e o cultural: discursos e tensões na construção de sujeitos. In: DALLABRIDA, Norberto. (Org.) **Mosaico de escolas: Modos de Educação em Santa Catarina na Primeira República.** Florianópolis: Cidade Futura, 2003.

PAIVA, C. Escolas de língua alemã no Rio Grande do Sul, o nazismo e a política de nacionalização. **Educação e Sociedade - Revista Quadrimestral de Ciência da Educação**, a. 9, n. 26, p. 5-28, abr. 1987.

PASTA de documentos diversos Pasta SR 9/1/191. Tradução de Vilson Kayser. São Leopoldo (RS): Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia.

_____. PP 33/2. Tradução de Wilson Kayser. São Leopoldo (RS): Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia.

_____. SR 111/2 – Rio do Peixe. Tradução de Wilson Kayser. São Leopoldo (RS): Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia.

_____. SR 12/3/058. Tradução de Wilfried Hasenack. São Leopoldo (RS): Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia.

_____. SR 56/3c – Bom Retiro. Tradução de Wilson Kayser. São Leopoldo (RS): Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia.

_____. SR 63/1 – Bom Retiro do Cruzeiro (1931 a 1941). Tradução de Wilfried Hasenack. São Leopoldo (RS): Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia.

_____. SR 72/7 – Rio do Peixe (1921 a 1946). Tradução de Wilson Kayser. São Leopoldo (RS): Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia.

_____. SR 94/1 – Região de Erechim (1931 a 1941). Tradução de Wilson Kayser. São Leopoldo (RS): Arquivo Histórico da Escola Superior de Teologia.

PAGANELLI, A. **Paróquia evangélica de Luzerna:** sua origem e desenvolvimento (1926-1976). Capinzal: Matos, [s.d.].

PEREIRA, Vera Regina Bacha. **NACIONALIZAÇÃO – Autoritarismo e Educação Inspetores e professores nas escolas catarinenses - 1930-1940.** Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal de Santa Catarina, 2004. Disponível em: <http://www.tede.ufsc.br/teses/PEED0479.pdf>
Acesso em: 26/01/2009.

PINHEIRO, Antonio C. Ferreira. **A Era das Escolas Rurais Primárias na Paraíba (1935 a 1960).** In.: MACHADO)et al (ORG>). Pesquisa e Historiografia na Educação Brasileira. Campinas, SP. Autores Associados, 2006. , p. 133-159.

QUEIROZ, A. M. de et al. **Álbum comemorativo do cinquentenário de Joaçaba: 1917-1967.** Joaçaba, 1967.

RADIN, J. C. **Italianos e ítalo-brasileiros na colonização do oeste catarinense.** Joaçaba: Unoesc, 1996.

_____. Os italianos nas terras novas do Oeste Catarinense. In: HEINSFELD, Adelar. (Org.) **A região em perspectiva: diferentes faces da história catarinense.** Joaçaba: Edições UNOESC, 2001.

RAMBO, A. **A escola comunitária teuto-brasileira católica.** São Leopoldo: Unisinos, 1994.

_____. **Imigração alemã na AL nos séculos 19 e 20: Argentina, Brasil e Chile.** Estudos Ibero-Americanos. PUCRS, v. XXIX, n. 1, p. 107-135, jun. 2003.

RELATÓRIO sobre a formação e o desenvolvimento da comunidade evangélica de Joaçaba, de confissão Luterana: antecedentes históricos. Joaçaba, 4 nov. 1962. p. 1-8.

RENK, A. **O conhecimento do território A "Bandeira de Konder".** Salvador: Associação Brasileira de Antropologia, 1997.

RIETH, R. W. Dois modelos de Igreja Luterana: IECLB e IELB. 1998, p. 256-267. In: DREHER, M. (Org.). **Populações rio-grandenses e modelos de Igreja.** Porto Alegre: EST, 1998.

ROCHE, J. **A colonização alemã e o Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Globo, 1969.

ROCKWELL, Elsie. **De huellas, bardas Y veredas: una historia cotidiana en la escuela.** In ROCKWELL, E. (coord.). La escuela cotidiana. México, D. F.: Fondo de Cultura Econômica, 1997, p. 13 – 57.

SAVIANI, Dermeval. **O legado educacional do século XX no Brasil.** Campinas, SP: Autores Associados, 2004.

SCHADEN, E. **A escola teuto-brasileira e a assimilação de imigrantes alemães e seus descendentes**. Centro Regional de Pesquisas Educacionais. São Paulo: Centro Regional de Pesquisas Educacionais Professor Queiroz Filho, 1968. p. 163-183. (Série 1 – Estudo de Documentos, v. 6).

SCHRADER, Achim. **A escola primária na Sociedade Etnicamente Diferenciada**. In: II Colóquio Teuto-brasileiro. Univ. de Pernambuco, Editora Universitária, Recife, 1974.

SCHWARTZMAN, Simon (org.). **Tempos do Capanema**. RJ. Paz e Terra. 1984.

SEYFERTH, G. **Nacionalismo e identidade étnica**: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

_____. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: UnB, 1990.

_____. Identidade étnica, assimilação e cidadania: a imigração alemã e o Estado brasileiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 26, a. 9, p. 103-122, out. 1994

SILVA, Vera Lucia Gaspar. Vitrines da Republica: os grupos escolares em Santa Catarina. In.: VIDAL (Org.) **Grupos Escolares: cultura escolar primária e escolarização da infância no Brasil (1893-19710)**. Campinas, SP, Mercado Aberto, 2006, 341-376.

SILVA, J. F da. Um pioneiro benemérito. In: QUEIROZ, A. M. de et al. **Álbum comemorativo do cinquentenário de Joaçaba**: 1917-1967. Joaçaba, 1967. p. 15-17.

SILVA, Zedar Prefeito da. Oeste Catarinense. Rio de janeiro, Laemmert, 1948.

SOUZA, R. F. de. Inovação educacional no século XIX: a construção do currículo da escola primária no Brasil. **Cadernos Cedes**, ano 19, n. 51, p. 9-28, nov. 2000. (Educação, Sociedade e cultura no século XIX: discursos e sociabilidades).

_____. **O direito à educação**: lutas populares pela escola em Campinas. Campinas: Unicamp, 1998. (Coleção Campiniana, 18).

_____. **Templos de civilização**: a implantação da escola primária graduada no Estado de São Paulo (1890-1910). São Paulo: Unesp, 1998.

_____. Um itinerário de pesquisa sobre a cultura escolar. In: CUNHA, M. V. da. (Org.). **Ideário e imagens da educação escolar**. Campinas: Editores Associados, 2000. p. 3-27.

SPIEWECK, H. **Extrato da crônica da Paróquia Rio do Peixe**. Trad. Wilson Kaiser. Joaçaba, 26 out. 1962.

TEIVE, Gladys Mary Ghizoni. **“Uma vez normalista, sempre normalista”**: cultura escolar e produção de um *habitus* pedagógico - (Escola Normal Catarinense – 1911/1935) – Florianópolis: Insular, 2008.

THOMÉ, Nilson. **A nacionalização do ensino no contestado Centro-Oeste de Santa Catarina na primeira metade do século XX**. 2003. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 25/08/2008.

VIÑAO FRAGO, A. Historia de la educación y historia cultural: posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, p. 63-82, set./dez.1995.

WERLE, Flávia Obino. (Org.) **Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2007.

WILLEMS, E. **A aculturação dos alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Nacional, 1980.

ZAGO, Nadir. **O Professor Unidocente na área rural – Um estudo de caso**. 190 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Estudos Avançados em Educação, Fundação Getúlio Vargas, 1980.